

Senador Plínio Valério

DAS BARRANCAS DO RIO JURUÁ AO LAGO PARANOÁ

SENADO FEDERAL



**DAS BARRANCAS
DO RIO JURUÁ
AO LAGO PARANOÁ**

Mesa Diretora do Senado Federal

Biênio 2023-2024

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha
2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho
1º SECRETÁRIO

Senador Weverton
2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim
4º SECRETÁRIO

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Senador PLÍNIO VALÉRIO

DAS BARRANCAS DO RIO JURUÁ AO LAGO PARANOÁ

Brasília – 2023

SENADO FEDERAL





Senador **Plínio Valério**



PlinioValerioAM



PlinioValerio45



plinio.valerio

Crédito da capa

AmazonasTur / Rio Juruá / Eirunepé (AM)

Senado Federal

Praça dos Três Poderes
Anexo I – 25º Pavimento
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3303-2833 /2835

Escritório em Manaus

Avenida Dr. Theomário Pinto da Costa, 811.
Edifício Skye Platinum Offices,
Sala 1805, Chapada. CEP 69050-055 – Manaus–AM.

APRESENTAÇÃO

Senador *Plínio Valério*

Minha principal bandeira de luta sempre foi, como é hoje e como sempre será, a melhoria das condições de vida das mulheres e dos homens da Amazônia. Sempre acreditei que é possível combinar perfeitamente a preservação ambiental da nossa região com o crescimento de nossa economia, para melhorar a qualidade de vida na região. E sempre acreditei, também, que para atingir esse objetivo é preciso superar o cerco de uma série de forças, nacionais e estrangeiras que, embora quase sempre disfarçadas, são inimigas de nossa região.

Ao mesmo tempo, combinei essa missão com a defesa permanente da liberdade e da democracia, com o debate institucional, com o combate à violência, à corrupção e a desigualdade e, enfim, com o desenvolvimento equilibrado da economia. Passados quatro anos do início do mandato de senador que o povo do Amazonas me confiou, posso constatar, sem falsa modéstia, que consegui avanços significativos nesse caminho.

Durante esta primeira parte de meu mandato consegui grandes vitórias na preservação do modelo econômico da Zona Franca de Manaus. Não fiz isso sozinho, mas integrado à bancada do Amazonas. Com isso a Zona Franca se mantém gerando empregos e se constituindo no principal instrumento de preservação ambiental de nosso País. Da mesma forma, defendemos a recuperação da BR-319, única maneira de nos conectarmos por terra ao restante do território nacional.

Conseguimos também grandes avanços institucionais. Foi o caso da autonomia do Banco Central, projeto de lei complementar que apresentei ao Senado, e que foi aprovado tanto pelos senadores quanto pelos deputados e sancionado pelo presidente da República. Isso significa que o Brasil pode estar tranquilo a respeito da sua política monetária: ela não se prestará a aventuras politiquieras que conduzam a uma desestabilização de sua economia. Combaterá a inflação, que inviabiliza o crescimento e pune os agentes econômicos, atingindo em especial os mais pobres.

Também apresentei e consegui transformar em lei projeto que combate na origem a violência contra a mulher, ao tornar obrigatório, na educação fundamental e média, o estudo de ações preventivas desse tipo inaceitável de violência. A partir de agora todas as crianças do Brasil receberão, no currículo escolar, um ensino voltado para o combate à violência. Formalizei muitas outras propostas que estão hoje em estudo.

Ao mesmo tempo, busquei, de forma permanente, o debate institucional. Defendi medidas que possam garantir o equilíbrio entre os poderes e o aperfeiçoamento do Estado, como a fixação de mandatos para os ministros do Supremo Tribunal Federal ou

limites à distribuição de verbas públicas a entidades privadas que as desviam. Essa é uma de minhas principais batalhas, em especial por ser a Amazônia, infelizmente, uma das maiores vítimas dessa incessante pirataria de entidades que fingem ajudar nossa população, nossas florestas, nossa região, enfim, apenas para tirar proveito próprio. Esse terrível desafio foi por mim abordado com frequência da tribuna, como os leitores verão.

Dediquei-me antes de mais nada, é evidente, a essa defesa da Amazônia e de seus habitantes. Costumo dizer que estou a serviço da República trazendo um recado da Amazônia: nós queremos justiça, queremos o reconhecimento de nossa dignidade e exigimos que não nos atrapalhem na incessante luta por qualidade de vida e pela real preservação de nosso patrimônio natural. Estou cumprindo com a minha obrigação.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Manutenção de incentivos para a Zona Franca | 11 |
| Tempo para analisar as reformas..... | 17 |
| Defesa da Zona Franca e CPI das ONGs | 23 |
| Mineração em terras indígenas..... | 30 |
| Exploração das riquezas da Amazônia para o bem dos brasileiros | 34 |
| Autonomia da política monetária | 39 |
| O Senado não pode ser um carimbador de projetos | 44 |
| Os impactos negativos da reforma tributária e as contribuições do Amazonas para o Brasil | 49 |
| Democracia, equilíbrio e combate às desigualdades | 52 |
| Independência do Banco Central e proteção da Amazônia | 63 |
| Com tensões políticas, não enfrentaremos os problemas da economia | 71 |
| Sem açodamento para votação do PL das <i>Fake News</i> | 78 |
| Os subsídios da Zona Franca não são um peso para o país | 80 |
| Sem a BR-319, o oxigênio não chegou em Manaus | 82 |
| Que o Senado cumpra sua função e analise impeachment de ministros do STF. | 85 |
| É preciso enxergar a Amazônia além do verde..... | 86 |
| Embaixo da floresta existe um povo..... | 91 |
| Chega de hipocrisia: nós não somos os vilões do Planeta..... | 94 |
| Garimpo ilegal só existe porque na Amazônia tudo é proibido | 97 |
| Precisamos dar alternativas para o homem da floresta | 99 |
| Deixem a Amazônia em paz..... | 101 |
| O grito de indígenas ecoado no Senado..... | 103 |

| | |
|--|-----|
| Combate à violência contra a mulher nas escolas | 106 |
| A solução para a crise de fertilizantes está no Amazonas..... | 109 |
| É preciso reduzir os entraves para explorarmos nosso potássio | 115 |
| Imagens de impacto midiático para impressionar | 117 |
| Comissão de juristas quer atualizar a Lei de Impeachment | 119 |
| Mandatos no STF e impeachment de ministros..... | 121 |
| Os povos indígenas não querem tutela..... | 122 |
| Garantia de benefícios às micro e pequenas empresas | 124 |
| Pela derrubada do decreto que zerou o IPI na Zona Franca | 126 |
| Programa Pró-Amazônia Legal é pura enganação | 130 |
| Paulo Guedes mente sobre ação contra redução de IPI | 132 |
| Há pouco crédito rural para a região Norte | 134 |
| Duas Leis e projetos que avançam no Senado..... | 137 |
| Contra o programa de demissões do Basa..... | 139 |
| A hipocrisia dos países que nos acusam de não saber cuidar da Amazônia | 142 |
| Revisão da Lei do Impeachment serve para intimidar parlamentares | 145 |
| O papel do Legislativo brasileiro na busca do bem comum | 148 |
| Intensificação de piratas nos rios do Amazonas..... | 151 |
| As compras camufladas de terras na Amazônia por estrangeiros..... | 154 |
| As mentiras sobre a desertificação na Amazônia..... | 156 |
| ONGs que pregam o fim do mundo na floresta para ganhar dinheiro | 158 |
| Alguns integrantes do STF são responsáveis pela instabilidade no ordenamento jurídico | 162 |
| Lupa no Fundo da Amazônia..... | 166 |
| Festival de hipocrisia na COP-27 | 169 |

| | |
|--|-----|
| Independência do Banco Central e combate à inflação..... | 171 |
| Auxílio para os que mais precisam e responsabilidade fiscal..... | 173 |
| A pirâmide das ONGs na Amazônia..... | 176 |
| PEC Fura Teto pediu além do necessário | 179 |
| A pobreza tem que ser combatida de forma séria e honesta | 181 |
| Mudanças na Lei de Impeachment podem blindar ministros do STF..... | 183 |

MANUTENÇÃO DE INCENTIVOS PARA A ZONA FRANCA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 04/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, em época marcada pela baixa expansão da economia, quando o país luta contra o desemprego — ou deveria lutar —, com novos investimentos — ou deveria propor —, eu venho com um assunto aqui porque reforça aquele primeiro ano de luta, senadora Kátia Abreu, minha amiga e companheira, em que eu falava tanto sobre Zona Franca de Manaus, presidente, quando o ministro Paulo Guedes, com o seu ódio por renúncia fiscal, anuncia, a cada dia, medidas contra a Zona Franca. Pois eu vou fornecer números aqui agora.

O Polo Industrial de Manaus faturou R\$86,78 bilhões entre os meses de janeiro e outubro de 2019, o que significa um crescimento de 11,57% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa notável performance, senador Reguffe, embute uma tremenda ironia. Um setor que lucra, que cresce, é o mesmo polo industrial que constituiu, o ano passado, todo o ano, um dos alvos preferidos do ministro da Economia, que não perdeu uma só oportunidade para dirigir flechadas e ataques ao Polo Industrial de Manaus. Não foram apenas tentativas para retirar da Zona Franca de Manaus estímulos que revelam essenciais necessidades do seu funcionamento, da sua continuidade. O cerco à Zona Franca de Manaus não ficou no plano verbal, mas em esforços concretos para prejudicar sempre, sempre aquilo que garante competitividade, direito assegurado na Constituição.

Um setor que lucra, que cresce, é o mesmo polo industrial que constituiu, o ano passado, todo o ano, um dos alvos preferidos do ministro da Economia, que não perdeu uma só oportunidade para dirigir flechadas e ataques ao Polo Industrial de Manaus.

Eu poderia aqui, hoje, no reinício dos trabalhos, abordar assuntos da República, pertinentes somente à República — reforma tributária, reforma administrativa, limite do mandato do ministro do Supremo, e por aí adiante. Mas não, eu venho da Amazônia.

Eu venho de um estado que é o maior estado da Federação, que é referência, senador Contarato, na questão ambiental, porque nós — e eu bato no peito para dizer — preservamos 97% da nossa floresta graças à Zona Franca de Manaus.

Não quero falar dos segmentos, de quantos por cento, de quanto faturou. Senhor presidente Lasier, senhoras senadoras e senhores senadores, após uma queda significativa nos nossos postos de trabalho no biênio 2015-2016 e acompanhando a crise que o país atravessa, o Polo Industrial de Manaus chegou a 92.029 vagas. Noventa e dois mil empregos diretos! Pode colocar 500 mil empregos indiretos aí — 500 mil, meio milhão —, numa crise por emprego. A Zona Franca produz bens, a Zona Franca dá lucro, e a gente tem, diuturnamente, que estar aqui a se defender, defender de um homem que odeia renúncia fiscal, de um homem que trata o Brasil como se o Brasil fosse um só, com aquela visão que vem do exterior, aquela visão que vem da matriz querendo nos tratar como colônia.

Cada emprego criado representa um passo a mais na preservação ambiental. E eu uso até as palavras do ministro Paulo Guedes durante o Fórum em Davos, na Suíça, quando ele disse que o grande inimigo do meio ambiente é a pobreza. Eu não acho que a equação seja tão simples. Não acho, não concordo com ele nisso. Mas, quando ele diz isso e quer tirar subsídio da Zona Franca, ele está nos condenando à falta de emprego. Uma pobreza que ele quer, mas que nós não vamos aceitar, porque o estado é rico, é constituído de um povo trabalhador, que sabe o que quer, que sabe aonde pode chegar.

E olhe esse dado aqui, presidente Lasier. Na verdade, o governo federal também ganha, e muito, com a Zona Franca de Manaus. A arrecadação de impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil no estado do Amazonas alcançou, em outubro passado, R\$1,051 bilhão, contra R\$1,2 bilhão do mesmo período do ano anterior, o que significa um aumento de quase 27%. Sabe quanto já foi arrecadado este ano? E é bom que você, brasileiro, saiba. A Receita Federal já arrecadou, até outubro do ano passado, no Amazonas, R\$14 bilhões. Até dezembro, quando for computar, vai dar em torno de R\$17 bilhões. E a renúncia fiscal do Brasil para com a Zona Franca de Manaus é de R\$24 bilhões. Desses R\$14 bilhões que o Amazonas manda... E é bom que se diga aqui que o Amazonas é um dos nove estados brasileiros que mandam mais dinheiro para a União do que recebem. Um dos nove! Nós mandamos mais dinheiro do que rece-

E é bom que se diga aqui que o Amazonas é um dos nove estados brasileiros que mandam mais dinheiro para a União do que recebem...

bemos. E a gente recebe de volta, naquele repasse obrigatório, em torno de R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões, ou seja, o Amazonas manda R\$9 bilhões ou R\$10 bilhões todos os anos. E eu tenho que estar aqui, Contarato, toda semana, eu tenho que estar aqui, a cada minuto, a defender um modelo que deu certo, um modelo que preserva o meio ambiente, que dá emprego, que fatura e que dá dinheiro. Mas eu me vejo na condição de sempre estar aqui a defender e a cobrar do ministro.

Quando ele fala da renúncia fiscal da Zona Franca, nós estamos falando de uma renúncia fiscal de 8% de um montante de 100%. E eu pergunto e já perguntei aqui do

ministro, de quem quer que seja: cadê os outros 92%? Por que não se fala de 92% e se fala só de 8%? Porque é na Amazônia, porque é no Amazonas.

É um ledor engano pensar que nós somos diferentes no tratamento humanitário. Somos um povo distante. A Zona Franca nos foi dada não por benesse; a Zona Franca está na Constituição Federal garantida e não é à toa — não é à toa. Nós temos que lutar por uma coisa constitucional e é noite e dia. Agora foi o polo de concentrados. A Lei de Informática a gente conseguiu; graças à compreensão destes senadores e senadoras, a gente conseguiu livrar mais uma vez.

Os dados que eu coloco aqui adquirem um peso especial no debate que se trava sobre a questão dos desafios dos estímulos de natureza fiscal. Um montante do que o governo federal chama de subsídio retorna em grande parte ao próprio governo federal. E retorna após gerar empregos e rendas indispensáveis a toda uma região brasileira, que é justamente a missão de todos os governos.

Se o ministro Paulo Guedes descesse por um só minuto — por um só minuto — do seu pedestal, se ele passasse a encarar as coisas como devem ser encaradas, a analisar os números que aqui eu forneço, quem sabe nos deixaria em paz para que pudéssemos trilhar o nosso caminho.

Fala-se muito em alternativas à Zona Franca de Manaus. Há alternativas, sim, mas como Contarato? Qual o modelo que eu posso agora colocar no lugar do modelo Zona Franca que forneça 90 mil empregos? Que fature quase R\$90 bilhões no ano? Que mande para a União R\$14 bilhões todos os anos? Qual o modelo?

Uma vez o deputado Rodrigo Maia falou que precisava haver um outro modelo; também o ministro Toffoli. E eu perguntei a ele: me dê o modelo que a gente substitui na hora. Mas como? A crise está aí. Você quer mexer numa coisa que está dando certo. E eu cobro, Contarato, meu vizinho, eu cobro — a gente que defende tanto a floresta em pé — que nos ajude, porque a Zona Franca como está mantém a floresta em pé.

E essa floresta que está em pé não foi porque a gente disse: “Olhem, vamos deixar a floresta, porque é importante para o mundo”. Não! Foi consequência da Zona Franca. O homem veio do interior atrás de emprego que a Zona Franca ofereceu. Largou o machado, o serrote, a motosserra e veio trabalhar na fábrica de chaminé. Com isso preservou, senadora Simone, a nossa floresta.

Quanto custa e quanto o mundo pagaria para reflorestar 97% de um território que mede um milhão e quinhentos e poucos quilômetros quadrados? Será que vamos ter que devastar para ter ajuda? Será que a gente vai ter que ser coitadinho para ter ajuda? Chegar aqui cabisbaixo para ter ajuda? Não, não, não. O povo do Amazonas, quando me mandou para cá — um vereador da capital saindo direto para o Senado —, sabia o que eu iria dizer, Jean Paul, sabia o que eu sou capaz de dizer aqui em nome do povo do

Amazonas, repetindo já pela enésima vez: o Amazonas não aceita, não tolera, não pede esmola. A gente vem aqui exigir justiça.

Repito: o Amazonas é um dos nove estados que manda mais dinheiro para a nação do que recebe. Nós não somos problema. Que o semideus Paulo Guedes entenda, de uma vez por todas: nós não somos problema! O Amazonas não é problema; o Amazonas é solução! A Zona Franca é solução nessa crise do desemprego. E eu estou aqui, mais uma vez, a bater na mesma tecla. Como me resta tempo, deixem-me falar aqui para os senhores senadores o que a gente produz e como é que isso se dá lá. Olhem só: os segmentos com maior crescimento, quando comparados ao mesmo período de 2018, são o têxtil, o metalúrgico, faturamento de reprodutores de áudio, fornos e micro-ondas. Nós temos ainda todo o segmento da informática e por aí vai. Esse televisor pelo qual você está me vendo aqui provavelmente é feito lá no Parque Industrial de Manaus; esse celular que está aí provavelmente é produzido no Parque Industrial de Manaus; esse ar-condicionado de que a gente usufrui, esse *split*, é produzido lá. E a gente tem de estar aqui a dizer para um povo... Eles são colocados lá para apresentar soluções. Que mania é essa de querer destruir o que está feito? Que vaidade é essa de querer destruir o que está pronto para produzir outro no lugar?

Eu ouço a assessoria do presidente Bolsonaro sempre a dizer que a gente tem de ter outras matrizes. Claro; nós temos de ter outras matrizes. E sempre nos comparam aos nossos irmãos do Pará. Nossos irmãos, sim; somos irmãos siameses, nós e os paraenses. Os paraenses têm superávit — e alegam sempre isso, especialmente o Ministro —, mas o Pará, senador Jean Paul — e já lhe dou a palavra —, os meus irmãos paraenses mexem com a mineração, com a madeira e com a criação de gado bovino. Têm 33% de área preservada, enquanto nós temos 97%.

Querem nos obrigar a fazer o mesmo? É fácil: nos neguem, nos sonaguem, nos tirem o tratamento tributário diferenciado garantido pela Constituição que nós sabemos o que fazer.

Eu concedo a palavra ao companheiro Jean Paul.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT–RN. Para apartear.) — Senador Plínio, para me solidarizar com as suas palavras e, inclusive, dar um depoimento pessoal. Eu tive um tio gaúcho que foi procurador da Suframa durante muitos anos, João Ênio Prates. Morou em Manaus, casou-se com uma manauara. Conheço bastante a situação do estado de Vossa Excelência por ter trabalhado também — já comentamos isso pessoalmente uma época — nos projetos dos gasodutos do Juruá e de Urucu. De fato, o Amazonas é um país dentro de um país. E a visão que me parece ter o governo atual é de que tudo é a Avenida Paulista, tudo é a Zona Sul do Rio de Janeiro, ou seja, tudo se resolve com a competição direta, como se todos fossem iguais, que tudo se resolve pela meritocracia e que tudo se resolve através do Estado mínimo e da

não diferenciação das regiões, das pessoas, das categorias sociais e do que é mais diverso, a nossa economia brasileira.

A Zona Franca é exatamente fruto dessa diversidade, colocada, como Vossa Excelência salientou bem, na Constituição brasileira. Portanto, uma política de Estado, não de governo passageiro, não sujeita a determinadas eleições, viciadas ou não, contaminadas ou não por mitos novos e teorias econômicas da moda. A Zona Franca é uma realidade brasileira que decorre da realidade do que é o estado do Amazonas.

E Vossa Excelência faz muito bem de salientar, para as pessoas que infelizmente não têm a oportunidade de conhecer todos os cantões que o Brasil apresenta, as maravilhosas regiões brasileiras, a especificidade da questão ambiental que a Zona Franca encerra. Muita gente acredita, senador Plínio, que é o contrário, que a Zona Franca estimularia a industrialização da selva. Não é isso. É o contrário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — É o contrário.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RN) — Justamente é o fenômeno que Vossa Excelência coloca aqui bem e didaticamente para todo o Brasil.

Parabéns! Tem toda a minha solidariedade sempre o estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigada, senador Jean Paul, sempre contribuindo e enriquecendo o discurso da gente.

Senador Prisco, o senhor, que assume o lugar de um grande amigo da gente, o grande Cid, que é cearense — e nós todos somos cearenses, a minha avó paterna era cearense mesmo, da família Feitosa —, entende o nosso problema. Nós temos muito nordestino conosco em busca de emprego. Nós somos todos descendentes de nordestinos. Então, entendem a linguagem que eu estou dizendo.

Não é empáfia, não é soberba quando eu venho aqui dizer que não aceito esmola. É porque querem nos tratar como se fôssemos colônia, como se o Amazonas fosse uma coisa que não tem importância. E a Amazônia tem grande importância, a começar pelos rios voadores, pela floresta, por isso, por isso, por isso e por aquilo. Mas essa Amazônia precisa de um olhar mais carinhoso, senadora Simone, de qualquer governo federal, de qualquer autoridade.

O último relatório do Unicef nos diz que, no Amazonas, no ano passado — em 2018, no caso —, senador Humberto, morreram 1.226 crianças antes de completar um ano de idade — 1.226. O relatório do Unicef nos diz que 43% dos lares, das residências

... floresta em pé implica também necessidades básicas do ser humano supridas. Não se pode tirar um do outro, são umbilicalmente ligados. Não há preservação do meio ambiente sem políticas públicas sociais. E é isso que a gente quer.

onde há crianças na Amazônia, equivalente a 9 milhões de pessoas, não têm renda, senador Prisco, para comprar uma cesta básica. Então, a gente tem, Contarato, que lutar por aquilo. O senhor, que é um senador inteligente e razoável, sabe que floresta em pé implica também necessidades básicas do ser humano supridas. Não se pode tirar um do outro, são umbilicalmente ligados. Não há preservação do meio ambiente sem políticas públicas sociais. E é isso que a gente quer.

E, aqui no Senado, é bom, porque não há diferença, três senadores do Ceará, três senadores do Espírito Santo, três senadores do Tocantins, de Mato Grosso e do Amazonas, o que prova que somos todos iguais. Então, é em nome dessa igualdade, presidente Lasier, que eu estou aqui, mais uma vez, a pedir que o ministro Paulo Guedes nos esqueça, que deixe esses 8% como estão, porque estão funcionando, dando emprego, políticas sociais, preservando a floresta, e que trate dos 92%.

O senhor não trata dos 92% porque diz respeito ao Sudeste. O senhor tem que enfrentar os 92% da renúncia fiscal do país, e não 8%, e não R\$24 bilhões, menos R\$14 bilhões, que dá R\$10 bilhões. É muito pouco, é muito pouco, R\$10 bilhões de renúncia fiscal é muito pouco para gerar o que o modelo Zona Franca de Manaus gera e cria.

Nós vamos buscar alternativas, sim, mas é preciso que nos deixem em paz, é preciso que nos deem a tranquilidade de buscar através da biotecnologia, de buscar através dos fármacos e da piscicultura outras matrizes incorporadas à Zona Franca. Não se pode matar o modelo incorporando matrizes que sufoquem, mas sim matrizes que enriqueçam o modelo que está intrincado.

Não custa nunca, nunca é demais dizer que, entre governo federal, entre questões da República, reformas e tal... Perdoem-me, perdoem-me, mas eu fico com a questão do Amazonas.

Obrigado, presidente.

TEMPO PARA ANALISAR AS REFORMAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 05/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, é inegável que a reforma da previdência absorveu grande parcela dos trabalhos do Senado Federal no ano passado. Cumprimos o nosso papel, embora, senador Paim, eu pense quase 100% como o senhor pensa que ela poderia ter sido mais justa e menos impiedosa do que foi, mas tínhamos que aprovar uma reforma, senadora Zenaide. Cumprimos com o nosso papel.

E agora me anima — daí eu estar ocupando a tribuna — o fato de que teremos coisas importantes também agora, neste ano que começou: a reforma tributária, a reforma administrativa. É bom que a gente fale aos brasileiros e às brasileiras. Quando eu leio que o deputado Rodrigo Maia diz que vai aprovar a reforma tributária em três meses... Não vai, não vai! Ao contrário da reforma da previdência, que a gente via mais reta, via num plano, a reforma tributária não é assim. Eu não tenho o menor pudor em dizer que aqui nós somos da República representando os nossos estados. Como é que eu, Plínio Valério, senador do Amazonas, vou aprovar uma reforma tributária que prejudica o meu estado? Não vou. E é assim que todos nós pensamos. Portanto, que o brasileiro, que a brasileira não espere que a reforma seja aprovada em três meses.

Como é que eu, Plínio Valério, senador do Amazonas, vou aprovar uma reforma tributária que prejudica o meu estado? Não vou. E é assim que todos nós pensamos.

Falando nisso, senador Kajuru, é bom a gente falar deste assunto sobre o qual nós dois sempre conversamos: acabar com essa coisa de o Senado ser mero carimbador da Câmara Federal. No ano passado, tudo bem, a reforma da previdência e algumas MPs chegaram para nós na véspera da aprovação. O Senado, equilibrado, consciente, sábio, não queria prejudicar, mexendo para votar, e aprovou. Eu quero dizer aos senhores e às senhoras: eu não vou mais agir dessa forma, não vou mais. Eu não posso, meu nobre representante do Rio de Janeiro, com quem a gente se aconselha muito, aprovar e votar em um dia, em dois dias uma coisa que teve um prazo de 120 dias. A Câmara gasta 119, 115 e manda para nós as MPs. Então, eu quero deixar claro ao Brasil — eu quero deixar claro ao Brasil — que, embora ficando à mercê de comentários e de julgamentos, eu vou me portar dessa forma. É preciso que o Senado assuma o seu papel, a sua importância e não fique carimbando como a Câmara quer.

Esse anúncio demagógico de que vão aprovar em três meses é balela. Balela! Nem vai chegar aqui em três meses. Essa expectativa a gente não pode gerar. Agora, a de que vamos fazer o nosso trabalho, sim. A reforma tributária é extremamente importante e ousado dizer que, se não for mais, é tanto quanto a reforma da previdência. O país precisa dessa reforma tributária.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Senador Plínio Valério, o senhor me permite um aparte em um momento mais adequado?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Beleza!

Para adquirir sua credibilidade lá fora, precisamos, sim. Fizemos a reforma da previdência, que não é a que eu sonhei, mas está aí. E temos que fazer a reforma tributária também.

Ouçó Vossa Excelência, porque todas as vezes que o senhor participa, senador Paim, engrandece o meu discurso. Portanto, eu não vou desperdiçar essa oportunidade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. Para apartear.) — Obrigado, senador Plínio Valério.

Primeiro, quero cumprimentar Vossa Excelência pela tranquilidade do seu pronunciamento, em que explica por que votou, por que não votou, mas fazendo uma afirmação que para mim é muito importante pela seriedade do seu mandato, pela competência e responsabilidade ao dizer que não votará mais na corrida MP.

Tudo caminha assim para a 905, porque ela é tão complicada, tão atrapalhada, tão complexa que não adianta. Eles querem votar correndo na comissão e a comissão virar aquilo de faz de conta, que tem e não tem. “Vamos votar de qualquer jeito e mandamos

A reforma tributária é extremamente importante e ousado dizer que, se não for mais, é tanto quanto a reforma da previdência. O país precisa dessa reforma tributária.

para lá, porque o debate é no Plenário.” Então, para que haver comissão? Se tu tens comissão... E eu gosto de trabalhar em comissão, Vossa Excelência também. A comissão tem um papel fundamental e uma comissão mista de senadores e deputados, praticamente 30 senadores lá...

Para que é aquilo se não é para debater e discutir e alterar? A impressão que alguns passam é: “Não! Vai assim mesmo e depois no Plenário...” Vai para a Câmara. A Câmara vai segurar lá, porque não tem como votar aquilo do jeito que está, é uma anarquia federal aquela redação. Daí volta para nós na última hora, e vão querer que votemos. Não vamos votar.

Então, eu queria cumprimentar Vossa Excelência.

Para concluir já, porque não vou tirar o seu tempo, quero dizer que na 905 e também na reforma tributária... A 905 vai ser essa confusão enorme. Na reforma tributária, Vossa Excelência tem toda a razão. Eu também quero a reforma tributária, mas uma

reforma tributária decente. Como vai ser a briga dos grandes contra os pequenos, na reforma tributária, dificilmente vai ser aprovada, ainda mais no tempo em que eles estão dizendo.

É mais para cumprimentar Vossa Excelência.

Parabéns.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigado. É como eu digo, sempre engrandece o meu discurso. Muito obrigado.

Senador Arolde, imagine a gente ficar aceitando esse papel de carimbar. Não é possível mais, porque há momentos em que a gente se sente, eu não digo desencantado... Para mim é uma bênção de Deus estar aqui. Eu agradeço todos os dias a Deus, senadora Zenaide, poder estar aqui. É um orgulho ter conhecido pessoas como os senhores e as senhoras, mas há uma hora em que eu digo: eu não vim para isso. Como é que eu vou aprovar uma MP se eu não discuti, Paim, se não chegou na comissão, chegou para mim? Eu não vou mais, não. Eu não vou mais, não. Então, quero deixar este recado bem claro aqui: este senador do Amazonas vai... A reforma tributária não pensem que vai ser igual à reforma da previdência, não. Todos nós temos que orar...

O Sr. Arolde de Oliveira (PSD-RJ) — Concede-me um aparte?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eu ouço o senador Arolde de Oliveira com o maior prazer.

O Sr. Arolde de Oliveira (PSD-RJ. Para apartear.) — Senador Plínio Valério, parabéns pela abordagem que Vossa Excelência está fazendo.

Eu gostaria de externar que, sobre medida provisória, eu sou contrário às medidas provisórias desde a Constituinte. Eu fui constituinte e essa medida provisória é um ranço que ficou na Constituição e que, por um certo momento, teve um viés parlamentarista, que foi eliminado quando houve uma consulta plebiscitária e ficou estabelecido que o sistema seria presidencialista. Mas ficou, na Constituição, a medida provisória, ocupando o espaço do que nós tínhamos, que era o decreto-lei.

O decreto-lei era o instituto justamente do Poder Executivo. Era um instrumento executivo do governo para legislar. Se houvesse algum problema, o Congresso, então, se pronunciaria contra. Como há a medida provisória, hoje o pronunciamento do Congresso contra as medidas é contra as infralegais, as portarias. Quando estamos em desacordo, nós fazemos projeto de resolução e acabamos com a validade desses instrumentos. Mas era o decreto-lei. E ficou esse ranço.

E, realmente, é um desequilíbrio muito grande, porque a medida provisória perdeu aquela função de cuidar estritamente de assuntos pertinentes à preservação da governabilidade e passou a ser um instrumento de legislação, que deu todos esses proble-

mas, inclusive, nesses anos todos aí, até de venda de leis através de medidas provisórias, os jabutis, etc. Não é esse o assunto que nós estamos tratando aqui.

Então, eu vejo com muita alegria a posição de Vossa Excelência. Nós temos que rever essa situação para, no mínimo, criar um equilíbrio entre a Câmara e o Senado na tramitação.

Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Perfeito. Eu que agradeço a sua contribuição, senador Arolde.

Um assunto que nós temos que enfrentar — e o senador Anastasia já apresentou substitutivo — diz respeito a fixar, a limitar o mandato de ministro do Supremo. Nós não podemos mais fugir. É uma prerrogativa constitucional que nós temos. E a grande maioria da população brasileira quer isto: limitar o mandato de ministro do Supremo para que ele não pense que é semideus. Quando eu cheguei aqui, eu achava que eles achavam que eram, mas hoje eu digo que eles têm certeza de que são.

Olhem só, em 2017, decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal: 89,8% foram decisões monocráticas de 113.600, ou seja, o ministro pega, resolve, pá, pô, dá e acabou. E o plenário não discute mais. Não pode! Houve um projeto — acho que do senador Oriovisto — para acabar com esse poder da decisão monocrática, mas foi derubado aqui.

Então, nós temos que discutir mesmo, limitar, fazer aquilo que a população espera de todos nós. Eu não estou dizendo aqui que não está se cumprindo. Estou dizendo que a gente está, de vez em quando, abrindo mão para o bem do Brasil, mas não podem se aproveitar dessa nossa consciência, sempre estar querendo que a gente vote...

Eu concedo a palavra ao senador Kajuru, porque eu quero encerrar também citando o senador Kajuru e o senador Anastasia.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA-GO. Para apartear.) — Senador Plínio, além de concordar com cada uma de suas palavras e para não repetir o que Paim e Arolde disseram, eu creio que é importantíssima essa sua reflexão sobre todos nós aqui em votação, ou seja, goela abaixo, com rapidez, sem preparar, sem discutir, sem debater, principalmente para os seus representantes, no Amazonas, os meus, em Goiás, os do Paim, no Rio Grande do Sul, os do Rio, com o Arolde, os de Rondônia, com o Marcos, que chega ali, porque vamos falar a verdade aqui.

Por exemplo, na reforma da previdência — o Paim se lembra —, eu coloquei o meu público nas redes sociais, o meu eleitorado para opinar. Eu senti que ele não estava preparado. Ele não sabia realmente o teor da reforma da previdência...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA-GO) — ... como ela era e como ela era cruel aos trabalhadores, de fato, neste país.

Então, nesse caso, o senhor tem razão, mais uma vez, senador Plínio, porque nós precisamos ouvir quem nos elegeu para ver se ele tem noção da reforma tributária, se ele conhece os detalhes, como ela chegou aqui à Casa, para podermos discutir com ele e lhe mostrar que não é bem assim.

Então, esse é um exemplo que o senhor dá no começo desse trabalho que serve para muita gente não só aqui no Senado, mas no Congresso todinho.

Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigado, senador Kajuru.

Eu já vou encerrar, presidente Anastasia, mas quero só dar um exemplo. Temos aqui um projeto que o senador Arthur Virgílio, mas que foi arquivado. Eu o restabeleci, a gente votou na Comissão, e ele já estava em Plenário. Falo do da blindagem do Banco Central. Aí o senador Eduardo Braga e o senador Tasso apresentaram emenda, e ele voltou para a CAE. E, quando eles anunciam, quando a imprensa anuncia as prioridades do Congresso, falam da blindagem do Banco Central, da independência, mas o projeto é do governo, ou seja, o nosso já está aqui para ser aprovado, mas nós vamos limitar, deixar na gaveta e esperar que a Câmara aprove o deles? Não pode. Isto é só um registro.

E, finalmente, quero dizer que, como eu ouvi o senhor, senador Kajuru, elogiando o senador Anastasia, de quem eu tenho a honra de ser amigo — a gente almoça junto todas as terças-feiras —, eu soube e vou perguntar a ele se é verdade, mas sei que é... Imagine o sentimento que eu estou tendo hoje, como senador do PSDB, de saber que o senador Anastasia vai sair do PSDB! Imagine!

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA-GO. Fora do microfone.) — Graças a Deus!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Imagine! Você diz “graças a Deus!”, mas eu digo “infelizmente”. Não é nem privar das ideias, porque enriquece sempre... Eu e o senador Anastasia temos uma amizade que extrapola. É de conhecimento, é identidade mesmo.

Eu lamento muito, senador Anastasia. Eu lamento mesmo. Eu quero deixar claro aqui da tribuna do Senado... Eu sei que essas anotações vão ficar para a história, para o resto da vida. Não pode, assusta-me um partido abrir mão de uma figura como o senador Anastasia. Eu quero aqui, senador... Mas, pelo seu olhar, eu sei que é verdade que o senhor vai nos deixar. Espero que não deixe nossos almoços de terça-feira, em que a gente realmente aprende muito, com a convivência com o Tasso, com o Serra, com o Rodrigo, com o Izalci, com o Rocha, com a Mara. Portanto, fica aqui.

Este é um discurso de lamentação mesmo. Meu sentimento hoje, senador Anastasia, é de perda. Claro que as ideias continuam, o contato continua, mas aquele prazer de dizer que eu faço parte de uma bancada que tem o senador Anastasia...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Lamento muito. E não tem nada a ver com a amizade, não. Eu estou falando aqui do talento dessa enciclopédia que o senhor representa para todos nós.

Eu estou aproveitando para finalizar, senador Anastasia... Como o senador Kajuru começou elogiando o senador Anastasia, eu termino meu discurso elogiando-o e dizendo: Anastasia — e peço que me permita nada de tratá-lo de «excelência» hoje —, hoje eu tenho um sentimento de perda por perder um companheiro como o senhor. Nem vou perguntar se é verdade, porque já deu para perceber que é. Lamentável! Lamentável!

DEFESA DA ZONA FRANCA E CPI DAS ONGS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 06/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Obrigado, senador Paulo.

Nesta quinta-feira, eu cheguei cedo aqui e ouvi o discurso do Paulo Paim, o discurso da senadora Zenaide, o discurso do Paulo Rocha, o discurso do Confúcio — nosso professor Confúcio — e o do Humberto Costa. Todos, absolutamente todos, ficaram num tema; falaram de alguns outros, mas abordaram essa questão do emprego, do desemprego, do incentivo, da importância e do descaso.

Senador Paulo Rocha, ontem eu falava — e vou repetir aqui — que eu tenho apoiado este governo na medida em que acho que devo apoiar, na sua maioria, embora não entenda, teimosamente não entenda, por que essa mania de querer acabar com o que está pronto.

Falaram do desemprego todos que me antecederam. E o ministro Paulo Guedes, quem manda na economia deste país, insiste em acabar com a Zona Franca de Manaus, que, no ano passado, empregou 92 mil pessoas — 92 mil pessoas! Foram 86 mil em 2018, subiu um pouquinho, mas nós já empregamos 146 mil pessoas no Distrito Industrial de Manaus. E ele quer acabar, porque retira os incentivos fiscais garantidos na Constituição Federal — portanto, não é nenhum favor; é constitucional. Quando ele acena, quando ele afirma e diz que vai retirar o subsídio do polo de concentrados — que está em 8%; já foi de 20%; vai para 6% e vai para 4% —, nos coloca no corredor da morte com data marcada para morrer.

Eu não consigo entender: há tanto que se ocupar no país para gerar emprego, e o ministro Paulo Guedes se ocupa com a Zona Franca de Manaus permanentemente. São 92 mil empregos, 500 mil a 600 mil empregos indiretos num país que precisa, urgentemente, senador Paulo, gerar emprego, como o senhor estava dizendo aqui há pouco, apontar caminhos da construção e não caminho da destruição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-PA) — Essa frase sua é muito importante, senador: o que está pronto e que o está dando certo não tem por que...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Deixe em paz!

Ontem eu disse e vou repetir olhando para os brasileiros: por favor, ministro Paulo Guedes, nos deixe em paz! Nós sabemos comandar o nosso destino. Nós do Amazonas sabemos cuidar da nossa casa, desde que o governo federal não nos atrapalhe. São 92 mil empregos diretos no PIM.

E o que significa para a nossa Zona Franca a retirada dos subsídios dos concentrados? A Coca-Cola, que está lá, a Ambev, que está por lá, dizem que ganham muito dinheiro à custa dos subsídios; claro, o capitalismo não tem pátria, não tem respeito com ninguém. Mas retirem a Coca-Cola do Polo Industrial de Manaus e publiquem uma notinha no *The New York Times*, pequenininha: “Coca-Cola sai do Polo Industrial de Manaus por insegurança jurídica”, e veja o efeito que isso vai causar, a destruição que isso vai provocar. E nós já explicamos isso ao presidente Bolsonaro, já explicamos isso mil vezes ao ministro Paulo Guedes. E vamos ter que voltar para dizer: “Olha, são 92 mil empregos”.

Ano passado, a Zona Franca de Manaus faturou R\$86 bilhões; mandou, através de tributos federais, para a Receita Federal, R\$14 bilhões; de janeiro a outubro, a Receita Federal arrecadou no Amazonas R\$14 bilhões. Vai arrecadar R\$16,5 a R\$17 bilhões até o final do ano. Desses R\$14 a R\$17 bilhões, retornam para o Amazonas, através daqueles repasses obrigatórios constitucionais, entre R\$4 e R\$6 bilhões, não mais do que isso. Se a gente, então, diminuir, dos R\$16 bilhões, R\$6 bilhões, vão continuar R\$10 bilhões. Nós mandamos R\$10 bilhões a mais.

Eu tenho aqui um dado de 2015, quando eu estava como deputado Federal — por pouco tempo, eu era suplente. Naquele ano, a Receita Federal arrecadou, no Amazonas, R\$13 bilhões, arredondando. Não, deu mais, porque são mais R\$700 milhões, quase 14 bilhões, e recebeu de volta quase R\$7 bilhões. Naquele ano de 2015, o dinheiro que o Amazonas mandou a mais para a União foi de R\$6 bilhões; neste ano já mandamos R\$14 bilhões, e eles devem mandar de volta.

Por que a gente tem que insistir, presidente, com uma coisa que está dando certo? Eu gostaria imensamente aqui hoje de pegar dados, Paulo, do que o Confúcio falou, do que você falou, do que o Paim falou, do que a Zenaide falou, do que o Humberto falou; adoraria. Mas vocês todos falaram que é preciso criar emprego, os senhores e senhoras todos disseram que este governo está contribuindo para o desemprego, e eu mostro por que ele está contribuindo. A Zona Franca de Manaus emprega 92 mil pessoas, e o governo quer retirar o subsídio desse modelo que dá certo. Eu não consigo entender, porque burros não são — burros não são. Se as coisas estão dando certo, deixem em paz, cuidem.

E outra coisa... Cumprimento os visitantes, presidente, que estão por aí percorrendo o Congresso e nos conhecendo. Quinta-feira é assim mesmo, poucos aqui conversando, mas muitos nos gabinetes trabalhando e nos ministérios.

A renúncia fiscal deve girar em torno, eu acho, que de R\$80 bilhões, R\$90 bilhões, não sei. Mas vamos dizer que, dos 100% da renúncia fiscal que o governo federal proporciona aos vários segmentos, a Zona Franca consome 8% — e somos cinco Estados — 8%! Nunca o ministro fala dos 92%. Onde estão, Paulo, esses 92%? A indústria automobilística é uma delas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, e ele só fala da Zona Franca de Manaus. Eu não quero acreditar que o problema seja com a Zona Franca, mas pela ojeriza, pelo ódio que ele tem pelo termo renúncia fiscal.

O que eu quero dizer é que a colaboração que eu posso dar para este governo aqui, neste momento é: deixem a Zona Franca em paz, que nós vamos manter os 90 mil empregos. E mais: aqui é o mundo, a floresta vai continuar em pé e de pé, por quê? Deixe-me falar para vocês: o Amazonas preserva 97% da sua floresta — 97% da floresta. Imaginem, o Amazonas tem 1,57 milhão de quilômetros quadrados, uma floresta imensurável, e está de pé, porque a Zona Franca, que não foi o objetivo, mas foi consequência, proporcionou à nossa floresta ficar em pé. Porque todo mundo veio do interior. Há emprego em Manaus, corre para lá. E já empregamos 140 mil pessoas.

Então, ninguém mexeu na floresta, ela está intacta. Quanto vale uma floresta desta para o mundo? Quanto vale uma floresta dessa devastada para reflorestar? Será que a gente vai ter que destruir a floresta, será que a gente vai ter que poluir a água para ser coitadinho, para a comunidade internacional, que se aproveita dessa histeria ambiental para querer nos ajudar? Nós não precisamos desse tipo de ajuda. O Amazonas não precisa de esmola. O Amazonas não está de pires na mão, a gente está a exigir justiça e paz, segurança jurídica. A Constituição nos assegura tratamento tributário diferenciado, e é com isso que nós queremos continuar. Agora, se o ministro acha que a Coca-Cola está ganhando muito dinheiro, isso não é o problema, ele tem que entender o que significa a Zona Franca.

Vocês devem ter aí algum celular da Samsung, alguém deve ter em casa televisor da Samsung, da LG, fabricado na Zona Franca de Manaus, esses *splits* fabricados na Zona Franca de Manaus, computadores fabricados na Zona Franca de Manaus. Ele acha... E dele eu não perdoo, porque qualquer um de vocês que não foi a Manaus, qualquer um de vocês que não é estudioso e não tem nas mãos as rédeas do destino econômico não tem obrigação de saber, mas ele tem a obrigação de saber o que é a Zona Franca, como funciona e o que ela representa para o país. Ele tem essa obrigação e não conhece. Retirar os subsídios significa acabar com os polos de desenvolvimento.

Então, a gente fica aqui... Eu não canso, porque a minha missão foi essa. Vereador de Manaus, o povo generosamente me elegeu senador da República — olha o salto que Deus proporcionou, o que a população do Amazonas me fez. Então, não vou cansar nunca de mostrar e dizer a mesma coisa, e tentando ser educado, porque você, tendo a obrigação de gerar emprego, não está conseguindo, se voltar e dar um tiro onde tem emprego é, no mínimo, uma idiotice, porque burros não são.

Então, presidente Paulo Rocha, meu vizinho do Pará, deixe-me tratar também de um outro tema que nos diz respeito, porque a gente inicia esta legislatura, eu, particularmente, na expectativa da instalação da CPI para investigar as ONGs na Amazônia, que eu tanto pedi. O presidente já leu o requerimento, e os líderes estão agora indicando os membros.

Antes de falar da minha suspeita, eu quero sempre carimbar, deixar claro: a intenção deste senador e agora do Senado não é, nunca foi e nunca será demonizar as ONGs, estigmatizar as ONGs. Há boas ONGs, que merecem total apoio e nosso aplauso. Portanto, a gente quer separar o joio do trigo, porque há um conluio, sim, de governos de países estrangeiros com as ONGs. Essa agenda ambiental, que não data de agora, começou há três décadas. É uma coisa pensada, desenvolvida.

E há os que querem preservar, e há os que querem conservar. Nós queremos preservar. Você tem uma floresta, você mexe nela para a sua sobrevivência, mas preserva a grande maioria. Mas, não: algumas ONGs querem conservar, ou seja, comprar o que está lá e deixar de pé, que vire um jardim botânico, que vire um santuário. E me disse um jornalista aqui da TV Senado mesmo: “Mas, senador, não é bom comprar terra e deixar a floresta em pé?” Não é, porque embaixo daquela floresta há seres humanos que estão lá há décadas. E, quando a ONG compra, quando o governo estrangeiro compra via ONG, não se pode mais tocar em nada.

E o caboclo da minha região — eu sou caboclo, eu sou da beira de rio, sou da beira do Rio Juruá, do município chamado Eirunepé, que hoje tem 35 mil habitantes — não tem renda. Portanto, no final do mês ele não tem renda; tem o Bolsa Família, que o Paulo estava elogiando, e realmente tem que se elogiar. Então, ele não tem renda, mas ele tem que comprar o açúcar, porque ele não produz o açúcar, o sal e o óleo. Ele produz a farinha, ele tem a mandioca, mas ele não tem renda. Como é que esse caboclo vai sobreviver? Ele vai vender um tracajá a mais, um pirarucu a mais. Ele vai ter que usar a floresta, derrubar uma árvore, fazer meia dúzia de tábuas e vender, mas, se ele fizer isso, o Ibama estará lá, não para repreender, mas para punir, porque a lei ambiental, os tentáculos da lei ambiental chegam lá, sim, mas para punir. E a gente vive assim. E a gente tem que estar...

Olha, e é o Amazonas, o maior estado da Federação brasileira, onde passa o maior volume de água doce do mundo, maior área de várzea para plantar do planeta, onde há minério na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel, na região dos Seis Lagos, na Cabeça do Cachorro, que é a maior reserva de nióbio do planeta. O Canadá sustenta a sua saúde, o seu sistema de saúde e educação com o nióbio, com o imposto do nióbio. E ele tem 1,7% da reserva mundial. Nós temos noventa e pouco. A gente tem diamante. A gente tem ouro. A gente tem prata. Se eu for elencar aqui os minérios que a Amazônia possui, vocês vão ficar o dia todo, vão cansar, vão embora, e eu vou continuar aqui falando. E a gente não pode explorar.

Mas o que me irrita, senador Paulo Rocha — por isso, com a CPI eu vou entrar —, é que há lugares, reservas, lagos em que ONGs tomam conta e em que brasileiro não entra. Brasileiro não entra! Simplesmente, eles trazem turistas, quando eles exploram, direto para lá. O Canadá manda, mensalmente, turistas para São Gabriel, Paulo. Imagine canadense fazendo turismo em São Gabriel — de Manaus para lá dá três horas e pouco de viagem de avião. Suspeitas. Então, Paulo, nós divergimos um pouco nisso, mas nós vamos investigar para, realmente, dizer: esta ONG aqui é aplauso, mas esta aqui está usando, está até comprometendo as ONGs boas. Então, essa minha suspeita, senhor presidente, senhoras e senhores senadores, vem de longe, de interesses ligados à Amazônia entre governos estrangeiros e organizações não governamentais criadas no Brasil.

Em depoimento prestado, na virada do milênio, o senador Passarinho, que presidiu uma CPI aqui, já alertava para esse tipo de coisa. E é só pegar a história, presidente, é só pegar a história, senhoras e senhores senadores, para que a gente, realmente, concorde com isso.

Deixe-me citar aqui para dizer que não é coisa nova. Comandante por vários anos de um Batalhão de Forças Especiais da Amazônia, o Gen. Durval Nery acusa ONGs estrangeiras de fomentar denúncias de órgãos internacionais sobre as queimadas na Amazônia — alguém que tem experiência, que viveu na Amazônia. Segundo ele, não só as queimadas seriam historicamente muito menores do que as denunciadas, como, em sua grande maioria, não ocorreriam na própria Amazônia, mas em regiões periféricas, o que a gente acredita que seja verdade.

Ontem, eu conversava com o governador de São Paulo, Doria, do PSDB, e falava para ele, quando ele falava que lá fora o Brasil realmente não estava bem na fita na questão ambiental, da minha suspeita de que essa histeria não se justifica, a não ser que as mentiras sobre a Amazônia já tenham se tornado verdade, por que, realmente...

Olha, no livro *A Ecologia Política das Grandes ONGs Transnacionais Conservacionistas*, o professor Antonio Carlos Diegues, da Universidade de São Paulo, que também é diretor científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras — olha só o que essa sumidade está dizendo — aponta o aumento da complexidade da estrutura de ONGs transnacionais conservacionistas, examinando vários casos.

Ele mostra, assim, que as grandes organizações não governamentais conservacionistas, conhecidas pela sigla em inglês BINGOs, vêm se instalando no Brasil desde 1970, investindo recursos financeiros, humanos e institucionais. As causas a que se dedicam e o investimento na sua imagem costumam imprimir uma aura de legitimidade, simpatia e respeito, conseguindo, assim, que sejam alvos de pouca ou nenhuma crítica. É uma estratégia. Isto é dito por um professor da área, por uma sumidade na área.

Portanto, na CPI das ONGs, a que nós estaremos presentes, nós temos grande expectativa mesmo de poder separar o joio do trigo, para que eu possa voltar ao Plenário após o fim das investigações para dizer que tal ONG merece nosso aplauso, que tal ONG merece respeito. Mas, pelos aplausos e pelo respeito, nós estamos denunciando essas que não merecem sequer ter o nome de organizações não governamentais.

Encerro, portanto, presidente Paulo, com a certeza de que teremos, como tivemos, mais de 30 assinaturas para o pedido de CPI.

Dessas ilações que faço, a prova mais evidente dessa intenção, aqui também dita pelo mestre em ecologia que eu citei, é a aquisição, por certas BINGOs, de porções de florestas ao redor do mundo como incentivo às modalidades privadas de proteção à natureza. Fecha aspas. Palavras dele.

Portanto, o que faço aqui sempre é um alerta dando eco a esse alerta que parte da comunidade científica, sim. Há comunidade científica, há pesquisadores que preferem se apoiar em fatos concretos a adotar a retórica imperial das grandes ONGs. É esse desafio que nós temos que enfrentar, porque, quando se fala em ONG na Amazônia, é só aquela história de “coitadinha da Amazônia”... Outro dia, houve um documento de 40 cientistas brasileiros com estrangeiros alertando para o perigo da extinção do homem da Amazônia. A Amazônia tem por volta de 23 milhões de habitantes. Imagine! Eles querem nos colocar na situação da ararinha-azul e do mico-leão-dourado. Nós respeitamos a ararinha-azul e o mico-leão-dourado, mas nós não somos a ararinha-azul nem o mico-leão-dourado. Nós somos seres humanos que têm todo o direito de progredir, de avançar, de usufruir das benesses, das benfeitorias e das vantagens que o progresso nos traz.

Olhem só a hipocrisia de quem nos condena, de quem nos dá aula! Vou citar só a Noruega e a Alemanha, deixando até a França, do Macron, de lado. Eles falam que nós estamos dizimando a floresta, queimando-a. A Noruega — eu não sei, porque, de vez em quando, eu erro — deve ter em torno de 5 a 6 milhões de habitantes e consome duas vezes mais petróleo do que o Brasil, com 210 milhões de habitantes. A Alemanha consome quatro vezes mais. São uns hipócritas! Não todos os alemães, não os noruegueses, mas aqueles que querem nos impingir as nódoas, que querem nos carimbar como vilões. Você brasileiro e você brasileira tem que ter orgulho. Deixa eu te dizer: o Brasil é o país que mais preserva sua floresta no Planeta! Nós somos campeões de preservação, e eles querem nos colocar na situação de vilões. Querem que você se sinta, que eu me sinta...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... um vilão, um infrator, quando, na realidade, a gente merecia elogio e aplauso por preservar a floresta. Não aceito a pecha.

Deus concedeu a graça de eu estar aqui senador da República pelo Amazonas e pela Amazônia, e vocês vão sempre me ouvir bater nessa tecla: não somos coitadinhos,

não somos pobrezinhos. Estão querendo se aproveitar da boa vontade. E não me digam não.

Eu encerro, Paulo.

A imprensa brasileira, essa grande imprensa brasileira dos programas de rádio, dos programas de televisão e de jornais, que aplaudem tudo o que esse pessoal diz, para mim, sofre do complexo do colonizado. Tudo é melhor. A frase deles é melhor. O terno deles é melhor. Então, se eles dizem que a Amazônia está queimando, a Amazônia está queimando. Está não! Claro, claro que têm que ser fiscalizada. Há queimadas, há devastação, sim, mas há leis para proibir e para coibir.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — E nós sabemos cuidar da nossa casa.

Portanto, essa CPI das ONGs vai, sim, e eu tenho essa expectativa grande — vou participar dela porque pedi — de que nós vamos separar o joio do trigo e provar para o mundo inteiro que nós não somos vilões, nós não somos bandidos; vilões e bandidos são eles.

Obrigado, presidente.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 11/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, deve ser examinado com o máximo de equilíbrio e de atenção o projeto de lei que chega ao Congresso Nacional com o objetivo de regulamentar a mineração e a geração de energia elétrica em terras indígenas. O projeto também abre às aldeias indígenas a possibilidade de explorarem as terras em outras atividades econômicas, como agricultura e turismo. E nós precisamos, principalmente nós, da Amazônia, reconhecer que a exploração mineral e hídrica — e a todos é bom que se diga — está prevista na Constituição Federal, mas nunca foi regulada. O projeto que ora chega está respaldado na Constituição Federal. Portanto, quando a gente ouve por aí alardes — e histeria vai haver também —, é bom que nós, brasileiros, nos atenhamos ao fato de que o texto é constitucional. Ele obteve, repito, a regulamentação que ainda não tinha sido proposta.

O art. 231 da Constituição reconhece os direitos originários dos índios e ele combina com o art. 176, que define que as jazidas e os demais recursos minerais, assim como o potencial de energia hidráulica, como bens da União.

Os índios terão todo o direito de explorar e de repassar a terceiros, mas lembrando sempre que nada pode ser explorado em terras indígenas sem a aquiescência de

Os índios terão todo o direito de explorar e de repassar a terceiros, mas lembrando sempre que nada pode ser explorado em terras indígenas sem a aquiescência de seu povo e sem que este Congresso Nacional aprove e apoie.

seu povo e sem que este Congresso Nacional aprove e apoie.

É muito fácil... Aí, presidente Lasier, quando o senhor cita o fato de a gente ser da Amazônia, lembramos que compete a nós, amazônidas, tratar sempre de temas bem carentes de falta de passionalismo e bem

melindrosos, como, por exemplo, o garimpo em terras indígenas.

Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, essa oportunidade que nós temos é de legalizar o que já existe de forma ilegal. Para nós, não é novidade que haja, em terras indígenas, o contrabando de minérios — nenhuma! Para mim, não é novidade — pode ser para o outro Brasil, para o Brasil amazônico não é — que ONGs tomem conta de áreas e não permitam que brasileiros adentrem aquelas áreas. Está lá! Se é legal ou ilegal, é um problema que nós temos de enfrentar, porque a gente não quer explorar a terra indígena, mas ela já está sendo explorada sim, e muito — e muito!

Essa possibilidade que está aberta é legalizar algo que sobrevive à margem da lei. Na verdade, o que se quer é garantir os direitos dos indígenas, nunca — é bom que se diga em alto e bom som — restringi-los. Os índios podem e devem exercer a sua autonomia, sem ser tutelados por estrangeiros.

É muito fácil não só para alguns brasileiros, mas para os estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, instaladas em suas ricas cidades de primeiro mundo, exigirem que se deixem intocadas as terras indígenas. É muito fácil cobrar vegetação original, preservação ambiental, minérios enterrados, enquanto os moradores dessas terras mal têm o que comer.

Enquanto isso ocorre na Amazônia, enquanto isso ocorre na nossa frente, pesquisas mostram que a Amazônia é o pior lugar do Brasil para a criança viver e sobreviver. O IDH da Amazônia é baixíssimo e as carências se acumulam, tudo isso em meio a riquezas.

O IDH da Amazônia é baixíssimo e as carências se acumulam, tudo isso em meio a riquezas.

Eu não vou aqui fazer uma defesa apressada do projeto que chega ao Congresso Nacional. Defendo a sua discussão e defendo a sua legalidade. Digo apenas que esse projeto regulamenta dispositivos já existentes na Constituição, e, mais uma vez, chamo a atenção para o relatório do Unicef, para as pesquisas e para a vivência que nós temos. Se toda essa política indigenista estivesse dando certo, Manaus não teria 40 mil índios vivendo em condições subumanas em sua periferia.

Dos 521 milhões de hectares que compõem toda a Amazônia Legal, 94 milhões de hectares são áreas de proteção integral, um território equivalente a duas vezes o estado de Minas Gerais e que corresponde a 18% de toda a área. Outros 115 milhões de hectares são terras indígenas já demarcadas, o que corresponde a 22% de toda a região.

Só para lembrar, a Amazônia Legal abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Merece aqui que seja feita uma comparação que eu gosto de fazer, ou seja, comparar essa área com as de países que tantos palpites e cobranças fazem sobre a gestão do território brasileiro. Presidente, a França tem 54,4 milhões de hectares; a Noruega, 38,5 milhões de hectares; a Alemanha, 35,7 milhões de hectares, o que soma, portanto, mais de 128 milhões de hectares, território apenas ligeiramente superior às terras indígenas já demarcadas na Amazônia e correspondente à metade das áreas protegidas em nossa região. Além disso, 99,7% das florestas primárias europeias foram destruídas para dar lugar a cidades, cultivo de plantações comerciais. Mais do que isso, a cobertura original restante está quase toda em áreas quase inacessíveis e invariavelmente imprestáveis para a agricultura, como, por exemplo, os Alpes e as montanhas escandinavas — é o caso da Noruega, que tanto nos critica. E há um dado irônico, senhoras senadoras, senhores senadores, sobre o qual deveriam se debruçar os ativistas: cada cidadão da Noruega

consome por dia, em média, nada menos do que 47 barris de petróleo, esgotando os recursos do planeta e contribuindo para a poluição. Na Alemanha, que também quer ditar as normas, o gasto é de 31 barris por dia; na França, que nos critica, 28 barris por dia; o brasileiro consome um terço disso, dez barris por dia. E na Amazônia esse gasto fica muito abaixo de cinco. Uma vez mais, portanto, senadores e senadoras, digo aqui: a Amazônia não é problema; a Amazônia sempre foi e continuará sendo a solução.

Voltando para o Brasil, voltando para a Amazônia, a restrição legal atual não inibe as empresas de registrarem oficialmente quais são as suas áreas de interesse. Existem hoje, presidente, 3.212 processos ativos de atividades minerais previstas dentro das terras indígenas da Amazônia Legal. Esses pedidos envolvem 24 milhões de hectares. O que eu defendo é a gente discutir sem paixão, mas discutir com comparação, sim, porque eu não conheço povo desenvolvido que não explorou seus recursos naturais. É muito fácil que-

... eu não conheço povo desenvolvido que não explorou seus recursos naturais. É muito fácil querer que a gente conserve, quando na realidade nós temos obrigação de preservar. Preservar é obrigação de todos nós; conservar intacto, não. A Amazônia não é jardim botânico, a Amazônia não é santuário.

rer que a gente conserve, quando na realidade nós temos obrigação de preservar. Preservar é obrigação de todos nós; conservar intacto, não. A Amazônia não é jardim botânico, a Amazônia não é santuário. Eu vejo nesse projeto a chance de romper esse ciclo de atraso e de sofrimento que nos impõem à população. Os indígenas e caboclos da Amazônia pisam em tesouros e dormem ao relento, e até hoje se veem impedidos de progredir, de usufruir

do que a natureza, do que Deus lhe concedeu. Mas a hipocrisia reside aqui. Na verdade, essa exploração já ocorre, e ocorre de forma ilegal. Portanto, a gente tem que enfrentar esse assunto. Há garimpos irregulares no país todo, especialmente em áreas protegidas, e não são apenas garimpo, como disse; são áreas que determinadas ONGs escolhem para si, elegem como suas e impedem o acesso até de brasileiros.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Permitam-me encerrar, presidente, senhoras senadoras, senhores senadores.

É obrigação nossa, sim, preservar a floresta. É obrigação nossa, sim; mas acima de tudo, é obrigação e um direito nosso usufruir dos bens que Deus nos colocou. A Amazônia, com toda a sua riqueza, não é uma dádiva humana. A Amazônia, com toda a sua riqueza, não é uma benesse de Noruega, de Alemanha, de França, de quem quer que seja. Temos que preservar sim, claro que temos que preservar. Mas é hipocrisia não admitir que a Amazônia que está sendo devastada é a Amazônia das ati-

É obrigação nossa, sim, preservar a floresta. É obrigação nossa, sim; mas acima de tudo, é obrigação e um direito nosso usufruir dos bens que Deus nos colocou.

vidades ilegais, que a gente tem que legalizar. Portanto, o projeto do Executivo não tem nada de inconstitucional. É constitucional. Só está regulamentando o que já diz a Constituição brasileira em dois dos seus artigos. Eu posso falar aqui, amazonense, porque o Amazonas preserva 97% da sua floresta. Então, eu posso falar: isso não pode, não deve ser feito às custas da miséria dos amazônidas, das necessidades dos caboclos, essa necessidade que todo ser humano tem.

O caboclo na Amazônia, com essa riqueza toda que se discute, não tem renda para comprar o açúcar, não tem renda para comprar o café, não tem renda para comprar o óleo. Compete a quem pode criar a possibilidade de conseguir isso, mas não podemos admitir esse conservacionismo, essa onda de conservar. Preservar, sim; conservar impactado não é possível. E é muito fácil, é muito fácil, é muito fácil querer editar normas quando já se usufrui de toda a riqueza possível, de todos os seus bens. Noruega, França, Alemanha gastam muito mais petróleo do que o Brasil e querem nos impingir nódoas ambientais que não temos, pecados ambientais que não cometemos. Nós brasileiros, nós brasileiras temos que ter em mente o orgulho de que o Brasil é o país que mais preserva sua floresta no planeta. Isso tem que ser motivo de orgulho, não motivo de tristeza. Nós não somos bandidos. Os vilões são os outros.

Então, prego aqui: preservar, sim; conservar, não. Preservar para o bem do planeta, para o bem do mundo, mas preservar usufruindo para o bem de quem habita, e quem habita a Amazônia somos nós.

Obrigado, presidente.

EXPLORAÇÃO DAS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA PARA O BEM DOS BRASILEIROS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 13/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB–AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras e senhores senadores, é bom a gente ficar ouvindo todos os oradores até para que a gente possa reforçar o discurso que viemos fazer.

Pegando, agora por último, o discurso do senador Marcelo, quando ele fala do orgulho que nós temos de ter — e a senadora Zenaide também o mostrava — da competência e da genialidade dos pesquisadores e cientistas brasileiros, lembro que venho batendo em um tema desde que cheguei a este Senado, porque me recuso a aceitar, como amazônida, o papel de vilão que acentuadamente os europeus tentam nos atribuir, o papel de vilões do meio ambiente, de bandidos do meio ambiente, de pecadores do meio ambiente.

O Sínodo da Amazônia... Eu fiquei preocupado, porque vazaram algumas declarações do Papa Francisco — e, como católico que sou, ele é meu Papa. Eu peguei uma declaração dele que bate com o que a gente pensa. O Papa critica a internacionalização da Amazônia, mas defende as ONGs na região. Eu, que pedi uma CPI para investigar a ação das ONGs na Amazônia, também acho que deve haver ONGs na Amazônia sim, ONGs do bem, que queiram o nosso bem e não os nossos bens, como já dizia o Padre Antônio Vieira há séculos.

“A solução para o desastre ecológico enfrentado pela Amazônia [diz o Papa] não está na internacionalização da região, mas a presença das ONGs é extremamente necessária”. É o que eu digo, também concordo.

O Papa cita indígenas, ribeirinhos e afrodescendentes, os negros, ao defender políticas orientadas aos povos mais pobres da região e diz que interesses colonizadores, no passado e no presente, empurram essas populações para as periferias das cidades.

Encerro aqui com o que o Papa diz e passo a repetir o que já disse aqui: Manaus tem aproximadamente de 40 a 50 mil indígenas vivendo na sua periferia em condições subumanas. Há alguma coisa errada na política que se pratica no Brasil.

Eu tenho agradecido a Deus todos os dias a oportunidade de subir a esta tribuna pelo menos três vezes por semana para bater naquela tecla, para dizer, principalmente ao Brasil, que esqueçam os estrangeiros, porque, enquanto a gente não fizer o dever de casa, enquanto eu não conseguir fazer com que os brasileiros e brasileiras pelo menos

tenham um olhar diferenciado, senadora Zenaide, para os nossos problemas e afastem de si o cálice do complexo do colonizado...

Eu tenho dito aqui que criticar, que impor regras é muito fácil. Você pega seu *laptop*, seu *iPhone*, seu avião, seu carro e diz que a gente não pode explorar os nossos minérios e diz que nós não temos direito a explorar porque vai prejudicar o mundo.

Só para dar um exemplo, senadora, o meu *iPhone* está ali. O *iPhone* contém 0,034g de ouro, 0,34g de prata, contém paládio, contém alumínio, contém cobre, contém plástico, vidro e os minérios chamados terras-raras na bateria. De onde vem isso? Por que se pode ter para se dar luxo à população, para usufruir; mas nós amazônidas, nós brasileiros não podemos usufruir dessa riqueza?

Eu dei o exemplo do *iPhone*. Foram vendidos no mundo 341,5 milhões de *iphones*, no segundo semestre de 2019. De onde vem todo esse minério? Por que eles podem ter esse minério, usufruir desse minério, usar esse minério, valorizar esse minério, agregar valor aos seus produtos e insistem em dizer que nós temos que ficar de mãos atadas e nada fazer? E o que é pior: querer nos imputar os pecados ambientais, como se nós fôssemos os vilões.

Quando bato na tecla do complexo do colonizado, quando bato na tecla de que nós temos o direito de usufruir da nossa riqueza, eu estou combatendo não os que querem preservar, mas os que querem conservar. As ONGs, quando compram terras para conservar, estão prejudicando. Quando eu compro para preservar, é outra história. Eu preservo usufruindo com racionalidade, eu preservo convivendo com a natureza, com o meio ambiente. Eu não conservo comprando uma área e deixando intacta, esquecendo o caboclo que ali mora, o índio que ali mora, que não vai poder fazer mais nada, vai ter que abandonar, porque não vai ter como sobreviver comendo. E eu estou falando é de comida — básico, básico!

A gente fala de Amazônia, pensa que não tem problema na água. Tem! A água tem que ser potável. Eu sou do Rio Juruá, e minha mãe conta que menino, criança, eu tive hepatite A — e os meus amigos daquela época todos tiveram a hepatite A —, que é a mais suave, causada pela água do rio que nós tomávamos. O que eu defendo sempre aqui, senadora Zenaide, quando venho à tribuna, é o mesmo direito que eles tiveram de explorar as suas terras, suas riquezas, viver no conforto. E a gente tem que sair desse abandono e não consegue, porque nos amarram, nos botam cadeados.

Dos 521 milhões de hectares que compõem toda a Amazônia Legal, 94 milhões de hectares são áreas de proteção integral, num território equivalente a duas vezes Minas Gerais. A França tem somente 54 milhões; a Noruega, 32 milhões. Eu estou esquecendo os quebrados aqui, só para a gente ter uma comparação. Na Europa, os países europeus destruíram nada menos — nada menos — do que 99% de suas florestas primárias — a Europa inteira, a Europa inteira. Na Noruega, por exemplo, que quer nos dar lições o

tempo todo, o dia inteiro, só tem mesmo alguma coisa de vegetação. “Ah, porque nós estamos reflorestando.” Sim, estão reflorestando depois que destruíram, depois que usufruíram, e reflorestamento nunca é igual. Portanto, a minha nota, que não é de um tom só, porque a gente aborda outros assuntos, vai ser insistente nisso. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, as florestas representam 30% do território mundial. Dessa proporção, 36% são florestas primárias. Metade das florestas primárias que existiam no Planeta já foi destruída. E agora nós temos a nossa, que querem que a gente não destrua. É claro que não vão destruir, lógico que não vão destruir. Se a Amazônia fosse na Europa, já estaria destruída. Graças a Deus a Amazônia não está na Europa, está aqui. Nós sabemos conviver, sim. Agora, por que não usufruir? De onde vem esse minério? Esse minério chamado terras-raras tem na Amazônia de forma abundante. O distrito industrial importa esse minério para botar no *iPhone*, para botar no *laptop*. Eles exploram, nos vendem, e a gente pisa em riqueza e dorme ao relento.

A Noruega tem 38% do seu território coberto por vegetação, o que dá 122 mil quilômetros quadrados. A Noruega se notabilizou por vender madeira barata. A Noruega passou a vida toda vendendo madeira para confecção de móveis. O Canadá, tanto quanto a Finlândia, países que se apresentam como conservacionistas, têm economia em grande parte baseada na exploração da madeira. O Canadá é o maior exportador de madeira. A Finlândia industrializa sua madeira, sendo, com o Canadá, os dois maiores exportadores de papel do mundo.

E os combustíveis? Olha só a comparação: cada cidadão da Noruega consome por dia, em média, nada menos do que 47 barris de petróleo, esgotando os recursos do planeta e contribuindo para a população. Na Alemanha, o gasto é de 31 barris/dia por pessoa; na França, 28. No Brasil é um terço disso: dez barris por dia. E nós somos os vilões, e nós somos os pecadores, e nós somos os bandidos. Na Amazônia, de onde veio esse gasto, fica mais abaixo ainda: cinco barris per capita.

E a eletricidade? A Noruega é o segundo país com o maior gasto de eletricidade per capita em todo o Planeta. A Alemanha segue, a França vem, e o Brasil lá atrás. Ou seja, eles podem e nós não podemos. Eles não têm; nós, que temos, não podemos usar porque eles não querem, porque eles não deixam, porque eles incutem na cabeça o complexo do colonizado, dizendo: “não mexam porque vocês vão destruir o planeta”, “não mexam porque vocês não têm esse direito”. E quando o Macron fala em internacionalizar

Eu digo sempre: nós vamos continuar preservando a Amazônia, mas não podemos conservar do jeito que está. A Amazônia não é o jardim botânico que o europeu sonha e pensa. A Amazônia não é o santuário que os ecologistas românticos querem.

a Amazônia, ele não está sozinho nisso, não. Aí, alguns programas de televisão e algumas colunas de jornal vão acusar a gente — não fui acusado ainda, nem vou ser — de xenófobo ou de algo parecido. Eu digo sempre: nós vamos continuar preservando a Amazônia,

mas não podemos conservar do jeito que está. A Amazônia não é o jardim botânico que o europeu sonha e pensa. A Amazônia não é o santuário que os ecologistas românticos querem. A Amazônia é um bioma bonito, rico, mas tem suas fragilidades também. E o homem que habita a Amazônia? Eu tenho sorte, porque eu vim da beira de rio e sou senador da República, mas o pessoal, meus amigos de Eirunepé estão lá nas barrancas do rio.

Visitei comunidades indígenas, agora no município de Borba. Há casas boas, uma escola, tudo. A água é potável, mas é na base do diesel. Aí prega o motor e... “Não, mas há um rio passando”. Vai beber a água do rio a vida inteira, vai lá. Vai lavar roupa subindo e descendo barranco noite e dia.

É muito bonito os ecologistas românticos acharem que o índio adora pegar a jimanchi, botar mandioca e caminhar desde a casa de farinha até a maloca. É bonito! Mas não é, não! Ele tem todo o direito de transportar aquilo. As malocas, as ocas, as casas dos índios que o europeu pensa estão muito longe da realidade. Na mentalidade dos ecologistas românticos, não há morcego no teto, não há bicho-de-pé atacando os índios, não há malária. Essa é a realidade que, graças a Deus, eu posso trazer aqui. Se eu não tenho o conhecimento científico que muitos detêm, eu tenho o conhecimento de quem nasceu, cresceu, viveu, mora, gosta, ama e defende. Eu defendo a Amazônia porque eu a amo. Eu não defendo a Amazônia porque é bonito defender a Amazônia e defender o verde.

Então, só para repetir a você que está aí com seu telefone, com seu *iPhone*, com seu *smartphone* e acha que os ecologistas têm razão, acha que a gente não tem que tocar no minério para deixar que alguém no futuro toque: esse telefone com o qual você está aí tem ouro, prata, paládio, alumínio, cobre, plástico, vidro e terras-raras na bateria — esse telefone que você tem aí. Na televisão, é a mesma coisa. Você abre mão da sua televisão? Você abre mão do seu celular? Você abre mão da sua viagem de avião? Mesmo que o ministro Paulo Guedes queira que as empregadas domésticas abram mão, ninguém abre, não.

Eu vi aqui fazerem a defesa do Paulo Guedes. Defender um cara que acha que funcionário público é parasita, defender um ministro que acha que empregada doméstica não tem direito de ir para Miami para se divertir, um ministro que acha que o xarope que a Coca-Cola fabrica em Manaus é um xaropinho... Então, há essa discrepância. Já estou misturando...

É bom ser senador da República assim. Não é bom ser senador por usar só o que há de bom, de material. É bom por estar aqui na tribuna, livre, livre. Essa palavra assume uma grandeza enorme quando a gente é livre para poder dizer o que quer, e eu estou dizendo o que quero e o que é preciso.

A bancada do Amazonas se reuniu, presidente Izalci, com o pessoal que controla o petróleo, com a Agência Nacional do Petróleo. Nós temos 28 poços detectados. Eles

pediram opinião para ver se podiam explorar. Sabe de quem eles pediram a opinião abalizada? Do Greenpeace. O que eles vão dizer é que não pode. Nós pedimos, pela bancada — o senador Omar Aziz assinou o pedido —, que nos informassem qual desses 28 tinha problema ambiental, e 18 não têm problema nenhum, nenhum, nenhum, nenhum — nem mesmo o Greenpeace conseguiu inventar. Então, nós temos todo o direito de explorar, sim, esses poços de petróleo.

O que a gente está defendendo é a exploração racional, educada, responsável, mas, acima de tudo, sanando, cumprindo e proporcionando o resgate da dignidade de um povo que precisa ser resgatado, de um povo que precisa ter restabelecida a sua dignidade de comer e de vestir. Como é que esse pessoal vai comer e vestir se não tem renda? Como é que eu vou comprar o açúcar, se eu não tenho renda, ou o óleo, o fósforo? Ou querem que eu vá fazer fogo com pedra, com pedra? Então, isso é muito bonito.

É por isso que eu digo: é hipocrisia dessa turma que defende a conservação

O que a gente está defendendo é a exploração racional, educada, responsável, mas, acima de tudo, sanando, cumprindo e proporcionando o resgate da dignidade de um povo que precisa ser resgatado, de um povo que precisa ter restabelecida a sua dignidade de comer e de vestir.

da Amazônia e não pensa no homem, no ser humano. Hipocrisia! São hipócritas! São hipócritas, sim. Eu quero ver: larga o seu celular, a sua televisão, o seu avião, o seu barco, o seu carro. E vai se mexer como? E vai se locomover como neste mundo globalizado?

Nós temos tudo o que o mundo precisa — tudo! O mundo precisa comer cada vez mais. Não há comida para alimentar essa população que cresce a cada dia. E, só no Brasil, só na Amazônia, sobra terra, sobra água, sobra floresta. Nós somos a solução do problema. Nós não somos o problema. Eu me recuso, presidente, senhoras senadoras, senhores senadores! Eu me recuso!

Eu quero encerrar o meu discurso, mais uma vez, dizendo: este senador da República, Plínio Valério, das barrancas do Juruá, um dos afluentes do Rio Amazonas, não aceita tutela, não aceita carimbo e não assume o papel de vilão! Vilões são eles, vilões são os outros que querem nos amordaçar sempre para que nós não possamos usufruir do que Deus nos concedeu! E Deus nos concedeu as riquezas naturais. Não é benesse do homem, não é favor de ninguém, temos a riqueza que deve ser explorada. Preservar, sim; conservar, não! A Amazônia não é e não vai ser jardim botânico; a Amazônia não é santuário; a Amazônia não é a solução do planeta; a Amazônia é um bioma que tem que ser preservado, e suas riquezas têm que ser utilizadas para o bem dos brasileiros.

Obrigado, presidente.

AUTONOMIA DA POLÍTICA MONETÁRIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 17/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Obrigado, meu amigo, meu irmão Paulo Paim.

Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, tem sido um tema recorrente aqui, senador Confúcio, aquela coisa de que nós do Senado, no ano passado, carimbamos muitas leis, muitos projetos, muitas coisas que vieram da Câmara, principalmente as MPs, sem que nos tenham dado tempo de analisá-las, pois já vinha expirando o prazo.

Eu vou falar hoje sobre o PLP de minha autoria, já aprovado na CAE, inclusive, com substitutivo do senador Telmário, que já esteve aqui no Plenário, mas voltou para a CAE por força de emenda dos senadores Eduardo Braga e Tasso Jereissati, porque, amanhã, ele deve ser votado novamente na CAE.

Se a gente não seguir o rito normal, não atrapalhar muito, a gente acaba por aprovar uma lei, um PLP antes do projeto do executivo que está tramitando na Câmara com celeridade, até já anunciada pelo presidente Rodrigo Maia.

E eu quero fazer aqui, em poucas palavras, um comparativo entre o nosso, o PLP 19/2019, e o PLP 112/2019, que está tramitando na Câmara Federal. O nosso, daqui do Senado, o PLP 19/2019, dispõe sobre a nomeação e demissão do presidente e de diretores do Banco Central do Brasil, é bem específico ao estabelecer requisitos para a nomeação e a demissão do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil, bem como vedações aos ocupantes dos cargos. É composto apenas de seis artigos.

Em resumo, o projeto do Senado estabelece a composição de nove membros da diretoria; requisito de acesso aos cargos e vedações aos membros e condições de perda de mandato; mandato de quatro anos, não coincidente com o do presidente da República, admitindo uma recondução; forma de nomeação; período remunerado de seis meses de impedimento pós-mandato, que seria a quarentena; e prestação de contas semestral do presidente do BC aqui no Senado Federal.

O objetivo, com essa disposição, foi criar a chamada autonomia formal do banco, ressaltando a condição fundamental para a autonomia do BC, para que seus dirigentes não sejam demissíveis por capricho, por vontade do presidente. O mandato é fixo; a estabilidade no cargo é garantida legalmente, só que não coincide com o mandato do presidente. Daí a gente ter estabelecido essa diferença.

E o substitutivo feito pelo senador Telmário engrandeceu e enriqueceu o nosso projeto, deu mais flexibilidade, retirou detalhes e definiu a substituição. As emendas aqui apresentadas pelo senador Eduardo Braga e Tasso Jereissati foram rejeitadas pelo relator na terça-feira passada. Foi dado pedido de vista coletivo e, então, volta amanhã à pauta da CAE.

O PLP 112/2019 da Câmara dos Deputados, que está tramitando na Câmara, estabelece diferenças com o nosso. Ele é mais amplo, define os objetivos do Banco Central, sua autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira e sobre os mandatos de seus dirigentes. Além disso, também amplia a competência, o chamado mandato duplo.

Por que eu faço esse paralelo? Por que eu pugno, peço, claro, tento para que o nosso projeto seja aprovado e vá para a Câmara? É mais simples. A gente está cuidando

... a gente quer simplesmente que o Banco Central tenha autonomia para pensar, criar e executar sua política financeira e administrativa, sem o risco de algum dirigente, algum diretor ser demitido ao capricho do presidente da República.

só do aspecto administrativo, financeiro. A gente não está ampliando, a gente não está complicando, a gente quer simplesmente que o Banco Central tenha autonomia para pensar, criar e executar sua política financeira e administrativa, sem o risco de algum dirigente, algum diretor ser demitido ao capricho do presidente da República.

Mas também há esse lado que eu falei aqui, esse lado que é do Senado, presidente. A gente tem seguido aqui sempre acompanhando projetos da Câmara, quando, na realidade, tramitam neste Senado projetos belíssimos, competentes, inteligentes, que a gente precisa simplesmente acelerar ou, então, não desacelerar, não prejudicar com emendas que fiquem retardando; senão, vem o da Câmara, vem o do Executivo e fica o do Executivo. E nós passamos mais uma vez em branco, havendo dentro do Senado projetos bons que poderiam ser aprovados antes.

A diferença, eu estabeleci aqui, é exatamente esta: o do Executivo é bem mais amplo. Em nossa visão, o nosso projeto é mais adequado do que o PLP 112/2019 por centrar o escopo na discussão necessária e, especialmente, por não tratar de autonomia administrativa e financeira do Banco Central. O nosso projeto não trata da autonomia administrativa e financeira, mas somente da autonomia da política monetária, que é o ponto central a ser definido pelo Congresso Nacional. Portanto, é um projeto mais simples, é um projeto bem mais fácil de tramitar e de ser aprovado.

Como autarquia, o Banco Central já possui grau de autonomia administrativa e financeira. No entanto, a alteração proposta por nós, inclusive de vinculação ao Ministério da Economia, afastaria ainda mais o Banco Central da gestão de recursos do Executivo federal, o que pode gerar maior descontrole fiscal, como, inclusive, destaca o relator na CAE, o senador Telmário. A chamada autonomia administrativa e financeira muitas

vezes leva ao estabelecimento de privilégios corporativos a beneficiar o servidor de uma ou outra instituição de maneira particular, dando espaço, sim, o que é um perigo, para a implementação de penduricalhos, como auxílio-moradia, auxílio-saúde.

Então, a gente não quer essa autonomia para o Banco Central, porque começa a criar esses penduricalhos, senador Confúcio. A gente quer simplesmente que eles tenham autonomia administrativa e financeira, que tracem a política e não fiquem com medo de serem demitidos com um telefonema — nem através do telefone —, de serem demitidos pela imprensa, numa entrevista coletiva, e um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos. Mas o presidente que assumir não tem o poder de exonerar, porque essa diretoria assume no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do novo presidente.

Eu estou aqui pedindo aos senadores da CAE, que amanhã vão analisar, para que nós possamos encerrar amanhã, na CAE, cada um colaborando. É um direito, uma prerrogativa e até um dever melhorar todo e qualquer projeto. A gente entende perfeitamente isso. E espero que amanhã a gente trace em definitivo essa questão, para que a gente possa sair na frente. Ah, é vaidade sair na frente? Não. Não é nada disso; é que há dois projetos, o Executivo com o dele, e nós com o nosso. O nosso é mais simples, mas vai no âmago, vai na questão, define; o de lá é mais completo, é mais de interesse do governo.

E o governo, eu já ouvi o ministro Paulo Guedes dizer, é contra mandato duplo. O mandato duplo é exatamente dar essa atribuição total ao BC, inclusive na questão que eu falei, a questão da possibilidade de se criarem penduricalhos em cima de penduricalhos e aí desviar a atenção, desviar o objetivo.

É um pedido que a gente faz aqui. É um pedido que a gente faz aqui para que a gente possa, não é correr, é levar adiante.

Eu ouço, como sempre ouço e gosto de ouvir, faço questão, o meu mestre, o senador Confúcio.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-RO. Para apartear.) — Senador Plínio Valério, o senhor falou aí que não é vaidade sua querer que o seu projeto tramite com prioridade. Eu acho que é um direito importante e uma vaidade, sim, para qualquer parlamentar, ter o seu projeto enriquecido na tramitação, ainda mais num tema como esse, em que a gente precisa de uma autonomia, de um Banco Central que seja o guardião da moeda e que administre as suas oscilações, como desemprego, inflação, juros e outros itens.

Então, eu concordo com Vossa Excelência. Estarei lá na CAE amanhã para aprovar o seu projeto, para votar no seu projeto e fazer com que ele pegue velocidade.

Esse negócio é muito antigo, o Paim bem sabe e o senador Izalci também que muitas iniciativas de Parlamentares são atropeladas, até pelo Executivo, que não dá a

preferência de um debate já iniciado por Vossa Excelência. Mas, no caso aqui do senador Paim, ele, como é obstinado, quando quer uma coisa, não desvia 1centímetro de seu objetivo. Ele pega uma coisa para fazer e só sossega ou quando é derrotado ou quando é aprovado. Assim deve ser Vossa Excelência. Pode pegar o seu projeto pelo chifre, pela orelha e tocar para frente. E nós vamos dar a Vossa Excelência o apoio necessário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigado, senador Confúcio. Está de volta amanhã à CAE. Acho que já, sim, definitivo. As emendas foram rejeitadas, mas foi pedido de vista coletivo.

Eu entendo assim: se o negócio é muito complicado... No Parlamento é isto, senadores Confúcio e Paim: a gente discute. No Parlamento, às vezes, fala-se, argumenta-se, negocia-se, troca-se, troca-se de argumento — é isso que funciona — e vota-se. Eu disse aqui, no primeiro dia, que sou acostumado com voto. Perdeu? Perdeu. Mas é voto. Vamos para a maioria. A gente tem que respeitar sempre a maioria. Graças a essa maioria, a esse voto representativo, nós estamos aqui, senador Paim, senador Confúcio. E temos que prezar e preservar esse tipo de atitude e de regime.

Olha, não faz parte do nosso escopo a discussão da autonomia formal do Banco Central, que se vem construindo há anos. Esse projeto, inclusive, Paim, foi apresentado pelo senador Arthur Virgílio e, nesses sete anos, não conseguiu andar. E este Senado atual, com um ano, andou com esse projeto por uma necessidade que se faz, que é a autonomia do Banco Central.

Enfim, para que eu possa encerrar, presidente, sem nem usar o tempo todo, a autonomia administrativa e financeira que o Executivo está querendo me parece desnecessária a esse projeto, porque esse projeto deles concede autonomia para exercer política monetária com mandato fixo dos membros de sua diretoria.

Por fim, entendendo relevante qualquer um dos projetos, incluir a previsão do papel anticíclico do Banco Central, porque a autarquia, na realidade, já exerce na prática, feita de forma bastante pronunciada para conter os efeitos da crise financeira internacional.

Portanto, o que queremos é exercer o nosso papel, a nossa prerrogativa de poder apresentar projetos que, no nosso entendimento e no nosso pensamento, venham contribuir para isso.

Presidente Izalci, amanhã eu quero mostrar aqui — eu nem sei se eu posso mostrar fotos — fotos de uma BR, acho que a 217, senador Confúcio, em São Gabriel da Cachoeira, Cucuí, lá no Alto Rio Negro, 207 quilômetros. Vocês precisam ver as fotos, senador Izalci. Precisam ver as fotos. Mães indígenas carregando bebês mamando no meio da lama. É um negócio do outro mundo. Então, amanhã eu quero trazer fotos para mostrar aqui. Canoas, Paim, carregadas de tijolos. Saindo do barco tijolo para poder entrar no igarapé. E um tijolo daquele chega à aldeia a R\$5. Esse é o valor de um tijolo.

Então, eu quero mostrar essa Amazônia. Não quero cansá-los com isso, mas todos os dias aqui quero bater nessa tecla e mostrar a verdadeira Amazônia, aquela Amazônia que a gente precisa cuidar, que a gente precisa tratar, que a gente precisa conhecer para amar, para defender, porque essa Amazônia romântica que tem por aí, das florestas verdes, dos lagos de águas cristalinas verdes e azuis não existe. O que existe é um povo precisando subsistir.

E eu mostrava aqui, senador Confúcio, na semana passada, a composição de um *iPhone*. Além do ouro, da prata, do plástico, leva um minério chamado terras-raras, alguns desses. No Amazonas, há muito mais do que 30, 40 tipos desse minério que é usado no *iPhone*, que é usado no *smartphone*, lá no distrito de Manaus, que é importado, que é comprado fora quando nós podíamos produzir. Enquanto a gente zela guardando não sei para quem, nem por que, a gente é obrigado a comprar, a importar.

Enquanto isso, os índios, lá em São Gabriel, em Cucuí, na tríplice fronteira, vendem tântalo para os ex-guerrilheiros das Farc, que é quem compra o tântalo que eles tiram ainda, não aqueles que eles têm que cavar, mas o que eles tiram com a pá em cima da terra.

Então, é missão minha, como senador da República, pelo estado do Amazonas, mostrar o quanto de hipocrisia existe no discurso daqueles que querem conservar o que é nosso, conservar o que é nosso, enquanto exploram o que é deles. Eu quero mostrar sempre essa hipocrisia. E aviso: ainda faltam sete anos para eu cumprir o meu mandato.

Obrigado, presidente.

O SENADO NÃO PODE SER UM CARIMBADOR DE PROJETOS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 18/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Dário, senhoras e senhores senadores, trago aqui um assunto, mas, agora, ouvindo o meu amigo, senador Major Olímpio, que toca na ferida, essa ferida interna que nós, que assumimos agora, há um ano — e eu não falo o nome dos outros, mas entendo, porque penso assim —, que chegamos aqui cheios de sonhos sobre o que pode e o que quer fazer, sobre o que deve e o que sabe, esbarramos constantemente, presidente Dário, como no ano passado — e o senhor vai se lembrar — em algumas MPs que a Câmara dos Deputados enviava para cá já em cima do laço para que nós votássemos. A matéria chegava hoje à noite e tinha de ser votada amanhã. E nós, senadores, todos experientes, pessoas de bom senso, para não prejudicar o andamento das coisas, não prejudicar a população, a nação, acabávamos por carimbar.

Eu dizia, no final do ano passado — e o disse em discurso aqui —, que eu parei de carimbar. Eu parei de carimbar! Eu quero discutir todo e qualquer assunto que chegar aqui.

Eu não gosto, quando leio ou quando ouço, de ver o presidente da Câmara Federal pautar, dizer que a pauta é essa, senador Veneziano, ou seja, dizer que aqui nós vamos discutir agora a reforma tributária, autonomia do Banco Central... Quer dizer, pautou as matérias como se o Senado, para ele, não existisse.

Compete e cabe a nós — e o Major Olímpio foi muito feliz nisso — mostrar que nós, sim, vamos fazer o nosso papel, vamos fazer o nosso trabalho, com as nossas ideias, com os nossos projetos, bons ou maus — os maus serão excluídos, os bons ficam —, porque aqui se discute. E, no Parlamento, há que se discutir. Se você pensa o contrário, seja de direita ou de esquerda, saiba que o diálogo, a negociação, no bom sentido, a divergência é que levam ao bom senso e à solução.

Então, eu não vou mais — já avisei aqui — carimbar, com um ou dois dias para discutir. Não vou mais! E eu não tolero... Aqui fica o meu registro: respeito a Câmara, mas não posso respeitar um presidente que quer pautar o país ao seu bel-prazer. Se ele pensa que pode, o problema é dele. Com o Senado, ele não pode, e o Senado vai provar, a cada dia, o que eu estou aqui a dizer.

Por exemplo, Presidente Dário, nós aprovamos hoje — e o senhor estava lá na CAE —, a autonomia do Banco Central. Trata-se de um projeto de minha autoria, que deixou de ser de minha autoria, pois agora é da CAE e é do Senado, com uma emenda do senador Tasso.

Esse projeto diverge um pouco daquele que está tramitando lá na Câmara. O nosso é bem mais simples, é direto e vai mais ao “x” da questão, ao “x” do problema. A gente trata mais da questão monetária, enquanto eles tratam mais da questão administrativa e financeira. E o nosso recebeu uma emenda do senador Tasso, que engrandeceu o nosso projeto.

Por que eu pedi ontem da tribuna e pedi hoje, lá na CAE, que nós o aprovássemos logo ou que o derrubássemos logo? Para que nós pudéssemos enviar esse projeto aprovado no Senado para a Câmara, haja vista que eles estão lá com o projeto enviado pelo Executivo, o projeto que o presidente Rodrigo Maia disse que vai aprovar depois do Carnaval, em três meses. E nós fizemos isso hoje, mostrando, provando mais uma vez a consciência, o entendimento que cada senador tem, que cada senadora tem do que representa para a Nação.

Esse projeto provavelmente, minha amiga, senadora Juíza Selma, que eu vejo aqui com o maior prazer e alegria... Cada um de nós temos a consciência, o compromisso e o dever de colaborar com a Nação, porque a primeira coisa que o senador faz, que a senadora faz nesta Casa quando assume, quando levanta a mão e faz o juramento, é se despirmos de toda e qualquer vaidade. Projetos pessoais são colocados à parte, senador Veneziano, para que nós possamos trabalhar em prol da nação. E a nação vive e exige sempre, de cada um de nós, a cada momento, um gesto de grandeza, porque aqui nós estamos decidindo pela nação. Então, é simples o que querem de nós: gesto de grandeza em benefício da nação; nada de vaidade, nada de projetos pessoais e individuais.

Há esse projeto da CAE. O senador Veneziano, com todo respeito e com argumentos fortes, votou contra, mas respeitou o resultado da maioria, como eu sei que vai respeitar o resultado da maioria, como eu, que fui derrotado aqui várias vezes. Nós não podemos é estar a reboque da Câmara, a reboque de uma pauta, reféns de uma pauta que o deputado Rodrigo Maia decidiu fazer.

Tentei, a minha vida toda, projetei, a minha vida toda, ser senador da República. Participei — perdi até a conta — de 14 ou 15 eleições. Ganhei quatro só. Mas cheguei ao Senado e represento um estado como o Amazonas. Então, para mim, não é possível, eu não posso admitir, em nenhuma hipótese, seguir uma agenda criada pelo deputado Maia. Não posso, não devo e não vou. E não vou! Falo por mim, mas falo como um senador da República.

Presidente Dário, ontem eu pedi aqui, eu queria ver até qual das câmeras que poderia... Eu disse que iria mostrar umas fotografias aqui. Essa câmera fica melhor? A de

frente? É para mostrar, senador Dário, senador Veneziano... Quando a gente fala muito tempo de Amazônia, quando a gente fica aqui falando de Amazônia, eu vejo pessoas, como a gente diz no interior, que arregalam os olhos: “Poxa, será que ele está falando a verdade? Será que ele está dizendo a mesma coisa?”. Isto aqui é uma estrada que vai do município de São Gabriel da Cachoeira ao distrito de Cucuí — está aqui; agora estou me situando —, uma estrada que tem 207 km. São Gabriel tem 40 mil habitantes, Cucuí tem 4 mil habitantes.

Olha só como eles fazem para percorrer: fazem passarelas de madeira em cima da lama — eu posso ir para aquela? —, olha só, madeira em cima da lama, para poderem passar com o carro. E o que tem nesse carro aí? Remédios e alimento. E olha quem sofre, olha quem está sofrendo aqui: uma índia amamentando seu filhinho no meio da lama — uma índia amamentando o seu filhinho no meio da lama. Esses mesmos índios, senador Reguffe, esses mesmos índios que esse pessoal diz proteger, diz cuidar.

Olha como se faz para chegar a alguns locais em São Gabriel da Cachoeira: passando pelas cachoeiras, desce da voadeira, todo mundo vai empurrar para poder subir a cachoeira. Levando o quê? Remédio e comida. Por isso, às vezes eu chego, converso com os senadores... Lá vou eu de novo para a tribuna falar sobre a Amazônia, falar sobre desmatamento, falar sobre índio, falar sobre ser humano, porque para mim não adianta... Com aquele que só fala em conservar, aquele que só fala em proteger a floresta, mas esquece o ser humano, eu não discuto, porque eu não concebo um meio ambiente saudável com um povo, com uma população doente.

São 207 quilômetros, ou ele vai por essa estrada lama, ou vai lá pelas cachoeiras que eu mostrei. Aqui há várias canoas com tijolos. Há um barco aqui, que trouxe os tijolos, tem que passar para as canoas para poder chegar à reserva indígena. E não é São Gabriel, não; aqui é Parintins, médio Amazonas. Sabe quanto custa um tijolo desses, que chega lá à comunidade? R\$5,00. Um tijolo chega a R\$5,00. Por isso, eu fico indignado com tanta hipocrisia. E nós estamos falando, quando se fala em São Gabriel, na região mais rica do planeta — do planeta, não é do Brasil, não. Lá está o nióbio, lá está a prata, lá está o ouro e por aí vai. É um povo sofrido.

Lá em Cucuí, acima de São Gabriel, se faz a tríplice aliança com a Colômbia e com a Venezuela. Então, quando as pessoas falam “não, mas é porque a minha ONG faz isso”, aí eles vão, reúnem dez, cinco famílias, mandam tirar leite do babaçu, tirar óleo da copaíba, fazem...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eu peço só um minuto para concluir, presidente. Agradeço.

Fazem um “filmeto”, mandam para quem financia, conseguem dinheiro e acham que estão fazendo o bem, porque ajeitaram a vida de dez famílias. O Fundo Amazônia se

vangloria de ter atendido 167 mil pessoas na Amazônia. A Amazônia tem 24 milhões de pessoas. O Fundo Amazônia arrecadou 3 bilhões.

Eu não posso, não devo, reafirmo aqui sempre: não me tomem por presunçoso, por falta de humildade; não me tomem por nada disso, mas, quando eu falo desta tribuna, eu estou falando com orgulho, sim, porque esse povo é rico, na floresta, na biodiversidade de forma geral, é rico no que tem, é rico no que pisa, mas é pobre no que usufrui. Quando falo em nome deles, eu não posso, não devo aceitar favor. Quando eu falo dessa estrada que não está asfaltada, eu não estou pedindo que a asfaltem, por favor, porque nós somos coitadinhos, não. Eu estou dizendo: “Façam essa estrada, porque nós somos brasileiros como vocês. Nós somos índios brasileiros, usados e utilizados por ONGs internacionais que fazem de nós meros brinquedos para arrecadar dinheiro e para ficar com a consciência tranquila”.

Mais uma vez eu peço a você, brasileiro, eu peço a você, brasileira, que sinta orgulho do Brasil na questão ambiental. Não baixem a cabeça quando nos acusam de maltratar o nosso meio ambiente. Ainda conservamos mais do que eles. O Brasil é o país que mais preserva a sua floresta. A Europa e os europeus não têm mais nada a preservar, ficam replantando. E nós, da Amazônia, não podemos ser coitadinhos. Nós recusamos esse papel de coitadinho.

Nós não vamos desmatar, nós não vamos destruir para chamar sua atenção, para que você olhe para a gente, sinta pena e ajude. Não, não. Não quero que sintam pena da gente. Eu quero que nos respeite. Esse povo que eu mostrei, essa índia que eu mostrei, amamentando sua filhinha na lama, em cima de uma tábua para andar na lama, onde o carro não passa, ela, sim, merece o respeito, a dignidade, o resgate da sua dignidade. Como? Tendo os mesmos direitos que você tem. Você está aí, com o seu celular, você está aí com o seu carro, com a sua energia, com a sua água potável, e eles não.

Por que eles não, presidente Dário? Porque alguns órgãos ambientais internacionais dizem que não, que não podem mexer porque, senão, vai prejudicar o clima internacional, prejudicar o resto do planeta. Sim. E o nosso prejuízo? E querem que conservemos o que aí está, que Deus nos concedeu, nossos bens naturais.

Eu sou contra conservar. Eu sou a favor, sim, de proteger e de preservar.

Portanto, falo e falo, sim, em nome sempre daqueles meus conterrâneos que vivem longe. São Gabriel fica a mais de mil quilômetros de Manaus. São dias de barco. O meu município fica ainda mais longe. E é esse povo que não tem condições. Uma estrada de 207 km, que foi aberta, é lama, como eu lhe mostrei, presidente. É lama.

O meu povo é de São Gabriel. E reitero sempre: a região mais rica do planeta não usufrui de nada. Lá em Cucuí, esse negócio de internet, esquece; televisão, esquece. São Gabriel, sim, há alguma coisa. E, em São Gabriel, há o maior índice, eu acho que do mundo inteiro de jovens que se suicidam, de jovens indígenas que se suicidam. Saem

das aldeias, vão para as cidades, não têm emprego, não têm renda, caem no alcoolismo e se matam.

Mas as ONGs que eu combato, não as ONGs sérias, são aquelas que preferem dizer que compraram floresta na Amazônia, que estão ensinando o povo da Amazônia a plantar e a colher. Ora! Nos ensinar a plantar e a colher? Se a Amazônia fosse na Europa, já estava destruída. A sorte é que a Amazônia é nossa, e nós sabemos conviver e preservar. E, agora, querem nos ensinar: “Não, vocês têm que fazer assim”. Aí é que está o perigo, presidente Dário: as ONGs internacionais que exercem influência, Veneziano, nas ONGs nacionais financiam, mas, para financiar, elas impõem o que elas criaram, o que elas imaginaram que é bom para nós. E ninguém vai me dizer o que é bom para mim na minha casa. Não vai. Não vai.

Eu estou aqui falando com essa arrogância toda porque foi assim que eu falei na campanha. Foi isto que eu disse que viria dizer: os amazônidas não querem, não toleram esmola. Não estou aqui de pires na mão. Eu estou aqui exigindo justiça e denunciando, a cada dia, a cada minuto, esses crápulas, essa histeria que há por aí, esses cínicos que dizem defender uma coisa, mas não abrem mão do que é bom. Não abrem mão de sua energia, de seu avião, do seu celular, mas querem que todos nós abdiquemos disso. Não vamos. Não vamos. Eu tenho sete anos aqui para continuar dizendo isso aqui todos os dias.

Por isso, eu peço sempre a compreensão dos senhores e das senhoras.

Obrigado, presidente.

OS IMPACTOS NEGATIVOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO AMAZONAS PARA O BRASIL

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 19/02/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhoras senadoras, senhores senadores, o senador Serra me mandou um estudo pequenininho, mas que chama muito a atenção. Ele já fez um resumo, uma análise de como a reforma tributária vai atingir os estados. E eu aproveitei e, com a nossa assessoria, confirmamos. Realmente, a gente já pode ter uma coisinha sobre a reforma tributária, porque ninguém sabe qual vai ser a reforma, se a do Senado, a da Câmara ou se o Executivo vai mandar. O que eu sei é que não sai tão cedo.

O Amazonas teria a sua receita atual de ICMS mais ISS reduzida em R\$1,133 bilhão, caso a transição feita para o novo IBS, previsto na reforma tributária, se fizesse de imediato. Hoje, a receita do ICMS estadual lá no meu Estado e a municipal também é de R\$10,050 bilhões. Com o IBS, cairia para R\$8,9 bilhões. O cálculo é do Ipea em estudo que avalia o efeito das propostas de criação de novo imposto sobre o valor adicionado no país.

Também sofrem perdas significativas, senhor presidente Anastasia e senador Paulo, do Amapá, o estado de São Paulo, que perderia R\$21 bilhões e alguma coisa; Minas Gerais, R\$4 bilhões e alguma coisa; Rio Grande do Sul, R\$2,5 bilhões; Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os demais estados, como o do senador Paulo, o Amapá, acabam tendo ganho, e o do senador Prisco, o Ceará, acaba ganhando também.

Por que eu estou mostrando esses números, senhores senadores e senhoras senadoras? Para reafirmar aquilo que eu disse aqui: quando se apregoa por aí que vão votar a reforma tributária em três meses, eu digo aqui que não vão — não vão votar em três meses. Como é que eu, do Amazonas, e o senador Anastasia, de Minas Gerais, vamos aprovar uma reforma dessas que prejudica os nossos estados? Nunca! Nunca! E esse “nunca” implica conversação, negociação, obstáculo — isso mesmo —, porque nós somos senadores da República, mas representamos os nossos estados. Então, ninguém vai dar tiro no pé. Eu falo desses números para reforçar a opinião que dei aqui na semana passada, quando afirmei, em alto e bom tom: “Quando o presidente da Câmara falou que, em três meses, aprovaria a reforma tributária, eu apostei que não”. Uma

reforma tributária, senador Prisco, não passa aqui há vários anos. Imagine duas! Ai é que não vão passar mesmo. Mas isso não tem nada a ver com ser contra ou a favor. A reforma tributária é necessária, mas ela é necessária desde que não prejudique alguns estados. Há que se encontrar, dentro da reforma, medidas de compensação, instrumentos que possam compensar esses prejuízos. Mesmo assim, teremos muito problema. Portanto, reafirmo o que disse aqui há alguns dias: a reforma tributária não passa tão cedo.

A reforma tributária é necessária, mas ela é necessária desde que não prejudique alguns estados. Há que se encontrar, dentro da reforma, medidas de compensação, instrumentos que possam compensar esses prejuízos.

Eu conversava há pouco com senador Prisco, do Ceará, sobre essa mania que o Executivo Federal tem de querer acabar com as coisas que estão prontas — prontas e dando certo.

No noticiário de ontem, a manchete de um jornal de economia foi: “Amazonas puxou o crescimento do Brasil em 2019, indica BC. De acordo com o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), a média da atividade econômica do Amazonas foi de 4,61% no ano passado”.

O Índice de Atividade do Banco Central [...], considerado uma prévia do PIB, decepcionou economistas e cresceu apenas 0,89% em 2019; no entanto, Amazonas, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Paraná podem se gabar de uma temporada mais [...] [profílica] com crescimento econômico maior do que o dobro do país como um todo.

A atividade econômica do estado do Amazonas teve média anual robusta de 4,61%.

Se a média anual do Amazonas foi ótima, o crescimento do estado, nos últimos três meses, não foi menos impressionante: alta de 5,97% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mais uma vez, por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso na esperança de que o setor de economia, de que os papas da economia, de que o semideus Paulo Guedes, de que os seus economistas se entendam de uma vez por todas que a Zona Franca é um bem para o país.

... o Amazonas foi o estado que mais cresceu, e cresceu graças à Zona Franca de Manaus. Por que acabar com uma coisa que está dando certo?

Este crescimento, senador Prisco, do Amazonas, se deve à Zona Franca de Manaus: 95% no mínimo, o maior crescimento dos estados do Brasil. Esse modelo que emprega 90 mil pessoas, o modelo que arrecada R\$86 bilhões por ano. Eu tenho que estar aqui — eu não estou rouco porque estou defendendo, não; é o clima de Brasília — o tempo todo. Está aqui senador Anastasia, senador Paulo, os números mostram: o Amazonas foi o estado que mais cresceu, e cresceu

graças à Zona Franca de Manaus. Por que acabar com uma coisa que está dando certo? A Zona Franca gera emprego, gera renda, tem serviços e tem compras, porque a Zona Franca produz produtos, eu não diria supérfluos, que não são de primeira necessidade: televisão, telefone; produtos que a pessoa só compra quando está empregada, a pessoa compra quando tem renda. E lá no Amazonas estão comprando porque tem renda, e tem renda porque tem emprego e tem emprego porque há a Zona Franca. Simples assim: dois e dois, quatro; não vai dar nem cinco, nem seis. Nem nas canções do Roberto Carlos não está certo quando dá cinco.

Então, senador Anastasia, senador Paulo e senador Prisco, incomoda sobremaneira ter que estar dizendo a eles: olha, a Zona Franca está certa, deixa a gente em paz para que possamos trilhar este caminho — um caminho que está dando certo.

Eu confesso que fiquei surpreso em ser o estado que mais cresceu. Fiquei surpreso mesmo. Temos problemas seríssimos de violência, das facções se matando, matando inocentes, temos o problema menos crucial, mas que é um problema, da floresta também. Temos problema de desemprego, sim — temos, claro, no Brasil e no Amazonas —, mas temos um caminho que já está lá há 50 anos dando certo.

Prometo que é a última vez que falo, nesta semana, sobre a Zona Franca, porque, depois do Carnaval, vai começar tudo de novo. Não vamos poder tocar numa coisa que está dando certo. Essa renúncia fiscal que tanto falam: “Ah, sou contra a renúncia fiscal, ministro Paulo Guedes, a Zona Franca não pode ter isso porque produz isso, produz aquilo.” Eu fico encantado. São uns homens que... Mas também eu nem deveria — não é, senador Anastasia —, porque é um ministro que afronta as domésticas da forma mais pejorativa, então eu não deveria, mas como eu tenho a rara felicidade que a doméstica não tem de ser senador da República e poder falar em nome dela, abominar essa frase, essa postura... Na concepção, na cabeça dessa gente, nenhum pobre pode ascender, nenhum pobre pode crescer, pois ele diz que o dólar baixo permite que a doméstica viva em Miami. Na cabeça dele, ninguém pode crescer neste país. Se depender do ministro da Economia, de seu time, de sua equipe, nenhum pobre pode crescer. E pode! Pode, porque todos nós nascemos iguais e em condições iguais.

Essa questão de abominar a doméstica — vou te contar, viu! — foi a gota d’água, a gota d’água que transbordou no copo. É um absurdo um ministro desse falar tamanha besteira! Eu já passo a duvidar. Como é que uma pessoa dessa pode ser inteligente se diz, a cada semana, frases abomináveis? Pessoas inteligentes não agem assim, não, a não ser que a prepotência engula a inteligência, que eu acho que é o caso do ministro.

Fica aqui o meu repúdio, senhor presidente. Obrigado.

DEMOCRACIA, EQUILÍBRIO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 05/03/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, este momento que a nação vive, este momento que a nação atravessa, de uma polarização crescente, eu podia aqui levar dois, três minutos para falar o que é essa polarização, mas eu gosto de simplificar as coisas. É polarização mesmo. Essa questão de direita e de esquerda não leva e nunca levou a nada. E eu faço isso no início, senador Paim, porque quero demonstrar, ao longo do discurso, que assumir a posição de ser centro não é omissivo, não é centrão, não é vacilão. O fato de ser centro, se dizer centro, querer o equilíbrio é, acima de tudo, neste momento que o país atravessa, um ato de coragem. No mundo de fake news, mundo de calúnia, de injúria e difamação, valores morais, senador Izalci, já não contam mais.

A discussão que travamos hoje, no Congresso Nacional, focada na distribuição dos recursos orçamentários, representa apenas um dos temas institucionais que são essenciais para o futuro do Brasil. Temos na nossa agenda — ou deveríamos ter — uma longa sequência de definições que exigem esse debate. E a verdade é que o país já perdeu muito tempo, está perdendo muito tempo. E o que é pior: pessoas que deveriam ser responsáveis por segurar o timão do barco, o comando para que a gente atravessasse a tempestade são os primeiros a criar a tempestade. Eu não gostaria, como disse, de simplificar, dizendo que se trata de uma polarização entre esquerda e direita, mas, certamente, são essas duas visões, que são opostas e excludentes. E essa polarização, meu bom companheiro, senador Styvenson, é altamente negativa.

Eu peço permissão para citar aqui um livro que comprei há anos e que, de repente, se tornou um best-seller até a ponto de não haver mais nas livrarias, um livro que diz como as democracias morrem, de dois americanos: Daniel Ziblatt e Steven Levitsky. Eles são professores de Ciência Política da Universidade de Harvard. O foco foi na eleição do Trump, mas eles alertam aqui como uma democracia pode sucumbir. O mote deles foi a ruptura da eleição do Donald Trump para presidente dos Estados Unidos.

E ele cita — estas palavras não são minhas: “Quando tentamos imaginar a morte de uma democracia, a tendência é pensar num golpe militar...” — como querem alguns brasileiros. Alguns brasileiros querem o golpe militar, pessoas que não sabem o que é um golpe militar, pessoas que, em nome da liberdade, querem abdicar da sua liberdade. Só pede golpe militar quem nunca teve que viver e enfrentar uma ditadura. “Quando

tentamos imaginar a morte de uma democracia, a tendência [sempre] é pensar em um golpe militar, nos moldes do que ocorreu no Brasil, em 1964, ou no Chile, em 1973, [ambos] protagonizados pelas forças armadas, com o uso [Izalci] de armas e blindados, transformando a democracia em uma ditadura do dia para a noite.”

E o livro demonstra o oposto. Na era moderna, as democracias morrem lentamente, muitas vezes por meio de processos legalmente legítimos. Os governos polarizantes autoritários não chegam mais ao poder através de um conflito armado, mas chegam através do voto, de eleições.

Esse alerta é muito importante, porque alguns governantes, daí em diante, utilizam a lei a seu favor para expandir suas autoridades e se perpetuarem no poder. A conclusão é que a própria democracia leva ao seu fim quando seus mecanismos de defesa não são efetivos o suficiente para salvá-la. Preservar e aperfeiçoar a democracia exige, portanto, responsabilidade por parte das instituições e por parte das elites, exige responsabilidade de nossa parte, enviados que fomos ao Congresso Nacional pelos eleitores de nossos Estados.

E é aqui que eu quero chegar, senador Paim, no ponto que eu chamo de essencial. Cabe-nos evitar a aposta no confronto e na polarização. Este país está sendo levado por uma polarização para um caminho sem volta, e a polarização é onde reside a maior ameaça à democracia. E, quando eu falo em democracia, eu falo em liberdade.

Este livro deveria ser lido, deveria ser lido por quem tem interesse na paz, por quem preza pela liberdade. Este livro mostra, inspirado em muitos exemplos históricos, que procurar o caminho do meio na política não é para fracos, mas é, ao contrário, para destemidos.

E é aqui que eu quero chegar, senador Izalci. É comum ao político, até levado por essa onda maluca de acusações, assumir centro. Eu não tenho problema algum em me autointitular de centro, esquerda, direita... Eu sou centro. Por que eu sou centro? Porque eu acho oito pouco e acho oitenta muito. Nós temos que sempre encontrar esse equilíbrio. E, quando a gente fala que é de centro, lê-se no jornal gozações do tipo “vacilão”, “centrão”... Centro não tem nada a ver com centrão e nada a ver com vacilo. Muito pelo contrário, é um ato de coragem quando a gente diz: “Eu não pertenço a esse pessoal que quer o golpe militar. Eu também não pertenço a essa gente que diz que o governo não presta em nada”.

O duelo, essa questão de direita e esquerda cega. As pessoas, senador Girão, já não conseguem mais enxergar que, quando eu faço oposição, quando eu faço um contra-argumento ao seu argumento, eu estou discutindo, eu não estou lhe chamando de nenhum palavrão, nem sendo seu inimigo. Discordar não é ser inimigo. Por isso é que eu disse, senador Paim, que o presidente Bolsonaro tem que entender o que não entendeu ainda: o Congresso Nacional não é quartel. No quartel, o general dá a ordem e começam

a cumpri-la. Aí vêm major, não, vêm coronel, major, capitão, tenente, subtenente, cabo e o soldado lá a cumpre.

O ministro Moro parece ter entendido que o Congresso não é instância, que o Congresso não é a sua vara, onde ele pode fazer o que quer. Lá ele dá uma sentença, o oficial de justiça a cumpre. Aqui, não. O país, quando nos manda para cá, quando manda os seus representantes — Girão, no Ceará; Styvenson, no Rio Grande do Norte; Paim, no Rio Grande do Sul; eu, no Amazonas —, eles nos elegeram e nos ungiram mediante as nossas ideias. Nós pregamos as nossas ideias, eles viram e disseram: “Bem, eu não quero esse. Eu quero aquele”.

Portanto, essa coisa que mandam para a gente: “Tem que votar como eu quero, senão não voto”... Eu já vim para cá para representar. Se eu chegar aqui e vacilar no voto, se eu chegar aqui e vacilar no argumento, eu passo fragilidade para o meu eleitor, que eu não passei na eleição. Na eleição, Girão, eu erguia os braços, eu gritava, eu convencia. Aí, de repente, eu não ergo o braço, eu não grito e eu não convenço.

O que é isso? O que é isso? Não esperem deste senador — não esperem deste senador — a posição de ficar em cima do muro. Certo ou errado, é minha obrigação dizer minha posição. Desde o começo, eu gravei um vídeo dizendo que votaria pelo veto, porque eu acho a forma errada e o Paim expôs aqui. O Girão conversa muito comigo e expõe a forma errada: concentrar o poder na mão de um, concentrar o poder no Legislativo, porque, não é o fato de ser impositivo, nós estamos falando aí de 0,2%. É o fato de quem vai comandar, de como vai ser feito, como vai ser usada essa liberdade. Também não concordo.

Desde o primeiro minuto, nós nos posicionamos aqui e o Senado manteria o veto. A Câmara entendeu isso. A Câmara percebeu e mudou lá — e mudou lá — e mantiveram o veto e não chegou ao Senado, porque, se chegasse ao Senado, e está aqui que — todos que estão aqui assinaram, assinaram lá — a posição do Izalci, a do Girão, a do Styvenson, a do Paim e a minha eram claras: vamos manter o veto.

Isso não quer dizer, Girão, que foi por que milhares invadiram o meu WhatsApp, não foi porque centenas foram malcriados. Não foi nada disso. A convicção, eu voto por convicção. A não ser que alguém no seu argumento me convença do contrário. Eu posso quedar, eu posso mudar, mas isso tem que ser com argumentos, com conversa, com tato. Isso aqui não pode ser na base da ordem.

Quando acusam o senador Davi Alcolumbre, de quem eu gosto muito, de quem eu sou amigo, de que ele não controla o Senado... Claro que ele não controla, não pode controlar. O Senado é diferente da Câmara — o Senado é diferente da Câmara. Aqui, cada senador é uma instituição, representa milhares. Tanto é que o nosso mandato é majoritário.

O que o Davi pode fazer é o que está fazendo com muita habilidade: na tempestade, levar o barco — na tempestade, levar o barco —, porque é engano, Girão, é engano daqueles que provocam marola. Marola não, daqueles que provocam tempestade e onda no barco pensando só no barco dos outros e esquecem que nós estamos navegando no mesmo rio — nós estamos navegando no mesmo rio —, o rio que vai nos levar à paz, à prosperidade, porque a nação é assim, o Brasil é assim. Portanto, quem faz banzeiro, no meu estado, que é onda no de vocês, pensa que vai atingir só o barco do lado. Não vai e não vai.

Portanto, não é à toa que correntes autoritárias, sejam de direita, de esquerda ou muito pelo contrário, tendem a impor políticas visando enfraquecer instâncias, como o Supremo, como o Congresso. Esse é o objetivo de quem quer ser ditador, de quem quer ditadura, e aí mora o perigo.

As instituições precisam de equilíbrio, precisam ser preservadas e precisam ser fortalecidas. Quando nós aqui dirigimos críticas ao Supremo Tribunal Federal, o fazemos todos nós ao comportamento de alguns membros e não à instituição. Ora, se lá

As instituições precisam de equilíbrio, precisam ser preservadas e precisam ser fortalecidas. Quando nós aqui dirigimos críticas ao Supremo Tribunal Federal, o fazemos todos nós ao comportamento de alguns membros e não à instituição.

nós respeitamos a instituição, que são onze, um, dois, quatro vacilam e respeitamos a instituição; aqui, nós somos 81, quando um ou outro vacilar, você bota todo mundo no mesmo bolo. Há que se respeitar o Congresso Nacional. O Congresso Nacional é o retrato fiel da sociedade brasileira.

Eu acho engraçado, Girão, quando alguém vira para você e diz: “Eu votei em você, não vou votar mais. Votei em você para ajudar o presidente”. Eleitor burro, idiota, que não sabe o que é votar. Se alguém votou em mim para que eu ajudasse de zero a cem o presidente e para que eu dissesse amém o tempo todo, está redondamente enganado e não deve mais votar em mim, se, porventura, eu for candidato à reeleição. Aquele que votou em mim para colaborar com o governo Bolsonaro pode continuar acreditando porque eu vou colaborar com o governo Bolsonaro, não vou obedecer ao presidente Bolsonaro. O que for bom para o país e para a nação — e não precisa nem conversar comigo, não precisa telefonar, não precisa nada —, a gente percebendo que é bom, há de ser bom. E, se eu pegar aqui e ver a minha votação, os meus votos aqui, em noventa e alguma coisa por cento, eu votei com o governo Bolsonaro, porque era bom para o País. Agora não quer dizer que tudo seja bom. Então, essa polarização, essa negação da legitimidade do oponente é que me preocupa.

Lá no Ceará, por exemplo, Girão, que foi Presidente do Fortaleza, tem o que torce pelo Ceará. Quando você conversa, o teu oponente não é teu inimigo, ele está dizendo que torce pelo Ceará, que o Ceará é melhor do que o Fortaleza e o Girão está dizendo que não. Isso é conversar, isso é dialogar. Aqui não tem isso, não. Se a gente falar que

Portanto, eu assumo esse ato, que eu chamo de ato de coragem, de assumir aqui a posição de político de centro, que quer é o bem do país, que quer a paz do país, que prima pela liberdade e, ao tentar primar e ao lutar pela liberdade, abomina de todas as formas golpes, venham eles de onde vierem, sejam golpes na base do canhão, o que não existe mais, sejam golpes na base daqueles que se aproveitam do voto para usurpar o poder que tem o Legislativo.

a camisa do presidente não está bonita e parece ser coisa do outro mundo e se eu falar também que a camisa dele está rasgada sem estar, é coisa de outro mundo.

Portanto, permitam-me, mais uma vez, aqui assumir a condição de um político de centro e não percebiam esse ato como um ato de quem quer ficar acomodado

porque estar no centro hoje é estar no *tsunami*, é estar no cume do problema, porque ora a direita vai estar certa, ora a esquerda vai estar certa, mas nem sempre vão estar certas, e nós vamos concordar com o que está certo e discordar do que está errado. Portanto, eu assumo esse ato, que eu chamo de ato de coragem, de assumir aqui a posição de político de centro, que quer é o bem do país, que quer a paz do país, que prima pela liberdade e, ao tentar primar e ao lutar pela liberdade, abomina de todas as formas golpes, venham eles de onde vierem, sejam golpes na base do canhão, o que não existe mais, sejam golpes na base daqueles que se aproveitam do voto para usurpar o poder que tem o Legislativo.

Presidente Izalci — e eu, mais uma vez cito o Girão, o Styvenson e o Paim —, fui surpreendido, no bom sentido, por um artigo no *Estadão* falando sobre o meu projeto de criação do imposto sobre grandes fortunas. E isso porque eu apresentei o projeto, mas ele está dormindo aí, não andou.

O articulista Reinaldo Marques da Silva, do *Estadão*, publicou o artigo “O imposto sobre grandes fortunas: quimera ou realidade?”. Eu vou citar apenas dois ou três parágrafos aqui, porque é longo. Taxar as grandes fortunas como? É complicado. A gente fez cálculos, os especialistas fizeram cálculos sobre como vai ser ou como não vai ser. Mas ele leu o projeto todo e, por ser da área de economia, entendeu muito bem.

O que seria esse imposto sobre grandes fortunas? “Milionários com patrimônio líquido entre 12 mil e 20 mil vezes o limite de isenção (entre R\$22,8 milhões e R\$38 milhões) pagarão 0,5% de imposto. As fortunas entre 20 mil e 70 mil vezes (entre R\$38 milhões e R\$133,2 milhões) serão tributadas em 0,75%. E, por fim, quem tiver patrimônio acima desse valor pagará 1%”.

Estou lendo o artigo dele, que traduziu muito bem o meu projeto.

Pois bem. A possibilidade de instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil tem rendido acalorados debates. De um lado, os críticos, no mais das vezes economistas e políticos ortodoxos, ou liberais, asseveram que o imposto provocaria a fuga de capitais do Brasil, desestimulando a poupança interna, haja vista que poucos países

adotam essa forma de tributação do patrimônio. Apontam, outrossim, serem os ricos que mais poupam, garantindo o crédito para os menos afortunados, de modo que os efeitos do imposto seriam deletérios sobre a poupança e o crédito, prejudicando os mais pobres, não contribuindo, desta feita, para a diminuição da pobreza. [Estes são os que contestam.]

Noutro diapasão, os defensores do Imposto sobre Grandes Fortunas, muitos deles políticos de esquerda, [eu não sou de esquerda] ou mesmo aqueles indignados com a exacerbada concentração de renda no Brasil afirmam ser o imposto importante ferramenta de distribuição de renda e de justiça social.

Então, entre essas duas vertentes, o jornalista, o articulista, que é economista, se posiciona a favor da instituição do imposto sobre grandes fortunas “como instrumento de justiça social, que objetiva reduzir a concentração de renda no Brasil, contribuindo para a execução dos mandamentos constitucionais de construção de uma sociedade mais justa e fraterna, erradicando a pobreza e a marginalização”.

Há pouco...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Senador Plínio Valério, Vossa Excelência me permitiria um aparte?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Com o maior prazer, senador Paim. Eu ficaria até magoado se o senhor não me aparteasse.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. Para apartear.) — É por apenas um minuto.

Primeiramente, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que, de fato, no conjunto da obra, eu concordo com Vossa Excelência, que faz um gesto de coragem, inclusive de apresentar um projeto de instituição de um imposto sobre grandes fortunas.

Eu apresentei um e já foi derrotado por três vezes já.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Espero que Vossa Excelência seja mais feliz. Eu estarei para votar ao seu lado, porque os meus já foram derrotados.

Para simplificar o meu projeto, eu dizia lá que era 1% para aquele que tinha acima de R\$50 milhões. O seu, como flexibiliza um pouco mais, pode ser que tenha mais chance.

Eu votarei tranquilamente ao seu lado. Conte comigo!

Parabéns pelo conjunto da obra!

Eu entendo que Vossa Excelência foi muito feliz quando diz que a esquerda tem razão em algumas coisas, mas o outro lado, que Vossa Excelência citou, a direita, tam-

bém pode ter razões... Ambos, vou usar a mesma frase: ambos podem ter razão em alguns campos de atuação, numa linha de construção coletiva.

E eu sou daqueles que... Se isso é ser de centro, eu sou daqueles que caminha também nessa mesma linha de Vossa Excelência. Quero o melhor para o meu país, não tenho problema nenhum em votar um projeto, venha de quem vier. Se for bom para o país, eu votarei, com certeza, com muita certeza, como foi o pronunciamento de Vossa Excelência.

Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Senador Paim, o senhor é o exemplo daquilo que eu tentei expor aqui. Daquele político que reconhece na direita alguma coisa boa e que reconhece na esquerda alguma coisa errada. Ninguém está certo o tempo todo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. *Fora do microfone.*) — E vice-versa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Exatamente, e vice-versa. Então, obrigado pelo seu aparte.

Ao meu amigo, senador Girão, concedo um aparte com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE. Para apartear.) — Meu querido irmão Plínio Valério, permita-me lhe chamar assim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Somos.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — Eu não podia deixar de externar aqui os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, sempre com muita lucidez, com muita coerência, com muita verdade, que a gente sente na alma quando o senhor sobe a esta tribuna ou conversa conosco aqui.

Então, é disso que o Brasil precisa, é de verdade. Nós estamos cansados de mentira. E a verdade eu aprendi, senador Paulo Paim, como uma pedra preciosa, que você pode e deve entregar para as pessoas de duas formas: uma, que é equivocada, que é pegar essa pedra preciosa e jogar na cara, porque vai ferir; outra é colocar no papel de veludo e entregar para a pessoa.

Esse veto 52 — eu vou falar sobre isso daqui a pouco na tribuna — nós temos o dever moral de entregar para o povo brasileiro, que se mobilizou, como nunca eu tinha visto. Estou aqui há pouco mais de um ano, mas eu vi uma mobilização fantástica do povo brasileiro. Alguns — eu concordo com o senhor — exageraram com palavras, às vezes, até um pouco agressivas e tudo, mas eu vi, na maioria, a boa vontade de colaborar com o seu país, de colaborar com o que é correto. Então, nós temos obrigação de entregar a verdade para a população sobre os PLNs que chegaram como uma forma claríssima de compensação do veto que foi mantido.

Respeito a opinião de quem pensa diferente, mas para mim ficou muito claro que é trocar seis por meia dúzia. Quando eu falei isso, dei até uma entrevista falando que era trocar seis por meia dúzia, um seguidor das minhas redes sociais chegou e disse assim: “Não, o senhor está ruim de matemática, não foi seis por meia dúzia, não, foi 30 por 19”. E essa é uma grande verdade. E a gente vai precisar alertar a população para que ela não ache que foi uma vitória ontem, para que ela não vá comemorar o que aconteceu ontem do veto, porque isso foi, como o senador Styvenson coloca, um ato de ilusionismo, e ele fala com muita propriedade.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Concorde.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — Então, eu acho que chegou a hora da verdade. O bem sempre vence mais cedo ou mais tarde. Se não venceu ainda, é porque ainda não terminou, mas a gente precisa entregar para a população que confiou na gente — confiou na gente.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — Então, já que o senhor falou sobre a questão do Fortaleza e Ceará, deu aquele exemplo inteligente — eu fui presidente do Fortaleza —, o diálogo é fundamental. Primeira coisa que eu fiz como presidente foi uma visita ao Ceará, ao presidente do Ceará Sporting Club, logo quando assumi, e a gente fez ali um pacto de respeito: assistimos a um jogo, lado a lado — eu, com a camisa do Fortaleza; ele com a camisa do Ceará —, um jogo entre Fortaleza e Ceará! O exemplo tem que vir de cima!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Claro, claro!

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — Fizemos várias ações com as torcidas, com os jogadores, com as comissões técnicas para mostrar que nós podemos ser adversários dentro do campo, mas inimigos nós não seremos jamais, porque nós somos filhos do mesmo Deus, nós somos irmãos. Então, não é porque você torce para um time que você deve desrespeitar... Sempre existe alguém que a gente ama, que torce para o outro time, para o outro partido, como você colocou, que tem uma visão diferente, e nem por isso a gente deve desmerecer; deve ver o lado bom de cada um, o lado ruim que existe, mas eu acho que a gente deve evidenciar o que é bom, aprender. É um aprendizado mútuo. Aqui, sobre esquerda, direita, centro, a gente aprende com todo mundo, e existem coisas boas em todas as visões de mundo, podemos dizer assim!

Então, quero cumprimentar o seu pronunciamento. Parabéns e estamos juntos nessa jornada que vai ser gloriosa!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Isso! Obrigado, senador Girão!

Meu companheiro Styvenson.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS–RN. Para apartear.) — Eu não iria deixar de falar numa fala importante como essa, corajosa... Porque o senhor sabe que vai apañhar, não é, nas redes sociais?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB–AM) — Por isso que eu falei que era um ato de coragem, não é?

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS–RN) — Os robôs vão bater com força.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB–AM) — É.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS–RN) — Mas ninguém foi eleito para se acovardar, ainda mais quem não pegou onda nenhuma. Eu, no meu caso, não peguei onda de ninguém.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB–AM) — E nem para participar de concurso de miss simpatia!

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS–RN) — Também não! Coisa que eu não tenho é esse dom, essa beleza de enganar as pessoas e de mentir.

O que as pessoas não sabem e que acontece aqui dentro, nos bastidores, quando eu digo que é uma peça de teatro, que é um show, um espetáculo, que se fechassem as portas e cobrassem, viraria um circo mesmo... O que as pessoas precisam entender do lado de fora — ao invés de ficarem nessa discussão, senador Plínio, de esquerda e de direita — são os interesses realmente, o que está oculto, o que está por trás de toda essa nebulosidade, dessa falta de transparência, até mesmo da sinceridade que cada político tem que levar para o seu eleitor.

Então, não é só o senhor, não é só o Girão, mas acho que todos aqui são vítimas não só de redes sociais, mas também de falas, eu acho que intempestivas — eu acho, não; eu tenho certeza —, inconsequentes, não só de quem é do Executivo, do Legislativo, mas daqui mesmo, do Senado. As pessoas às vezes cometem esses deslizes, mas porque muitas vezes o coração já está cheio demais, já está transbordando, ou senão, eu quero esconder mais uma vez o que eu quero realmente não mostrar para a população.

Então, trazer este tema aqui, esta discussão da polaridade, para quem não participou da polaridade nenhuma como eu, como o senhor... E eu não me sinto centro, não. Eu me sinto “faço o que é certo”. Se pautou algo que é bom para a população, se pautou algo de que eu tenho convicção sobre ser uma coisa boa para a sociedade, eu estou a favor. Um exemplo, esse veto ao Dispositivo 52, totalmente degradante, que vai de encontro com o que a população não quer. O aumento do fundo eleitoral, fui contra. Tudo o que for aumento de custo para as pessoas que estão lá fora, trabalhando, consumindo, pagando, de uma forma ou de outra, mantendo tudo o que isso aqui, tudo o que for para aumentar a carga para eles, há que se ser contrário mesmo.

A gente já paga imposto demais, senador Plínio, já que o senhor falou do imposto também, sobre taxar os grandes. Acho que é uma parcela bem pequena.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — É pequenininha.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) — É uma parcela pequena que contribui igual aos mais pobres, que consome igual a eles. Claro, melhor: tomam vinhos mais caros, andam em carros mais caros, fazem turismo muitas vezes muito melhor. Eu acho que seria mais do que justo também pagar.

Eu espero que não se crie essa polaridade, né? Porque a gente agora, porque defender uma ideia: “ah, está do lado dos pobres; ah, então, é marxista; então é comunista; é contra os ricos”. Toda a posição que a gente tiver aqui sempre vai ter que tomar algum lado.

E, quando as pessoas dizem: capitão...

(Soa a campainha.)

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) — ... quando dizem lá no meu estado “se posicione sobre tal assunto que acontece no âmbito estadual ou até mesmo municipal”, quando você faz um comentário ou não demonstra seu comentário, ou está em cima do muro, ou já tomou partido de alguém. Você nunca é o mediador de uma confusão. Sempre você é o que vai por um lado ou por outro.

E, dentro deste contexto que o Brasil vive hoje, senador Plínio, a gente tem de ter muito cuidado, a população, principalmente. Eu estou aqui há 12 meses, o senhor está há bem mais tempo do que eu na política, o senador Girão também entrou agora, eu não posso ser culpado por quem fez tudo no passado. Eu não posso ser culpado por quem está levando o Brasil para uma situação que muitas vezes não é o caminho que alguns parlamentares querem aqui. Não dá para falar uma coisa na frente das pessoas e fazer outra em bastidores, o que é a praxe aqui. A praxe é essa, que eu já percebi.

Por isso, não participo, senador Girão, de muitas reuniões, de muitos almoços. Prefiro ficar no meu gabinete, quietinho.

Em relação ao senhor falar agora, eu estava de cabeça baixa lendo o que eu vou falar daqui a pouco, sobre a questão dos senadores, da igualdade, não há um melhor do que o outro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Isso. Nenhum.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) — Mas existem, sim, alguns privilégios. Quem é amigo do rei, tudo a eles. E a gente, que não tem esse acesso, muitas vezes fica a minguar, a ver, na expectativa de que as coisas mudem daqui a um ano. Então, essa expectativa que a gente cria é a expectativa que o Brasil também está criando, porque, se

há um ano, Girão, nós entramos aqui, viemos para cá com essa sensação, de lá de fora, de que o país queria mudança, essa mudança está muito lenta e muito incerta inda. Lenta e incerta. A gente não tem a certeza de que está acontecendo e nem consegue ver essa mudança realmente, o que a pessoa quer do lado de fora.

E ficam nessa briga dessa polaridade, que esconde tudo isso. Tudo isso fica escondido.

(Soa a campanha.)

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS–RN) — Então, falei pela coragem da sua fala, eu estava de cabeça baixa, mas eu estava ouvindo, pela coragem e por trazer, mais uma vez, luz para as pessoas, para que as pessoas compreendam. Se a gente pudesse ligar todos os bastidores, Girão, de todas as conversas, de tudo o que a gente ouviu aqui dentro, seria assustador. Concorda?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB–AM) — Concordo. Mas me permita, como seu irmão mais velho, duas observações. Quando o senhor fala que não é de centro, que quando está certo aqui, é exatamente isso, é centro... A direita às vezes tem razão, e a gente reconhece; a esquerda às vezes tem razão, e a gente reconhece. A esquerda não está totalmente certa, comete erros; e a direita muito menos. Então, a gente tem que estar aqui tentando esse equilíbrio. E a outra é quando o senhor fala em privilégio que alguns têm. Mas são privilégios que o senhor não quer ter, que o Girão não quer ter, eu não quero ter. Esse tipo de privilégio que eles têm que continuam tendo. O que não pode é chamar a gente de idiota e dar atestado de idiota. Isso não pode.

Encerro, senhor presidente, dizendo que cabe a nós, senadores da República, evitar exatamente essa coisa que está acontecendo. A gente vai ter, aqui no nosso pronun-

... cabe a nós, senadores da República, evitar exatamente essa coisa que está acontecendo. A gente vai ter, aqui no nosso pronunciamento, na nossa fala, no nosso gesto, nas nossas ações, demonstrar que o país precisa de equilíbrio.

ciamento, na nossa fala, no nosso gesto, nas nossas ações, demonstrar que o país precisa de equilíbrio. Se há desequilibrados, eles existem em todos os lugares. E assim como o senhor, eu também percebi, senador Girão, pessoas de bom coração, de bom senso, patriotas, que amam. Quando a gente falava que ia manter o veto, a gente via

neles vibração sincera. Agora, lidar com robô, máquina, e lidar com robô ser humano que abdicou o direito de pensar, que entregou para outro o seu direito de pensar, é um robô humano...

Então, aqueles que querem um golpe militar, aqueles que querem uma ditadura estão abrindo mão de sua liberdade. Em nome de uma liberdade falsa, entregam a sua liberdade plena nas mãos de pessoas que não merecem ter o nosso destino em suas mãos, jamais.

Obrigado, presidente Izalci.

INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL E PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 06/03/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senador Paim, este é o preço de falar todos os dias, toda hora: o computador joga lá para trás e enquadra no artigo. Não é, senador Izalci?

É muito bom poder estar aqui — e, quando fico em Brasília no final de semana, faço questão de vir na quinta, na sexta —, porque, apesar de poucos que somos, o nível do debate vai lá para cima. Como disse o Kajuru: com tranquilidade, com paz, sem pressa, sem cotovelada, sem aquela correria de lá, do Congresso Nacional.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, permitam-me mudar só um pouquinho o rumo da prosa. Eu queria, senador Paim, senador Izalci, tentar explicar um pouco aqui o que é o nosso projeto que concede autonomia ao Banco Central, e fazer um paralelo do nosso projeto, rapidinho, com o projeto que tramita na Câmara Federal.

Nós já estivemos com o presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia, e conversamos com ele, Izalci e Paim, que se comprometeu — Tasso Jereissati e eu estivemos lá, porque projeto, a emenda é do Tasso — a esperar o nosso projeto para talvez apensar e discutirmos juntamente com os dois que estão lá. Um é do ex-senador Itamar Franco — imaginem só o tempo que há, foi lá atrás! E o outro é do Executivo, que mandou no ano passado. E o nosso é um resgate de um projeto que estava aí do senador Arthur Virgílio. Resgatamos, com ajuda dos técnicos do Senado, e pudemos elaborar um projeto que já foi aprovado na CAE, que veio ao Plenário, mas o senador Eduardo Braga e senador Tasso Jereissati apresentaram emendas, portanto voltou o projeto para a CAE. O senador Telmário analisou as emendas, incluiu a do senador Tasso e rejeitou a do senador Eduardo Braga, e de lá, da CAE, o projeto já veio para cá em regime de urgência. Estava na pauta, mas houve muitas sessões do Congresso, e a gente não sabe quando vai ser votado, porque eu creio que terça-feira deverá ser novamente Congresso. Mas pedi ao senador Davi Alcolumbre que prezasse, preservasse esse assunto na pauta da primeira sessão do Senado Federal.

E, quando a gente fala de autonomia, nós temos inclusive oposição dentro do partido — aqui no Senado e dentro do meu Partido, o PSDB. O senador Serra é completamente contrário. É um direito que ele tem; pelo conhecimento que ele tem, ele acha que não adianta e não resolve. É um direito que ele tem e ele vai discutir isso, como eu tenho

direito de argumentar sempre favoravelmente ao nosso projeto, que já foi aprovado na CAE, portanto é um projeto do Senado Federal.

O nosso Projeto de Lei Complementar 19/2019, dispõe sobre a nomeação e demissão do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil. Ele é bem específico ao estabelecer requisitos para nomeação e demissão do presidente e dos diretores do Banco Central, bem como vedações aos ocupantes dos cargos. Ele é composto apenas por seis artigos, incluindo a cláusula de vigência e a revogação do art. 14 da Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre os cargos de diretoria do Banco Central.

Em resumo, ele estabelece a composição com nove membros, requisitos para os cargos, vedações aos membros, condições de perda de mandato. Estabelece mandatos de quatro anos, não coincidentes com o presidente da República — esse foi meu principal objetivo —, e é admitida uma recondução a essa diretoria; forma de nomeação; período de impedimento, a quarentena... E essas disposições criam a chamada autonomia formal do Banco Central: é condição fundamental para o BC que seus dirigentes não sejam demissíveis ao sabor do humor do presidente. O meu principal objetivo foi esse. A diretoria que assume é o presidente que indica. O presidente, com toda sua prerrogativa, prioridade e autoridade, indica; e o Senado aprova. E eles assumem no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do presidente, ou seja, vai passar dois anos com o presidente que for o atual, que será o próximo, e passa mais dois anos com o outro; têm a garantia de que pode exercer a sua política sem receber um telefonema e ser demitido da noite para o dia.

O senador Telmário fez um substitutivo muito bom: ele deu maior flexibilidade; retirou alguns detalhes que, eu reconheço, não eram necessários; definiu a substituição da forma escalonada da diretoria; especificou bem as hipóteses de condenação para perda de mandato; impôs a necessidade de o Conselho Monetário submeter ao presidente da República a proposta de exoneração. Vejam como não se tira, por nem um minuto, a autoridade do presidente da República, ele vai ter toda autonomia, inclusive de poder exonerar, mostrando a justificativa.

No nosso projeto, a regra de transição está definida. E uma dessas emendas foi aprovada, que foi a do senador Tasso.

O projeto da Câmara — e eu digo rapidinho, para não tomar o tempo todo —, que é o PLP 112/2019, é mais amplo. Ele define os objetivos do BC, autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira e mandatos. Vejam como ele é mais abrangente, acabando por conceder ao Banco Central o que o Paulo Guedes morre de medo, que seria o duplo mandato.

A gente não quer confrontar, não quer invadir a área do governo. Portanto, a gente não estendeu até essa questão do duplo mandato, porque a emenda do senador Tasso acrescentou muito ao projeto, porque assegurou a estabilidade do preço sem prejuízo do objetivo final, que é a questão monetária.

Portanto, nós estamos diante, senador Paim, senador Izalci, de uma coisa que acabou nos trazendo para um assunto que é pertinente. A gente vive aqui falando sempre daquela história de a gente ficar — e ficou provado isso ontem — à mercê da Câmara. Na quarta-feira, aprovamos aqui aquela questão fundiária num dia só, porque novamente não podemos prejudicar o país, porque a Câmara mandou para nós, e nós não tivemos tempo de analisar. E eu descumpri a minha palavra, que dei aqui na tribuna, dizendo que não mais carimbaria, não mais votaria projetos que eu não pudesse analisar. Não deu tempo de analisar, acabei votando, me quedando aos argumentos, inclusive, de senadores como o senador Izalci de que era preciso, de que era importante votar. Novamente, lá vamos nós carimbando um projeto da Câmara dos Deputados.

Por que este meu pedido? Não é nem alerta, é um pedido. Nós temos que aprovar o nosso projeto aqui, senador Izalci, do Banco Central, porque nós não podemos ficar sempre a reboque da Câmara Federal. Mais uma vez, se nós não votarmos, eles votam o dele, embora haja o compromisso do presidente da Câmara. Eles votam, mandam para cá, e a gente vai ficar a reboque, como sempre.

Nós temos a oportunidade de conceder a autonomia ao Banco Central para que possamos dar a eles, aos diretores do Banco Central, segurança jurídica, segurança de que podem traçar sua política monetária, que é em comum acordo com o Executivo, e executar sem o perigo de serem exonerado da noite para o dia.

Nós temos a oportunidade de conceder a autonomia ao Banco Central para que possamos dar a eles, aos diretores do Banco Central, segurança jurídica, segurança de que podem traçar sua política monetária...

Então, resumindo: o nosso PLP é mais adequado — eu acho — do que o que está por lá, porque ele centra o escopo na discussão necessária, especialmente por não tratar de autonomia administrativa e financeira. A nossa é autonomia monetária. E o de lá é autonomia política, monetária e outras coisas.

Portanto, fica aqui o pedido.

Já conversei com o senador Davi Alcolumbre, e ele garantiu que vai estar na pauta da primeira sessão, senador Izalci, do Senado Federal, porque nós precisamos votar e aprovar. Eu sinto, eu detecto pouca resistência. A maior resistência vem do senador José Serra, com toda a razão e o direito de protestar. Ele vai tentar convencer a gente a derubar. E eu, humildemente, vou tentar convencê-los a permanecer e votarmos, então, na questão da autonomia do Banco Central.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, é inegável que a gente não pode fugir ao assunto do orçamento. O senhor foi bem didático ainda agora, num aparte ao senador Kajuru, senador Paim, e eu tentei também. Mas é importante, e, mais uma vez, vou aqui dizer: é a narrativa. Foi passado para o Brasil, foi passado para a nação que

há uma briga pelo dinheiro e que esse dinheiro sai do Executivo e vem para a mão dos deputados e senadores, quando não é verdade, não é verdade.

Essa disputa, essa questão foi para garantir o direito, o direito de o Congresso Nacional, de seus Congressistas poderem optar e direcionar, direcionar verbas para onde acham que devem. Em nenhum momento, em nenhum segundo o Parlamentar toca em dinheiro aqui no Parlamento. Tudo aqui é feito sobre legislação, emenda, destinação; nunca vem para as mãos do político. Então, é uma questão de narrativa. Vivêssemos nós num país, desculpem-me, mais esclarecido, que não estivesse preocupado com o confronto entre esquerda e direita, não precisava um senador da República, Paim, ocupar a tribuna para dizer o que é óbvio, o que é uma coisa constante.

E nós não temos vergonha de ser político. A gente tem que sentir a honra de ser senador da República Federativa do Brasil. É uma honra. Não é uma vergonha. Eu tenho a honra de estar aqui exercendo um mandato que me foi dado pelo povo do Amazonas.

“Ah, mas há congressista que faz isso e aquilo”, como o Izalci disse. Há. E a esse cabe a punição. Quando o general Heleno chama de chantagista o Congresso, ele não diz os nomes. Eu estou perguntando a ele, em ofício, se o meu nome consta na relação dos chantagistas dele. Na segunda-feira, eu estarei mandando para lá, perguntando ao general Heleno se o nome deste senador do

Amazonas, Plínio Valério, consta no rol e na relação que ele tem lá dos que considera chantagistas. Ele vai ter que me responder. Ele vai ter que me responder com o maior prazer, porque ele vai ter que dizer: “Não. O senhor não consta”. É muito fácil, é muito fácil você dizer o que quiser do político, porque a tendência é acreditar que político não tem palavra, que político não presta. Infelizmente, é assim. Mas eu carrego comigo sempre que devo tratar esse tipo de acusação. Ninguém nunca botou o dedo na minha cara, ninguém nunca me acusou disso e daquilo, mas a gente paga por ser político. E nós não temos vergonha de ser político. A gente tem que sentir a honra de ser senador da República Federativa do Brasil. É uma honra. Não é uma vergonha. Eu tenho a honra de estar aqui exercendo um mandato que me foi dado pelo povo do Amazonas.

Portanto, devo dizer sempre que nós já tínhamos tomado a nossa atitude. O Senado, na maioria dos seus senadores, já havia mostrado que nós manteríamos o veto, independentemente de qualquer coisa, que aqui o veto seria mantido. A Câmara percebeu isso; mudou e manteve lá. Não chegou ao Senado. O Senado é diferente. Aqui as pessoas são diferentes no seu modo de operar. E me engrandece o fato de lidar com senadores equilibrados, conhecedores, como o senador Izalci, que conhece muito de educação; como o Paim, que conhece tudo da questão de direitos humanos, da questão social; como o Kajuru, irreverente, sempre reclamando. A gente aprende muito aqui. E a gente tenta colaborar com aquele conhecimento que tem. Por exemplo, todas as vezes em que o Paulo Guedes fala de economia, eu leio, ouço e acho interessantíssimo. Todas as vezes

que ele abre a boca para falar de Zona Franca, eu tapo o nariz, a boca e os ouvidos, porque só sai besteira. Agora, há uns que se policiam para não dizerem besteira. Eu, por exemplo, tento aqui não dizer besteira — e às vezes a gente diz —, e há outros que não se policiam. Por quê? Porque acham que no cargo que ocupam podem tudo. E aí vale aquela frase que a gente cunhou aqui no Senado referente ao Supremo Tribunal: “Pode muito, mas não pode tudo”. Eu falo com o pessoal que defende o presidente Bolsonaro, que diz para mim assim: “Mas você tem que apoiar o presidente”. Aí eu falo: Claro! Nós estamos apoiando. Nós não podemos dizer amém a tudo que ele fala, porque quem apoia, quem quer o bem tem que dizer onde está o erro. Aquele que não diz onde está o erro, que só aplaude, é pernicioso, é pernicioso. É como aquele pai que passa a mão na cabeça do filho e da filha o tempo todo, protegendo. Lá na frente, o garoto vai se tornar adulto, jovem adulto, e não vai saber como se defender.

E a gente tem que dizer sempre aqui, concordar com o que é bom e discordar do que é ruim. Ou alguém ousa dizer a mim que o presidente Bolsonaro não erra? Não seria humano.

Então a gente tem que lidar. Eu já estou num outro estágio, senador Paim, lidando com o pessoal do Bolsonaro, já argumentando: “Pare. Veja. Dê uma olhada lá como é que votou o Plínio Valério nas votações todas do governo”. Noventa e poucos por cento com o governo. E não sou governista. Não sou governista, jamais serei governista. Essa história de base do governo, balela. Nossa base aqui é o país. Nossa base aqui é o que é bom para o país. Aí as pessoas se tocam.

Mas têm que nos dar o direito de divergir, discordar. Divergir e discordar não é acusar, não é afrontar, não é afrontar. O Paim, lá no Rio Grande do Sul, não sei se é Grêmio ou é Internacional. Certamente é um dos dois, mas respeita o outro, como o Izalci aqui respeita, e eu também. Tudo na vida...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Lá no Rio Grande, só para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Pode falar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. Para apartear.) — A gauchada vê muito a TV Senado, viu? Eu tenho o maior respeito pelo Inter e pelo Grêmio. No embate nacional, defendo sempre o Internacional, porque eles participam da Libertadores, por exemplo, e mesmo nos jogos, eu acompanhava muito os jogos em Tóquio, a decisão do campeão do mundo. Mas lá no Rio Grande, eu sou Caxias, porque é a cidade em que eu nasci.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Ah, é?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — E eu joguei no Flamengo, que hoje se transformou no Caxias.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Jogou no Flamengo?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Joguei. Joguei no juvenil. Não cheguei a ser profissional.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Ah, juvenil. Mas é porque o nosso presidente em exercício ali se diz atacante. Diz ele que anotou no passado 198 gols. Aí eu fui ver onde ele joga. Ele joga na chácara dele, o campo é dele, a bola é dele, o equipamento é dele, o juiz é um parente dele.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. *Fora do microfone.*) — O time é dele.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Então, está explicado.

Então, senador Paim, quando a gente... Porque é muito bom isso que a idade traz, que é a serenidade, a tranquilidade em saber ouvir. Eu acho que o segredo todo está em saber ouvir e saber transmitir.

Nós da Amazônia concordamos muito, muito com o que o Bolsonaro pensa a respeito da Amazônia, mas nós discordamos da narrativa. A narrativa é terrível. A forma como ele narra, a forma como ele diz as coisas parece, assim, que está afrontando, que está brigando. E a gente tem que pagar o preço disso.

Eu estou aqui como senador da República, vou continuar apoiando o presidente Bolsonaro em tudo que for bom para o país, mas me permitam, me deem o direito de discordar, porque se assim eu não o fizer, eu estou enganando aqueles que votaram em mim. Os que votaram em mim sabem da minha transparência. Estou errado? Por exemplo...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Permita-me? Não, não há como não lhe fazer um aparte.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eu vou até rir. Por exemplo, eu sou vascaíno. E assumo que sou vascaíno, diante de tudo. Então, a gente tem que sempre dizer “eu sou” e brincar, e as pessoas respeitam, Paim.

Eu estava um dia — e já lhe concedo o aparte —, Izalci, vereador de Manaus. Aí eu assinei uma CPI. Eu sofri assédio de tudo que foi jeito: “Te dou isso, te dou aquilo, retira”. Não retirei. Aí, no dia da votação, me chega o meu médico, amigo meu, médico meu, aquele que vai à tua casa, que leva o remédio, aquele que faz isso, faz aquilo, aquele que fez a fimose em você. “Plínio, poxa, por mim, retira por mim.” Ele me deixou numa encruzilhada terrível. E eu retirei a assinatura. Era a privatização da companhia de água. E a galeria lotada. Eu descí, peguei a tribuna e falei: “Vocês aí da galeria, eu tenho um recado para vocês, assim como os aplausos não me vai envaidecem, as vaias não me causam nenhum medo. Portanto, fiquem à vontade para me vaiar. Eu acabo de retirar a

minha assinatura da CPI”. Paim, Izalci, não teve um que vaiasse ou que aplaudisse. Sabe por quê? Porque respeitaram a transparência, você ser sincero. E, dali em diante, eu já falava a verdade, dali em diante me comprometi sempre a falar a verdade, seja qual for, seja aonde for e qual for.

Concedo um aparte ao senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS. Para apartear.) — Senador Plínio Valério, primeiro dizer que Vossa Excelência está sendo coerente, pela forma como adota aqui a sua postura no Plenário em cada votação e a gente acompanha.

Mas eu passei por uma situação semelhante à sua. Eu era chamado no governo anterior, que era o PT que estava no governo, de rebelde. Diziam: “O Paim é muito rebelde. É rebelde! É rebelde!”. Então, Vossa Excelência agora é o rebelde. É só esse o aparte. Eu era chamado de rebelde, porque em muitas questões eu discordava e expressava na tribuna, inclusive. E todo o Brasil sabe.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — A sua rebeldia era traduzida na sua coerência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RS) — Exato. Exatamente na linha de Vossa Excelência. O que Vossa Excelência entender que é bom para o Brasil, Vossa Excelência vota. Não importa se veio da oposição ou se veio do governo. Eu tenho a mesma posição. Tive no passado e tenho no presente.

Parabéns pela sua coerência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eu sempre lhe observei nessas rebeldias que falavam. E a gente o admira por isso, pela coerência. No Governo do PT, o senhor destoava — não era nem discordava — daquela cantilena, de que as pessoas aprendem aquele mantra. Como está agora, a gente tem a esquerda dizendo que nada presta e a direita dizendo que tudo presta. E eu disse ontem aqui que eu gosto de ser do centro porque eu acho 8 pouco e acho 88 muito. Por isso, é bom a gente estar no equilíbrio.

Para encerrar, senador Izalci, eu não vou discursar aqui, mas só vou pegar a primeira página aqui, senhoras senadoras e senhores senadores, sobre a Amazônia. É rapidinho aqui.

Um cálculo simples mostra quanto custa preservar a Floresta Amazônica e mostra também quem paga essa conta. No Amazonas, meu estado, nós preservamos praticamente a totalidade de seus 1,575 milhão de quilômetros quadrados, isso corresponde a 157,1 milhões de hectares. E estudos aprofundados, e quem está dizendo não é o senador Plínio Valério, mas estudos aprofundados, como da Fundação Getúlio Vargas, atestam, mostram, comprovam que a floresta foi preservada por causa da Zona Franca.

E a gente vive brigando. Eu não vou cansá-los mais uma vez, deixar para os próximos embates sobre Zona Franca. Essa atividade econômica da Zona Franca, Paim, foi que permitiu a preservação da floresta. Então, olha só: caso não existissem esses empregos, certamente a gente teria realmente, com a agricultura, com a mineração, com a pecuária, devastado.

E essa renúncia fiscal, de que tanto o governo federal fala, que na ponta do lápis eles falam em R\$14 bilhões e eu digo que não são R\$14 porque a gente manda R\$10 todos os anos via Receita Federal. A gente pede que considerem isso. E o cálculo que eu quis fazer foi esse aqui. Olha só, senador Izalci, eu vou já encerrar. Olha só o ganho na preservação ambiental, que justifica mais do que essa renúncia fiscal de R\$14 bilhões e até de R\$100 bilhões, se fosse o caso. A cada hectare de cobertura natural mantida dessa imensidão de que eu falei, a cada hectare de floresta que permanece em pé, corresponde senador Izalci, a apenas R\$89,11 por ano. É simples fazer essa conta: basta dividir o custo pelo número de hectares protegidos. Isso mesmo. São R\$90 por ano para se preservar um hectare da Floresta Amazônica. Por dia, essa preservação de um hectare custa R\$0,24. É esse o absurdo, Paim, de que o ministro Paulo Guedes fala. Ele fala que é um absurdo dar subsídio para a Zona Franca. Está lá a floresta. Custa R\$89 por ano manter um hectare da floresta em pé.

E, quando eu falo da cretinice, da cara de pau, da má vontade, da má conduta de algumas ONGs, é exatamente isso. Onde estão as ONGs que querem preservar a floresta em pé, que compram terreno para mantê-la em pé, que não ouvem meu grito? O meu grito é: “Ajudem-nos a deixar a Zona Franca como está, que nós garantimos mais de um milhão de quilômetros quadrados de floresta para o mundo e para o país!” Mas ninguém nos socorre. Ninguém nos socorre porque não envolve dinheiro, envolve luta, argumento, batalha; quando envolve dinheiro para financiar ONG, aí eles sabem fazer.

Portanto, a gente está também cobrando a instalação da CPI das ONGs para investigar algumas ONGs na Amazônia, sem demonizar nenhuma, qualquer que seja, porque eu respeito todas.

Obrigado, senador Izalci.

Onde estão as ONGs que querem preservar a floresta em pé, que compram terreno para mantê-la em pé, que não ouvem meu grito? O meu grito é: “Ajudem-nos a deixar a Zona Franca como está, que nós garantimos mais de um milhão de quilômetros quadrados de floresta para o mundo e para o país!” Mas ninguém nos socorre. Ninguém nos socorre porque não envolve dinheiro, envolve luta, argumento, batalha; quando envolve dinheiro para financiar ONG, aí eles sabem fazer.

COM TENSÕES POLÍTICAS, NÃO ENFRENTAREMOS OS PROBLEMAS DA ECONOMIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 09/03/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Inscrito como primeiro orador, mas isso é bom, porque eu pude ouvir, presidente, vários oradores e algumas posições antagônicas. Isso é muito bom para um senador como eu, que sempre busca o equilíbrio, busca o meio entre duas forças, entre dois argumentos opostos.

Mas eu devo, antes de iniciar o meu discurso, presidente, dizer que quem está falando aqui é um senador que acha 8 pouco, 88 muito. Eu sou um senador que acha que, cortando a cabeça da serpente, não vai eliminar o veneno com que ela já picou a vítima.

No discurso que faço em números, eu não estou buscando culpados, porque eu acho que apontar culpados não resolve nada, no entanto nós não podemos negar números. Diante de números não há contra-argumentos.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, os números da economia brasileira passaram a mostrar um quadro de pesadelo. Os negócios na B3, na bolsa de valores brasileira, precisaram ser suspensos no final da manhã de hoje, acionando-se o mecanismo de alerta, quando a Ibovespa caía 10,2%, chegando aos 88 pontos, e, às 10h30, foi um caos.

Eu vi o senador Rogério dizer que a queda na bolsa é no mundo inteiro. Eu penso que sim, mas eu vou dar os números da queda aqui e vou tentar atribuí-los a um dos fatores que contribuem, senador Girão, para este caos.

O valor nominal das empresas brasileiras, na verdade, é que está derretendo. A Petrobras perdeu 67 bilhões em valor de mercado nesta manhã. Vários fatores contribuíram para isso — e eu ouvi dizerem também que a corrupção não é um deles —, mas o fato é que a Petrobras perdeu R\$67 bilhões em valor de mercado.

Na hora em que a bolsa acionou o seu mecanismo de proteção, as ações Petrobras ON perdiam 24,65%; e as PN, mais 23,96%. A mineradora Vale recuava 10,78% e outras ações caíam ainda mais. Isso se deve, em grande parte, à fuga dos investidores. Em apenas 43 pregões deste ano, a saída de investidores estrangeiros da bolsa brasileira alcançou R\$44,798 bilhões, superando o quadro negativo recorde do ano passado, que já fora de R\$44,517 bilhões. E não há, desde o dia 10 de fevereiro, registro de entrada

de dinheiro de fora aqui no Brasil. Aí se fala que o problema é a incerteza, o surto do coronavírus, a retração do mercado internacional, as bolsas que caem lá fora, mas o fato é que o produto interno bruto brasileiro cresceu muito pouco.

Eu podia aqui, presidente Izalci, falar da tentativa do Banco Central em conter a disparada do dólar, mas eu prefiro falar de uma coisa que me preocupa muito, que me preocupa sobremaneira, até porque a alta do dólar, dizem os especialistas, é apenas o sintoma, não é o mal em si. E a escalada do dólar apenas alerta para o problema da desaceleração econômica.

Eu quero abordar aqui a fala do ministro Paulo Guedes, que diz que nós temos 45 semanas para salvar o Brasil, já prevendo que, na volta do recesso, o Congresso não trabalhará, porque é ano eleitoral. Ou seja, se não der certo, já temos um culpado: o Congresso Nacional.

Eu pergunto como é que nós podemos salvar o Brasil. O ministro da Economia tem que dizer; ele não tem que dizer apenas “45 semanas”, mas o que nós devemos fazer.

Há que se fazer as reformas. A reforma da previdência, senador Girão, que, até em países civilizados como a França, causou problema, causou revoltas, aqui o Congresso aprovou e o país aceitou sem maiores traumas, graças ao Congresso Nacional, apesar do Executivo.

A verdade, no meu entendimento — e quem fala aqui é quem busca o meio-termo —, é que o próprio governo cria o problema, tumultuando as relações entres os Poderes. Agora mesmo, essa manifestação que se prepara contra o Congresso Nacional, que é assinalada, oficializada pelo presidente da República, embora, dentro do governo, diga-se que não se trata de manifestação contra o Parlamento, mas a favor do Executivo. Quem aqui — e eu me dirijo ao povo brasileiro — já viu protestos a favor? Desde quando uma manifestação de protesto é a favor? Você protesta contra algo, contra alguém ou contra alguma coisa.

Esse é o problema institucional que nós vivemos, é um confronto permanente e, eu digo aqui, absolutamente artificial, que parte dos ataques de setores do Executivo ao Congresso Nacional, que tem demonstrado total boa vontade.

Eu disse aqui ontem, senador Girão, eu disse aqui ontem, senador Izalci, que no Senado já havia consenso de que nós manteríamos o veto do Presidente, sem nenhum telefonema, sem nenhuma conversa, sem nenhuma negociação. Alega-se hoje que são necessárias outras reformas, e uma vez mais nós estamos dispostos a ajudar, mas o próprio governo não se deixa ajudar. Até hoje o Governo não disse o que pretende da reforma tributária — há uma aqui, há outra na Câmara —, e uma vez mais há uma série de confrontos internos que envolvem, por exemplo, a velha CPMF, que não passa, não adianta querer criar uma nova CPMF — seja qual for o argumento, não passa.

Portanto, eu ousou dizer, e é o meu entendimento, a opinião livre de um senador livre, que enquanto perdurar essa tensão política, institucional, que, repito, é inteiramente artificial, nenhum investidor vai ter segurança para agir, para trazer dinheiro para cá.

O governo também não enviou a reforma administrativa, que tanto se fala que é a solução para o país, mas apenas mandou remendos prévios, como o caso da tal reforma emergencial. E o problema, portanto, eu posso dizer, senador Girão, em alto e bom tom, não está no Congresso Nacional, o problema não está nesta coisa que dizem que há no Congresso, do toma lá dá cá, da negociação, de forma alguma; o problema

não está absolutamente no Congresso, está, sim, nessa tensão política, institucional que se cria. Para mim é uma tensão, eu chamo de artificial, porque é uma tensão que se cria, mas que, na prática, acaba funcionando para prejudicar, senador Girão. Se a gente esticar muito a corda, de um lado e do outro, ou alguém cede, ou ela arrebenta, e, quando alguém não cede, certamente ela arrebenta.

Portanto, eu ousou dizer, e é o meu entendimento, a opinião livre de um senador livre, que enquanto perdurar essa tensão política, institucional, que, repito, é inteiramente artificial, nenhum investidor vai ter segurança para agir, para trazer dinheiro para cá. Quem tem capital aqui vai tirar. Investidor não vai investir, nem interno e nem externo. Cabe ao Poder Executivo, e só a ele, Poder Executivo — e quem está dizendo aqui é uma pessoa que vota sempre com o Poder Executivo quando vem coisa boa e de bem —, deixar-se ajudar, em vez de, é claro, deixar de apostar na discordância e na crítica institucional. O governo brasileiro tem que nos ajudar a ajudá-lo. Nós estamos aqui para votar as reformas necessárias para o país destravar, para o país andar.

Coronavírus claro que prejudica, coronavírus claro que preocupa, mas eu não posso tirar da minha mente, tirar do meu coração, em nome de uma epidemia, desviar a minha atenção e deixar de pensar naquele lá, Girão, naqueles milhões de desempregados, naqueles que saem para filas de 10 mil pessoas para 20 vagas. E me preocupa ainda mais aqueles que nem saem mais de casa, porque perderam a esperança de encontrar um emprego. E me preocupa sobremaneira as soluções que temos que encontrar apesar do coronavírus, que temos que encontrar apesar da queda do petróleo, apesar da queda da bolsa. Somos todos responsáveis, cada qual no seu setor: nós legisladores, legislar, produzir leis que ajudam o país a apoiar um presidente da República que precisa de apoio. Mas você não pode ter apoio, quando não quer ser apoiado; você não pode ter ajuda, quando não quer ser ajudado.

Portanto, a minha fala é que todos nós que estamos preocupados com o futuro desta nação, com a tensão político-institucional que está existindo, ocupemos a tribuna para dizer, como eu estou dizendo agora: este senador está de braços abertos, coração aberto para votar toda e qualquer reforma proposta pelo governo, desde que ajude a nação.

Eu ouço, com muita atenção, como sempre ouço, o meu companheiro, senador Eduardo Girão.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS–CE. Para apartear.) — Muitíssimo obrigado pelo aparte, senador Plínio Valério, nesta segunda-feira de uma semana importantíssima. A segunda-feira já começou um pouco tensa não apenas no Brasil, mas no mundo. Eu particularmente sou muito otimista, esperançoso por natureza. Tenho plena convicção de que é nesses momentos de turbulência que se veem oportunidades. Na crise é que se vê aquela coisa do tira o “s” e crie e refaça seus caminhos, ajuste o seu roteiro.

Eu vejo que é uma oportunidade, uma chacoalhada como essa, como o senhor muito bem colocou dessa tribuna, com serenidade e coerência, como sempre tem demonstrado desde o primeiro dia do seu mandato, independência. Eu acredito que é uma oportunidade ímpar para a nossa nação, que tem um governo eleito pela maioria do povo brasileiro e que assumiu há pouco mais de um ano. Ele não é responsável, diga-se de passagem, por essa crise de desemprego que está aí, por esse problema econômico que ainda nós vivemos. Este governo não é responsável por isso. A verdade tem que ser entregue. Isso não foi gerado há um ano, isso vem de outros governos. Isso vem de outros governos, com trapalhadas, com esquemas de corrupção — comprovados através da Operação Lava Jato, que é uma referência mundial positiva para o Brasil —, petrolão, mensalão, são todos esses absurdos que nós tivemos, mas que fazem parte da depuração do país e que precisam continuar.

Eu queria fazer aparte falando um pouco dessa manifestação do dia 15, do próximo domingo. Eu particularmente acho legítimo, senador Izalci, que o presidente da República, como ele bem colocou pelas pautas a favor do Brasil, estimule a cidadania das pessoas para irem às ruas. Eu não vejo nenhum problema com relação a isso. O problema que eu vejo é ele não dizer o resto, tem que se entregar toda a história. É importante, sim, que a população se manifeste, mas tem que se dizer que aquele Veto 52, que é um dos motivos dessa manifestação, nós mantivemos. Desde o início, nós — o senhor foi um dos primeiros também — dissemos que tinha que se manter esse veto, porque o papel de um Parlamentar não é gerenciar dinheiro público, mas legislar. Isto é o que está preconizado, é a nossa competência: legislar e fiscalizar. Mas o que o Governo tirou com uma mão está dando com outra, através desses PLNs. Isso o governo precisa assumir, para que as pessoas que vão às ruas neste próximo domingo saibam que pauta elas vão abraçar.

Meu pai me ligou hoje cedo e disse: “Eu vou para a manifestação e tudo. Queria combinar...”. Eu disse: “Papai, o senhor ir para a manifestação é bacana, legal, importante. Mas qual é a pauta que está levando o senhor à manifestação?”. Ele respondeu: “Ah, pela prisão em segunda instância”. Eu falei: “Ótimo! Você está coberto de razão. Faz um cartaz e coloca: prisão em segunda instância”. Ele prosseguiu: “Ah, pela CPI da Lava Toga, pelos impeachments de alguns ministros do Supremo”. Eu disse: “Parabéns, papai! O

senhor está coberto de razão. Tem que se manifestar mesmo”. Ele continuou: “Ah, mas é sobre essa questão do Veto 52 e tudo”. Eu falei: “Espere aí. Isso já foi mantido através de um acordão. O senhor vai por isso aí? E o PLN? O senhor vai contra? A definição do PLN vai ocorrer nesta semana, amanhã, dando os mesmos poderes para o relator ter — não são mais nem R\$30 bilhões — R\$20 bilhões. Não são R\$30, nem R\$15, nem R\$10; são R\$20 bilhões”.

Então, nós precisamos entender esse movimento que está acontecendo. Se o presidente diz que há chantagista ou alguém ligado a ele diz que há chantagista que está metendo a faca no pescoço dele e no Congresso Nacional, é importante que a população saiba os nomes. É importante isso, porque senão fica tudo mundo dentro do mesmo...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Balaio.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — ... saco. Quem são?

O Presidente já deveria entender, senador Plínio, que não precisa fazer essas velhas práticas políticas do toma lá dá cá, da barganha, porque, além da base governista que sempre vota com ele, ele tem um grupo de senadores, principalmente aqui no Senado Federal, que é independente e que vota pautas a favor do Brasil, independentemente de quem venha — pautas a favor do Brasil. Esse grupo, que já dá duas dezenas de senadores, repito, fora os governistas, já teria uma tranquilidade no Senado. O que é que está pegando? Por que precisa mandar esses PLNs? Bastaria o próprio presidente dizer: “Vamos derrubar esses PLNs. Não precisa mais desses PLNs”. Ganharia, porque a população diminuiu muito.

Na semana passada, Vossa Excelência e todos nós aqui recebemos 200 mensagens por hora do Brasil inteiro. Achei isso fantástico. O povo brasileiro se manifestando, dizendo o que pensa. E político respeita isso. É legítimo. Agora, caiu. Eu estou recebendo poucas mensagens, mas ainda continuam. O pessoal já entendeu que esses PLNs devem ser rejeitados, especialmente o PLN 4, porque, senão, é trocar seis por meia dúzia.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — E o PLN veio de onde?

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — O PLN veio do governo. É isso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eles não vão protestar porque...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS-CE) — Exatamente. Que se coloque claramente qual é a pauta de domingo para a gente ir para as ruas.

O que é a pauta de domingo? É a favor do presidente, que manda os PLNs? Aí não!

Tira os PLNs, faz a partir de agora uma nova forma de fazer política, como se comprometeu na campanha, sem toma lá dá cá, sem cargos, sem trocas de favores, de

cargos nos estados, e vamos para a rua, todo mundo. Acho bacana isso. Acho importante isso. Mas a gente tem de saber por que está indo para a rua. Por que está indo para a rua?

Então, só para concluir, eu acredito que este momento é um momento que tem que ficar claro. Esses PLNs de amanhã compensam o Veto 52, que foi mantido. Isso a população precisa entender. É tirar com uma mão e dar com outra. É o momento de a verdade vir à tona, e é muito importante que a gente possa separar o joio do trigo.

Muito obrigado, senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM) — O que o senhor fala, senador Girão, incorporado o seu aparte, é importante, porque me permite dizer duas coisas, três aliás. Uma, eu sou a favor de toda e qualquer manifestação. Eu fui forjado em manifestações, em protestos, em lutas, em suor. Algumas vezes até em sangue mesmo.

A outra, me permite dizer, antes de eu finalizar e concluir: este senador que aqui está, que vai concluir o discurso daqui a pouco, é um senador que já enviou um ofício ao Gabinete de Segurança Institucional, ao general Ramos, para dizer que nunca pleiteou cargo, que não pleiteia, que se o nome estiver envolvido em alguma coisa, que tire, porque ninguém está autorizado a usar o meu nome para pleitear cargo. Enviei também um ofício ao general Heleno pedindo que ele informe a mim — e eu informarei à população brasileira — se o meu nome consta no rol daqueles Congressistas que — ele intitula — fazem negociata, daquele pessoal que faz negociata, toma lá dá cá.

Portanto, eu me acho com autoridade de dizer o que digo.

Esse pessoal que está indo à rua, que iria protestar a favor do Veto 52, que nós fizemos, está indo à rua contra eles mesmos, porque esses PLNs de que o senhor fala e que a gente combate vão totalmente de encontro a esse pessoal que vai para rua protestar. O pessoal vai para rua protestar e não fala do PLN, que é uma facada no peito dele.

Eu ousou dizer que a derrubada do veto talvez fosse até menos perniciosa do que o PLN, porque o PLN caracteriza o conchavo e a negociação.

E essa população que vai à rua não protesta contra o PLN, porque ele vem do Executivo, vem da Presidência da República, que não precisava fazer nada. Mantivemos o veto e ponto final, acabou. Não precisa vir PLN para cá, mas o Executivo está mandando o PLN para cá.

Repito: o Executivo, que vocês que vão à rua defender, é que está mandando o PLN, que caracteriza, que é a consequência manifestada do conchavo, dos acordos. Quando eu falo dessa tensão político-institucional artificial é exatamente isto: a manipulação de informação, a meia verdade, a quase verdade, a mentira, quando se mobilizam muitas pessoas por um motivo que não é verdadeiro.

Não é preciso protestar contra o Senado Federal. Aqui neste Senado, todos nós estamos imbuídos de princípios republicanos, todos nós temos consciência. Aqui não tem problema, Girão; aqui a gente sempre conversa e chega a um consenso. É a favor da nação? É a favor da nação.

Portanto, que fique claro: eu não sou contra a manifestação coisíssima nenhuma. Eu só acho que não tem mais do que protestar em relação ao Veto 52. Não tem mais que dizer: “Deixa o presidente trabalhar”. Nós estamos deixando o presidente trabalhar, sim. O que a gente quer é que trabalhe, o que a gente quer é que o Executivo diga o que espera de nós, que dê sua opinião sobre a reforma tributária, que não jogue em nossos ombros, em nosso peito o peso de aprovar uma reforma tributária que prejudica, senador Girão.

O meu estado, o Amazonas, vai perder se a gente aprovar essa reforma tributária como aqui está, 1,3 bilhão por ano. O Amazonas vai perder. E, nessa relação, você tem quem perde: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul perdem.

Uma reforma tributária que castiga Estados não passa assim tão fácil. Então, o governo tem que dizer o que quer da gente. Cadê a reforma administrativa? Cadê a reforma administrativa que trouxeram para cá? Cadê uma reforma de que a gente nunca fala que é a do Judiciário, que precisa vir para cá?

Então, nos digam... Enviem as reformas necessárias que nós, o Senado principalmente, votaremos e apoiaremos as reformas necessárias ao país. Quando eu chamo de tensão desnecessária, é porque eu acho que há muita manipulação, há muita manipulação de quem tem boa vontade.

Enviem as reformas necessárias que nós, o Senado principalmente, votaremos e apoiaremos as reformas necessárias ao país.

Eu quero ver, na manifestação do dia 15, protesto contra os PLNs, eu quero ver, porque o PLN é altamente pernicioso ao país, mas não haverá, e não haverá porque quem vai à rua não sabe que o PLN o prejudica. E quem mandou o PLN foi exatamente o presidente da República.

Obrigado, presidente.

SEM AÇODAMENTO PARA VOTAÇÃO DO PL DAS *FAKE NEWS*

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 30/06/2020

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB-AM. Para questão de ordem.) — Presidente, a minha questão de ordem começa pelo fato de que esse projeto não deveria estar sendo votado agora. O ato que o senhor publicou, o ato que o senhor assinou para que nós pudéssemos estar em sessões remotas diz que nós deveríamos estar exclusivamente — está aqui o texto que diz isso — tratando de coisas que dizem respeito à pandemia, questões de caos, questões sociais, todos os problemas que a gente não está vendo agora.

Aprovar uma lei dessa natureza que prejudica a todos, que diz respeito a todos, é como se, no seu escritório, houvesse um roubo e você, para descobrir o ladrão, botasse todo mundo na cadeia até descobrir o ladrão. Isso é açodamento, isso é pressa.

Não foi ouvido o contraditório, presidente. Não foi ouvido o contraditório. Não se fez audiência pública. Através de pesquisa, 75% da população brasileira é contra. E o Senado da República vai chamar para votar uma questão dessa natureza, dessa importância toda, em tempo de pandemia — em tempo de pandemia —, contrariando, presidente, o seu ato. O senhor assinou. Eu fui convocado no tempo de pandemia para votar assuntos de calamidade pública, assuntos de pandemia. Eu não fui convocado para criar uma lei que só vai existir no Brasil, que é mais uma jabuticaba, o retorno.

Todas as associações, todas as organizações que prezam pela liberdade de expressão estão contra. E não adianta dizer que não tolhe. Tolhe, sim, presidente. Tolhe, sim. O senhor não pode, a gente não pode prender todo mundo de uma empresa para achar o culpado. A gente tem que achar o culpado antes. Fazer querendo atingir as milícias, fazer querendo atingir determinados grupos é atingir toda uma população.

A emenda do Kajuru que resumia em mostrar o CPF e não precisava do ID foi rejeitada. Meu amigo coronel, se eu soubesse que era para ser elogiado, eu teria apresentado uma emenda — mesmo sabendo que ia ser rejeitada — para ser elogiado pelo meu amigo coronel.

Então, presidente, não deveria estar sendo votado. Nós estamos contrariando um ato que o senhor assinou, nós estamos dando como normal um procedimento que não é normal. Para mim, não é normal. Na Câmara Municipal de Manaus, não é normal. O procedimento está errado, violando, violentando atos da Mesa assinados pelo presidente.

Eu peço a todos, já peço ao senhor, peço ao Plenário que a gente retire de pauta esse PL, porque ele contraria o ato da Mesa.

Se o projeto fosse bom, presidente, não precisaria de um relatório tão grande, tão imenso quanto esse; se fosse tão bom, não teria rejeição da maioria da população brasileira; e, se fosse bom, teria aprovado as boas emendas, teria buscado ouvir o contraditório. Tem que haver o contraditório. Nós somos senadores, com prerrogativas, privilegiados com o poder, mas nós não temos o poder de agrupar e fazer uma coisa que vai prejudicar milhões de pessoas!

Vamos votar depois! Eu até revejo meu voto e posso votar a favor, mas não com pressa, não com açodamento! Este pecado, este voto errado este senador do Amazonas não vai dar. Se não for retirado de pauta, eu quero antecipar aqui o meu voto para a população brasileira: eu vou votar contra. Açodado, inoportuno e que abrange tudo e todos. Não poderia ser assim! Um projeto de lei que não ouviu o contraditório não merece o respeito de ser considerado lei!

Obrigado, presidente.

OS SUBSÍDIOS DA ZONA FRANCA NÃO SÃO UM PESO PARA O PAÍS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 08/07/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Ok.

Presidente, senadoras, senhores senadores, o assunto que eu vou tratar é, mais uma vez, Manaus, Zona Franca. É uma coisa chata, eu sei que é, mas, se a gente olhar a CPI da Covid, cujo motivo foi a falta de oxigênio em Manaus, ou seja, se eu presumir que estão dando importância a Manaus tanto quanto estão dando para usar na CPI, eu vou concluir que vão prestar atenção no que eu vou dizer.

Mais uma vez, o ministro Guedes teima e quer prejudicar a Zona Franca, passa para o Brasil, como se nós fossemos páreas, como se fosse favor, que prejudica o país o subsídio para a Zona Franca.

Eu já disse aqui nesta tribuna, já perguntei aqui nesta tribuna: por que a Zona Franca, Girão? Por que a Zona Franca, Petecão? O subsídio da Zona Franca representa 8,42% dos 100% de subsídios que o país dá. Onde estão os outros, esses outros 93%? Esses outros estão onde? Estão onde? Não dizem, porque estão no Sudeste, porque estão no Sul.

O subsídio da Zona Franca representa 8,42% dos 100% de subsídios que o país dá. Onde estão os outros, esses outros 93%? Esses outros estão onde? Estão onde? Não dizem, porque estão no Sudeste, porque estão no Sul.

Hoje, a Zona Franca de Manaus emprega, Lucas, 102 mil pessoas, diretamente. São 102 mil empregos, senadora Leila, que a Zona Franca proporciona. O faturamento, ano passado, foi de R\$120 bilhões. A Receita Federal arrecada em torno de R\$14, R\$15, R\$16 bilhões, e nós recebemos como repasses obrigatórios apenas R\$5,6 bilhões.

Portanto, eu venho aqui na presunção de que o país, na presunção de que todos dão importância a Manaus, repito, porque a morte por falta de oxigênio gerou até motivo para uma CPI.

Eu estou aqui na presunção de que vão nos acolher, na presunção, senadora Simone, de que vão entender a nossa cantilena. Nós não podemos tirar subsídio da Zona Franca.

A Zona Franca proporcionou a preservação da floresta em 97%. E onde estão esses que exploram a nossa desgraça, as nossas mazelas, os nossos problemas?

Repito, senadora Simone, 8,42% de um total de 100% de subsídio de que o país abre mão. E só nós somos os meninos feios, só nós somos aqueles que estão tirando. Apaguem tudo que eu disse, que não seja verdade. O que eu disse é porque está aqui, mas que não seja verdade. Eu vou cobrar a Zona Franca de Manaus pela preservação da floresta.

A Zona Franca proporcionou a preservação da floresta em 97%. E onde estão esses que exploram a nossa desgraça, as nossas mazelas, os nossos problemas? E eu digo mais, não passou, não, o perigo em Manaus. Que Manaus não sirva só de exemplo, presidente, de desgraça, de sofrimento, de choro e de morte.

Eu quero, eu quero, sim, a solidariedade daqueles que nos usam para discursar. Eu quero, sim, o companheirismo daqueles que acham que nós merecemos, porque morremos por falta de oxigênio, que nos ajudem agora, na reforma tributária, a não acabar com a Zona Franca de Manaus, a não prejudicar mais a Zona Franca de Manaus.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — E encerro o discurso, presidente.

Muitos daqueles que nos defendem, muitos daqueles que nos defendem agora são os mesmos que nos condenam a não ter a BR-319, são os mesmos que não nos dão o direito de ir e vir no Brasil. Mas o ministro Tarcísio me garantiu que a estrada sai, apesar deles, apesar dos profissionais do meio ambiente.

Portanto, eu encerro, presidente. Aqueles que tiveram pena de quem morre em Manaus, aqueles que usam Manaus pela falta de oxigênio, que deixem de ser cretinos e nos apoiem agora para não deixar que o Guedes prejudique a Zona Franca de Manaus.

Obrigado, presidente.

SEM A BR-319, O OXIGÊNIO NÃO CHEGOU EM MANAUS

Pronunciamento do senador Plínio Valério 04/08/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discutir.) — Senhores senadores, eu peço permissão para me dirigir a quem assiste à TV Senado, aos brasileiros e brasileiras que assistem à TV Senado neste momento, para chamar a atenção para a hipocrisia que reina, que campeia essa história de pandemia.

Manaus foi motivo até da CPI que está rolando aqui no Senado. E parece até que Manaus não conta mais e nem sepulta mais os seus mortos. Parece que está às mil maravilhas, Petecão, Manaus.

E no momento em que a gente precisa, para se prevenir, o Ministério Público Federal no Amazonas, mais uma vez, demonstrando e mostrando que não aprendeu, mostrando e demonstrando que não é sensível, que não age com bom senso e conhecimento, se volta contra o Ministério da Infraestrutura, para bloquear, mais uma vez, o andamento do asfaltamento da BR-319.

É consenso que centenas de amazonenses não teriam morrido se tivéssemos a BR-319 para levar oxigênio. Oxigênio, que faltou, chegava a sete, dez dias de barco, três, quatro dias de avião. E pela estrada, que levaria um dia, nada de oxigênio. Amazonenses morreram por falta de oxigênio.

Alguns morreram por falta da dignidade de ter uma estrada que nos ligue ao país.

E nós não estamos livres, não. Nós estamos contando os nossos mortos, nós estamos enterrando os nossos mortos.

E a Procuradora-Geral da República no Amazonas...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... quer, mais uma vez, pela enésima vez, nos impedir de ter direito a ir e vir.

E se vier novamente uma crise, que Deus nos livre, e se faltar oxigênio, que Deus nos livre, quem será o culpado de tantas mortes? A CPI busca culpados e tem que buscar agir em todos os segmentos, em todos os lugares.

E se faltar novamente oxigênio no Amazonas, eu digo à CPI que pode buscar o Ministério Público Federal, que quer nos condenar, que não aprende, que não se sensibiliza com isso tudo.

Fica aqui o repúdio de um senador amazonense contra o Ministério Público Federal.

E, presidente, eu pedi uma questão de ordem no começo, mas não fui atendido, para saber se as Comissões voltam a ser presenciais, porque eu quero pedir ao senador Otto Alencar que coloque em pauta a votação do projeto de minha autoria com a relatoria...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que é um relatório favorável àquele projeto que taxa as grandes fortunas.

Quem tem pena dos bilionários e milionários não precisa se preocupar. A gente não quer extrair, tirar de quem tem muito; a gente quer retribuição neste momento de pandemia.

O Major Olímpio, muito sábio e guerreiro como era, colocou que essa taxação valeria apenas por dois anos ou enquanto durasse a pandemia.

Está aí para ser votado, presidente.

Que se vote, que se derrube no voto!

Muita gente é contra, o presidente já demonstrou que fica a favor dos ricos, não importa. O que eu estou pedindo, presidente, é o direito de trazer este projeto para ser votado aqui. O que sobra para os milionários falta. Essa taxação, estamos falando de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões num ano, e no outro também, certamente, supriria as mesas dos famintos. Falaram, há pouco...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... 15 milhões de desempregados, 20 milhões de subempregos. Falta comida. Esse dinheiro levaria comida para os famintos. Esse dinheiro levaria remédio para a cabeça dos desvalidos. Esse dinheiro levaria dignidade para os invisíveis, porque a gente fala do que a gente vê, mas existem os invisíveis.

Presidente, fica aqui um apelo, dizendo que o DataSenado, Presidente, ainda no ano passado, no ano retrasado, a pesquisa do DataSenado colocou 332 mil “sim” contra 7

“não”. A população brasileira pede isso. E vamos derrubar ou não, vamos aprovar ou não, e dizer aos milionários, dizer a quem tem pena dos milionários que não vão ficar menos ricos com isso. São apenas dois anos ou enquanto durar a pandemia. E numa taxaço que vai de 0,3% a 1%.

Que os 33 novos bilionários, agora, vendendo remédio, material de construção, possam retribuir, presidente!

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... dizendo o seguinte, que quem alega que ficou rico, ou aqueles que alegam que fulano ficou rico com trabalho e suor, ficou com trabalho e suor, mas usou qual estrutura? Qual aeroporto ele usou? Qual rodoviária ele usou? Qual porto ele usou, banco da universidade que ele usou? Estrutura do estado com o dinheiro do povo brasileiro.

Chegou a hora, portanto, presidente, da retribuição.

Que eles, que os milionários possam retribuir, o que tiveram, a felicidade que tiveram, a socorrer os desvalidos, os famintos e os invisíveis.

Obrigado, presidente.

QUE O SENADO CUMPRA SUA FUNÇÃO E ANALISE IMPEACHMENT DE MINISTROS DO STF

Pronunciamento do senador Plínio Valério 24/08/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Pela ordem.) — Presidente, eu tenho escutado, lido muita coisa sobre o pedido de impeachment. Esquece-se que é do presidente da República, porque existem 30 pedidos aqui. Aí, alega-se que é atentar contra a democracia. Então, temos que tirar o artigo da Constituição que remete para o Senado a prerrogativa de poder julgar ministro.

Então, essa coisa de fugir de uma votação, essa coisa de não encarar o pedido feito pelo presidente da República, feito pelo Kajuru e feito, presidente, por 3 milhões de pessoas, 3 milhões de pessoas, 3 milhões de brasileiros e brasileiras pediram o impeachment assim de um ministro! Então, presidente, não há clima para passar o impeachment, mas que se coloque em votação. Parlamento é voto! O alimento do Parlamento é o voto! No Parlamento, não há perdedor nem ganhador, porque eu perco hoje e amanhã eu ganho. Eu perco hoje, eu perco amanhã, mas outros ganham.

Então, traga, para que nós possamos votar! Há essa alegação de que atenta contra a democracia. Não atenta, porque está na Constituição. “Ah, não se pode julgar, impichar ministro do Supremo!” Por que, então, a lei permite? A lei permite impichar ministro! E só o Senado, unicamente o Senado, pode fazer isso.

Então, o que eu peço é que venha à votação, preenchidos os preceitos legais. Se a sua assessoria julgar que os preceitos legais foram todos satisfeitos, traga, porque nós precisamos votar! Não há clima para passar o impeachment, mas há clima para votar. Três milhões de brasileiros pediram o impeachment de um ministro.

Portanto, não alegue que é atentar contra a democracia, porque está na Constituição, está na prerrogativa do Senado. E eu, como senador da República, não vou fugir à minha responsabilidade, que é votar para impichar ministro, desde que ele mereça e desde que os preceitos legais estejam todos preenchidos.

Portanto, não alegue que é atentar contra a democracia, porque está na Constituição, está na prerrogativa do Senado. E eu, como senador da República, não vou fugir à minha responsabilidade, que é votar para impichar ministro, desde que ele mereça e desde que os preceitos legais estejam todos preenchidos.

É PRECISO ENXERGAR A AMAZÔNIA ALÉM DO VERDE

Pronunciamento do senador Plínio Valério 06/10/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senador e companheiro Veneziano, com a sua condução dos trabalhos, eu esperaria o tempo que fosse necessário.

Quero aproveitar esse clima de concordância, em que o “sim” vence o “não” facilmente, e pedir, presidente, o empenho do senhor, que conduz a Mesa agora, porque nós já vivemos, inegavelmente, uma crise hídrica, e ela vai se comparar, logo, logo, àquela que ocorreu em 2001, que forçou o racionamento de energia elétrica, além do aumento na conta de luz, e, ao que tudo indica, o perigo já está aí, e essa crise da energia elétrica, o apagão veio para ficar.

Por isso, presidente, eu apresentei um projeto que cria o programa de incentivo ao desenvolvimento de energia eólica e solar fotovoltaica, porque eu entendo que se a gente criar um programa... E o que a gente especifica é que seria financiado pelo BNDES — e o projeto esmiúça os detalhes — e qualquer cidadão, qualquer cidadã brasileira pode ir ao BNDES e, de forma simples, rápida, sem muita burocracia e com juros baixos, conseguir dinheiro para montar a sua energia solar em sua residência.

Com isso, ajuda a diminuir a conta de luz, que vai ficar mais barata, mas ajuda, acima de tudo, o país a fugir dessa crise elétrica que veio, que está aí, que veio para chegar.

O Brasil tem tudo que precisa para esse tipo de energia, e a população quer. Se a gente imaginar que milhões de brasileiros, que milhões de brasileiras com certeza correriam para pegar esse financiamento, a gente, então, fugiria e apagaria de vez o que a gente chama de apagão.

Em 2001, o País foi forçado a adotar política de racionamento de energia...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que nos puniu a todos nós, indistintamente, ricos ou pobres, e nós temos que pensar em soluções.

Nós que, muitas vezes, somos acusados de só fazer firula e ficar discutindo coisas banais... Eu acho que o Senado tem a oportunidade, presidente Veneziano, de correr com esse projeto.

A gente esmiúça que o montante de subvenção seria até o montante de 500 milhões, subordinados sempre ao BNDES. Simples assim: “Eu quero montar uma placa de energia solar em minha residência”, e o financiamento sai sem nenhum problema, porque a gente acaba ajudando o país nessa coisa tão terrível, nessa ameaça tão terrível.

Eu peço, tenho pedido ao senhor que a gente discuta logo na Comissão do Meio Ambiente, para que pudesse ter o Relator, que é o senador Rodrigo Cunha, e trazer em Plenário. Eu acho que o Senado estaria colaborando muito, muito com esse gesto, por isso eu peço o seu empenho e sei que vou contar...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Acabo de falar das flores e eu queria falar, só um pouquinho, de espinhos, senador Contarato. Um amigo meu, deputado estadual, esteve há pouco no Alto Rio Negro, na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel, no município e nas comunidades.

Essa Amazônia, que tanto se propaga, que tanto se fala que precisa ser preservada, que precisa ser conservada, que tem dinheiro internacional, não é a Amazônia que eu conheço...

São Gabriel tem 650 comunidades indígenas divididas em quatro distritos e 23 etnias. Eu acho que de 30 mil de população, 25 mil são indígenas e na comunidade de Cabari há cerca de 58 crianças que não têm registro de nascimento!

Essa Amazônia, que tanto se propaga, que tanto se fala que precisa ser preservada, que precisa ser conservada, que tem dinheiro internacional, não é a Amazônia que eu conheço, é a Amazônia que eu me envergonho de estar na tribuna para dizer...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que na comunidade de Cabari, no Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira, há 55 crianças que não têm registro, não são conhecidas, Vanderlan, não vivem.

Quando eu venho a esta tribuna, eu acho que é a única vez em que o meu tom se eleva, porque não há como não lembrar a hipocrisia que cerca, que permeia o tema Amazônia. Os artistas celebrando a preservação, querendo plantar árvores; os dirigentes internacionais querendo dar dinheiro para comunidades, o Fundo Amazônia enganando a população, e eu aqui, com 51 crianças que não têm registro de nascimento. E no Amazonas morreram, em 2017, 1.226 crianças antes de completarem um ano.

Essa é a Amazônia que eu quero escancarar para você, brasileiro, para você, brasileira, que sofre do complexo de colonizado, que acha que tudo que vem de fora é melhor...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... porque o Macron fala que é assim, é assado, e a gente vai seguir. Eu quero falar com você, brasileiro, para você conhecer essa Amazônia, para você amar essa Amazônia, para você defender essa Amazônia. É a Amazônia que tem índio com o pé picado, mordido por morcegos; que tem índias dos seios arriados no umbigo, não aquela índia que se mostra nas propagandas do Greenpeace. É essa Amazônia aqui, essa Amazônia que tem nove milhões de pessoas habitando residências que não têm dinheiro, renda para uma cesta básica.

Então, presidente Veneziano, eu falava das flores, lá do projeto bom, e falo disso aqui, dessa hipocrisia. Deus me concedeu a graça de ser senador da República representando o Amazonas, e ainda nos restam mais de cinco anos para estarmos aqui combatendo essa hipocrisia.

Aqueles que querem que a gente conserve, que querem que a gente proteja, mas não nos dão o direito de viver...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... não nos dão o direito de registrar o nascimento de uma criança! Essa é a Amazônia brasileira, brasileiro, que você não conhece, que eu conheço, das barrancas do Juruá que sou, senador da República que estou, com a missão que desempenho aqui de desvendar, de escancarar essa Amazônia para desmascarar aqueles que usam a Amazônia para arrecadar dinheiro.

Em nome da Amazônia, querem perpetuar uma situação e nos impor nódoas, pecados ambientais que não temos, que não carregamos! Querem nos culpar pela devastação.

Olha a hipocrisia, olha a hipocrisia: lá na Califórnia, lá na Califórnia é incêndio. Na Califórnia tem incêndio; aqui na Amazônia, queimada. Aqui na Amazônia é queimada.

Então, essa Amazônia, esse mito, essa coisa que permeia a Amazônia eu estou aqui para desmistificar...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... para dizer que nós temos o direito, sim, que temos o direito, sim, de usufruir de um pouco que Deus nos deu: dos bens naturais que temos.

Essa comunidade indígena, senador Veneziano, que tanto se propaga, o Greenpeace mostra as índias de seios bonitos, de seios fartos, mostra tudo do bom e do belo, enquanto mostra a devastação. Essa Amazônia é fantasiosa. Essa Amazônia só existe para aqueles que se aproveitam para arrecadar dinheiro. Por isso que eu peço aqui não ao

senhor, que está numa missão difícil de substituir o nosso presidente — falei com o Presidente Rodrigo —, que assim que passar, que virar o ano, presidente, é hora de a gente instalar a CPI que vai investigar as ONGs na Amazônia. É preciso. A CPI está aprovada bem antes da CPI da covid. Falta só que a Presidência mande os ofícios para os líderes indicarem os seus membros. A gente quer desvendar, a gente quer separar o joio do trigo; não quer demonizar as ONGs coisa nenhuma, quer separar o joio do trigo.

Esse último exemplo que houve aí, presidente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... do Banco Nordeste, de onde saem R\$600 milhões para uma ONG fazer o trabalho do banco — R\$600 milhões. Mas a gente quer, na questão ambiental, saber para onde vai esse dinheiro todo.

Como senador da Amazônia, eu encerro, presidente, encerro falando ainda de espinho: a gente tem que enxergar a Amazônia embaixo desse verde, embaixo desse verde! Lá, sim, lá, a gente tem um povo que não tem renda, tem um povo vilipendiado, tem um povo massacrado, extorquido, tem um povo expulso, porque as ONGs, através de maus brasileiros, estão comprando as terras e expulsando aqueles que habitam, porque a gente não tem a legalização da terra. E a gente precisa. E a gente precisa muito.

... a gente tem que enxergar a Amazônia embaixo desse verde, embaixo desse verde! Lá, sim, lá, a gente tem um povo que não tem renda, tem um povo vilipendiado, tem um povo massacrado, extorquido, tem um povo expulso...

Há muito que se falar. Há muito que se dizer.

Graças a Deus, estou senador da República...

O Sr. Vanderlan Cardoso (PSD-GO) — Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... Para desmascarar e escancarar esses hipócritas.

O Sr. Vanderlan Cardoso (PSD-GO) — Um aparte, por favor, senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Com o maior prazer, senador Vanderlan.

O Sr. Vanderlan Cardoso (PSD-GO. Para apartear.) — Senador Plínio, eu conheço essa Amazônia de que o senhor está falando, porque eu morei 14 anos lá.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Sim. Eu sei disso.

O Sr. Vanderlan Cardoso (PSD–GO) — Morei em Roraima e conheço muito bem o Amazonas.

Tudo isso que o senhor falou é verdade.

Essa CPI, senador Plínio, eu faço questão de assinar e de participar dela, porque nós precisamos esclarecer para o povo brasileiro que essa Amazônia de que eles estão falando, esses índios aí que eles mostram não são a realidade. Não é a realidade.

Então, só para dizer a Vossa Excelência que eu tenho acompanhado o seu trabalho desde que o senhor chegou aqui. E o senhor tem alertado, desde o primeiro dia em que o senhor subiu nessa tribuna para falar dessa Amazônia verdadeira que o senhor conhece muito bem e que eu conheço em parte, não tão bem quanto Vossa Excelência.

Parabéns, senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB–AM) — Obrigado, senador Vanderlan. O senhor é uma amazônida e defende sempre.

Eu encerro, senhor presidente, não querendo abusar de sua paciência.

A CPI já foi lida aqui, na Mesa. Já foi lida. Portanto, já existe. Está faltando só um ofício para que os líderes indiquem os membros, para que a gente desvende. E digo mais uma vez: não é para demonizar ninguém...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB–AM) — ... é para separar o joio do trigo.

E eu digo com tristeza: há mais joio do que trigo.

Obrigado, presidente.

EMBAIXO DA FLORESTA EXISTE UM POVO

Pronunciamento do senador Plínio Valério 09/11/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, normalmente, eu subo à tribuna, quando se fala de Amazônia em encontros ambientais, e eu teço críticas. Eu queria começar elogiando o nosso presidente — não é comum, Eduardo Braga —, o presidente do Senado, por sua entrevista coletiva em Glasgow, onde ele participa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança de Clima.

O senador Rodrigo defendeu a remuneração de produtores rurais por serviços ambientais e ação para a conscientização da necessidade da preservação do meio ambiente. Ele defendeu, vejam bem, a remuneração dos produtores rurais, aquilo que nós da Amazônia vivemos defendendo, quando só se cobra e nada se oferece para quem realmente preserva a floresta, que é o nosso caboclo, que é o nosso ribeirinho, que é o nosso índio.

E por que eu fico alegre? Porque eu vi um presidente do Senado brasileiro não se quedar àquele complexo do colonizado, senador Arns, àquele complexo do brasileiro que acha que o que vem de fora é bom, quando ele assume o papel de vilão, de bandido, na questão ambiental, que nós não somos, mas esses encontros ambientais, e perdoem-me aqueles que defendem, senadora Leila, esses encontros ambientais... A COP já é a 26, imaginem o que disseram na primeira, na segunda, na terceira... Que a Amazônia ia ser devastada; que o clima ia mudar; que seria a hecatombe universal. Repetem sempre as mesmas previsões, os mesmos estudos, meu amigo presidente, senador. São as mesmas previsões: a Floresta Amazônica vai acabar, o mundo vai acabar... Países que passaram dois séculos emitindo gases de efeito estufa — dois séculos! A China não foi ao encontro, a Rússia não foi ao encontro, e a Índia não assinou. Juntando com a Europa, são os principais poluidores, são aqueles que jogam gases de efeito de estufa, são os culpados pela destruição da camada de ozônio.

O que acontece nesses encontros, senador Izalci? Eles sempre querem que o Brasil assuma a responsabilidade, que o Brasil chame para si a responsabilidade de se comprometer em zerar a emissão de carbono, de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Sempre a responsabilidade é nossa! E anunciam um fundo bilionário para isso. E nunca dão! E nunca dão!

Por que eu fiquei contente com a declaração do senador Rodrigo Pacheco? Porque ele podia fazer como tantos fazem: criticar o Brasil, apontar o dedo, apontar a ferida.

Não, ele preferiu defender a remuneração dos produtores rurais, daqueles, Eduardo, que você conhece, que realmente preservam a floresta.

Por isso, eu vou continuar aqui, presidente Veneziano, defendendo a instalação da CPI das ONGs para investigar as ONGs ambientais que atuam na Amazônia, das más ONGs. As boas ONGs serão preservadas.

Nós precisamos, sim, colocar um ponto final nessa história. E você brasileiro e você brasileira não podem, não devem, não aceitem assumir o papel de vilão! Nesse filme, se não somos os protagonistas, somos pelo menos atores coadjuvantes, mas vilão, o bandido da história, aquele que morre de tiro no final, não! Nós não somos bandidos, nós sabemos preservar. Somos responsáveis, os estudos mostram isso, por 3% da emissão de gases de efeito de estufa — 3%, três de cem. E eles querem que o Brasil assuma toda a responsabilidade. E há brasileiro que diz: “Realmente, a gente precisa. Nós estamos destruindo”.

Somos a favor, acima de tudo, da assistência ao ser humano. Não pode haver preservação ambiental se não há assistência ao ser humano. Não podemos preservar a floresta se condenamos o homem à miséria.

Somos a favor do desmatamento? Claro que não! Somos a favor da destruição da floresta? Óbvio que não! Somos a favor, acima de tudo, da assistência ao ser humano. Não pode haver preservação ambiental se não há assistência ao ser humano. Não podemos preservar a floresta se condenamos o homem à miséria.

Aí dizem para mim: “Na Amazônia é muita água”. Não conhecem, Eduardo. Não conhecem que o ribeirinho tem que captar, no verão, água a 300 metros, a 500 metros, porque aquela água não serve para beber.

É muito bonito se ajoelhar — ou pelo menos não se ajoelhar, mas dizer amém — à idiota da Greta. É uma menina, coitada, usada e utilizada pelos do meio ambiente. Essa indústria da questão do meio ambiente é tenebrosa.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — E eu peço só um minuto e encerro, senador.

À medida que a gente se aprofunda... Há o livro *Uma demão de verde*, de uma jornalista canadense, e há o *Máfia verde*, de um brasileiro. São coisas tenebrosas, horríveis de se ver.

Arrecada-se muito, arrecadam-se milhões de dólares em nome da Amazônia, e isso não chega à ponta.

Eles não sabem que aquela maloca dos índios, que aquelas índias de seios pontudos, bonitos, e índios musculosos não existem — não existem. O tipo

Arrecada-se muito, arrecadam-se milhões de dólares em nome da Amazônia, e isso não chega à ponta.

indígena é pequeno. Há gente, índio dormindo em malocas, presidente, e o morcego vai lá e chupa o sangue do dedão do pé. O índio carrega a mandioca para fazer a farinha no ombro e não é porque quer, não; é porque se diz que o índio tem que preservar a sua cultura. Cultura nada! Isso é sacrificar, é jogar um povo ao sacrifício desnecessário.

Fica aqui o registro, presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... do elogio ao presidente que não se quedou, que mostrou que não tem complexo do colonizado. E o brasileiro tem que acabar com essa história do complexo do colonizado. Nós não somos bandidos, não somos vilões. Nós sabemos preservar.

Cadê a Índia? Cadê a Rússia? Cadê a China? Estão se lixando para a ECO 26. E a gente quer dar a maior importância do mundo para a ECO 26, como se eles fossem os donos da razão. Peguem a primeira, peguem a segunda, a terceira, a décima quinta, o Acordo de Paris, que prometeram dar dinheiro para os países em desenvolvimento e não deram nada. É falácia pura, é cretinice, é hipocrisia!

E eu estou aqui mais uma vez protestando, em meu nome, em nome do Amazonas, em nome da Amazônia, contra esse pessoal que se aproveita do nosso povo, da nossa situação, jogando-nos à condição de subdesenvolvidos. Nós não somos!

Eles enxergam uma Amazônia bonita, verde e preservada. Embaixo dela, existe um povo. E é, em nome desse povo, que eu registro o meu protesto contra essa hipocrisia, contra esses cretinos!

A Unicef atesta, presidente, que na Amazônia existem cerca de 9 milhões de brasileiros e brasileiras...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que não têm renda para uma cesta básica. No meu estado, no estado do Eduardo Braga, em 2017, a Unicef diz que morreram 1.226 crianças antes de completar um ano, um ano, um ano, porque as mães não tiveram acesso à saúde. No Amazonas, morre mulher com câncer de útero, porque não tem acesso ao ginecologista.

E isso eles não enxergam. Eles enxergam uma Amazônia bonita, verde e preservada. Embaixo dela, existe um povo. E é, em nome desse povo, que eu registro o meu protesto contra essa hipocrisia, contra esses cretinos!

Obrigado, presidente.

CHEGA DE HIPOCRISIA: NÓS NÃO SOMOS OS VILÕES DO PLANETA

Pronunciamento do senador Plínio Valério 10/11/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Romário, senhoras senadoras e senhores senadores, já estamos na 26ª Conferência do Clima sem que se registre nenhuma medida concreta destinada a quebrar a longa sequência de manifestações cínicas, de discursos hipócritas e da falta de providências concretas que ajudem os brasileiros concretamente a preservar as suas florestas. O que, na verdade, nós temos são feitos sem qualquer ação significativa das nações ricas. Além dessas exhibições de hipocrisia, essas conferências servem apenas para iniciativas estéreis, que em nada contribuem para efetivamente enfrentar os problemas ecológicos a que se propõe combater.

Registro aqui o artigo do jornalista José Roberto Guzzo, que corretamente conceitua essa nova Conferência do Clima como — abre aspas: “[...] exibição de vigarice, hipocrisia e arrogância de país rico” — fecha aspas. É o que venho mostrando desta tribuna no que se refere à nossa Amazônia. Tenho exposto a hipocrisia que marca a grande maioria das iniciativas nacionais e principalmente internacionais voltadas para a nossa Amazônia. Todas elas, particularmente as ligadas a nações de primeiro mundo, poderiam ser resumidas da mesma

Tenho exposto a hipocrisia que marca a grande maioria das iniciativas nacionais e principalmente internacionais voltadas para a nossa Amazônia. Todas elas, particularmente as ligadas a nações de primeiro mundo, poderiam ser resumidas da mesma forma: façam o que digo, mas não façam o que eu faço.

forma: façam o que digo, mas não façam o que eu faço.

A COP26 comprova tudo isso. Os responsáveis pela maior parte das emissões de carbono, grande vilão das mudanças climáticas, não aceitaram qualquer

acordo para reduzi-las. China, o primeiro, e Índia, o segundo maior poluidor, nem apareceram para essa discussão, e o terceiro maior poluidor, os Estados Unidos, presidente Romário, também se recusaram a qualquer compromisso sobre esse tema crucial para que se chegasse a um acordo.

O Brasil responde — e eu disse isso ontem aqui — por apenas 3,4% das emissões de carbono do mundo. A nossa matriz energética prioriza as fontes renováveis; nada menos do que 60% dela é de ordem hídrica.

E como diz o jornalista Guzzo, em seu artigo — abre aspas: “A conferência mundial do clima não é apenas um fracasso, é uma exibição incomparável de hipocrisia, vigarice e arrogância de país rico” — fecha aspas. Ele mostrou que as nações ricas, as grandes geradoras de poluição, se recusam oficialmente a poluir menos. Em resumo, para os ambientalistas hipócritas das nações que são grandes poluidoras, o Brasil precisa ser parado pelo crime de produzir carne demais, soja demais, comida demais e, por isso, tem que ser policiado. Enquanto isso, eles deitam e rolam na poluição que produzem e que continuarão produzindo.

O que estou dizendo aqui, mais uma vez, talvez pela milésima, mas não será a última, é que há um movimento para que o Brasil fique como está. Querem fazer da nossa Amazônia um jardim botânico. A **Amazônia não é jardim botânico! A Amazônia é um bioma habitado por seres humanos que precisam de assistência, de políticas públicas, não precisam só do braço da lei para punir, mas do braço da lei para instruir e depois para facilitar a sua vida.**

Este senador do Amazonas, pela milésima vez — repito: não será a última —, traz aqui um grito que não é meu; eu apenas faço eco do lamento do caboclo, do lamento do produtor, do lamento do índio...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que vive na Amazônia. Falo em nome de 9 milhões de pessoas que não têm condição de se sustentarem com uma cesta básica. Falo em nome daqueles que precisam de atenção e de carinho. E falo contra os hipócritas, falo contra aqueles maus brasileiros

Eles são os bandidos e não nós. Eles são os poluidores e não nós. Poluem o mundo há 200 anos e não querem que façamos a nossa parte.

que acham que, porque um artista, um senador, um político norte-americano diz, é verdade. Não é verdade! É mentira! É hipocrisia! A Amazônia não está queimando. Não é o fim do mundo. Peguem a primeira COP, que foi no Rio de Janeiro. Diziam as mesmas coisas, proclamavam o fim do mundo, presidente Romário, e esse fim não chegou e nem vai chegar.

Mais uma vez repito, pela milésima vez, que não será a última. Fica aqui o meu protesto. A Amazônia não precisa, nós não precisamos daqueles que nos digam o que fazer. Precisamos que nos ajudem a fazer. E aí faremos o certo, faremos o correto.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eles são os bandidos e não nós. Eles são os poluidores e não nós. Poluem o mundo há 200 anos e não querem que façamos a nossa parte. Temos todo o direito de usufruir da dádiva que Deus nos deu. A riqueza da Amazônia não foi dada pelos homens, mas por Deus, e dela vamos usufruir, quer esses hipócritas queiram, quer não queiram. Nós, amazônidas, sabemos comandar o nosso destino. Não precisamos desses hipócritas, não precisamos desses falsos ambientalistas que apregoam o fim do mundo para que possam se dar bem.

Fica aqui, mais uma vez, o meu protesto.

Obrigado, presidente.

GARIMPO ILEGAL SÓ EXISTE PORQUE NA AMAZÔNIA TUDO É PROIBIDO

Pronunciamento do senador Plínio Valério 30/11/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras e senhores senadores, as cenas que os senhores viram, as fotos que os senhores viram, os vídeos da garimpagem no Rio Madeira nos obrigam a tomar posição aqui da tribuna do Senado. Estas cenas só podem ser compreendidas dentro do atual quadro de exploração das riquezas minerais brasileiras, particularmente na Amazônia, onde se proíbe tudo. Onde não se pode nada, pode-se tudo. Essa forma de explorar que devasta e que choca só é possível porque não há regras, não há lei, não há permissão para se permitir onde se pode explorar e proibir onde deve ser proibido. Embutido nessa cena dantesca que agride o meio ambiente, há também o lado social muito mais do que o lado econômico. As balsas que foram queimadas são balsas de pessoas ricas que exploram mesmo o nosso caboclo, o nosso ribeirão que ficou à míngua — que ficou à míngua.

Essa forma de explorar que devasta e que choca só é possível porque não há regras, não há lei, não há permissão para se permitir onde se pode explorar e proibir onde deve ser proibido.

Então, eu estou cobrando aqui, senador Lucas, para acabar com essa hipocrisia: chega de dizer o que nós não podemos fazer; tem que se dizer o que podemos. Qual a opção que se dá não ao dono da balsa, não àquele que contrata os garimpeiros, que faz do ribeirão, que faz do pequeno agricultor o garimpeiro. O que se oferece para essa gente? O que se oferece para esses nossos irmãos que não têm renda para comprar o sal, para comprar o açúcar e para comprar o óleo? Nada! Só se proíbe.

Eu não estou aqui defendendo o garimpo predatório. Eu estou dizendo que há um mapa geológico na Amazônia listando e mostrando onde se podem explorar riquezas minerais. E pode, sim, e deve, sim, porque, se você organiza, você pode coibir, você pode proibir e você pode punir. E o que temos hoje, senhoras senadoras e senhores senadores, de ambos os lados: daqueles que exploram o meio ambiente e o degradam, e daqueles que vão lá proibir e daqueles que vão lá tocar fogo no bem dessa gente? Não se defendem garimpeiros que depredam, mas se defende a legalização do que pode ser legalizado.

O que se oferece para esses nossos irmãos que não têm renda para comprar o sal, para comprar o açúcar e para comprar o óleo? Nada! Só se proíbe.

O que não se pode admitir é que os nossos recursos naturais permaneçam artificialmente intocáveis, pois, na verdade, significa que se pode tocar em tudo. Quanto mais bagunçado, melhor! Quanto mais sem lei, melhor, porque há sempre a ousadia de quem financia — uma balsa daquela custa 2 milhões, 3 milhões —, de quem pode bancar. Eu estou falando dos garimpeiros, daqueles que são explorados e não têm alternativa.

Nós, amazônidas, precisamos de políticas públicas que nos digam o que fazer para comer, para vestir, para morar e para viver, porque na Amazônia morrem mais de mil crianças todos os anos sem completar um ano...

Presidente, senhores senadores e senhoras senadoras, pode ser até uma jogada inteligente o Brasil prometer que vai cumprir as metas que exigem na questão ambiental, mas não vai ter colaboração, não se vai dar dinheiro para que o país possa cumprir com suas metas. Portanto, em nome da Amazônia e dos amazônidas, eu estou aqui, mais uma vez, a protestar quando esclareço, a protestar quando digo que é preciso olhar para o lado humano também. Aqueles que condenam a garimpagem predatória e clandestina...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... não vão apontar as soluções também. Não vou, nunca, defender a clandestinidade e a ilegalidade, mas vou defender, acima de tudo, presidente, que se explore o que pode ser explorado, que se permita o que pode ser permitido, que se proíba o que deve ser proibido. Fora disso, é cretinice, fora disso, é hipocrisia. De dizerem o que nós não podemos fazer, estamos cansados; a gente quer que nos digam o que devemos fazer: políticas públicas para gerar renda, para gerar trabalho para essa gente.

Portanto, chega de hipocrisia, chega de exploração mesquinha, vaidosa e daqueles que insistem em assumir o complexo do colonizado. Nós, amazônidas, precisamos de políticas públicas que nos digam o que fazer para comer, para vestir, para morar e para viver, porque na Amazônia morrem mais de mil crianças todos os anos sem completar um ano, presidente.

PRECISAMOS DAR ALTERNATIVAS PARA O HOMEM DA FLORESTA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 01/12/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Rodrigo, senhoras e senhores senadores, ainda aquele assunto do garimpo das balsas no Rio Madeira, no Amazonas.

Tivemos uma conversa, o senador Eduardo Braga, o senador Omar, eu e a Bancada do Amazonas com cinco prefeitos da região, e eles nos explicaram até aquilo que, muitas vezes, a gente não tem total conhecimento: não são balsas. Aquilo que vocês viram sendo queimadas não eram, na verdade, balsas; são flutuantes adaptados para balsa de propriedades de pequenos agricultores e desempregados que viram, na garimpagem, um meio de subsistência. Porque, na Amazônia, não é existência; é subsistência.

E, agora, nós estamos com a missão de conversar com as autoridades, saber de onde partiu a ordem para queimar, a ordem para atirar, porque todos foram tratados como marginais, e nem todos são marginais. A ilegalidade tem que ser combatida, sim, sempre, mas há que se ter o respeito e não extrapolar a sua autoridade e a sua prerrogativa.

A verdade, senadores, senadoras, é que, hoje, nesses municípios, existe um exército de pobres perambulando pelas ruas, porque tiveram os seus flutuantes, que são residências, queimados.

A gente tem que conversar para chegar a um bom termo, e esse termo me diz que — e reitero tudo aquilo que eu disse ontem aqui —, neste país, em termos de mineração, o governo, assediado, manipulado, obrigado por forças estranhas, por leis paridas na Europa, por leis que não podemos cumprir, porque a gente tem que usufruir. Enquanto não se der uma alternativa para o homem da Amazônia, enquanto não se disser o que ele pode fazer para sobreviver, haverá sempre esse tipo de coisa, haverá sempre esse

Enquanto não se der uma alternativa para o homem da Amazônia, enquanto não se disser o que ele pode fazer para sobreviver, haverá sempre esse tipo de coisa, haverá sempre esse tipo de trabalho marginal, praticado por pessoas do bem.

tipo de trabalho marginal, praticado por pessoas do bem. Quando pessoas do bem são levadas a fazer uma prática ilegal, é porque falta o braço da nação, o braço do governo chegar a essa gente com políticas públicas, para dizer o que se pode de bem fazer e o que não se pode, de mal, tem que ser proibido.

Presidente, fica mais uma vez o protesto de um senador que não quer estimular a ilegalidade, de um senador que combate também a devastação, mas fica o protesto de um senador que conhece a causa, porque sou de barranca de rio, eu sou da barranca do Rio Juruá, de um município chamado Eirunepé, conheço. Enquanto não se der condições de sobrevivência a essa gente, haverá esse tipo de prática.

E não adianta você querer coibir, você achar que é bonito queimar propriedade dos outros. Nós vamos a fundo saber o que se passa para interceder por essa gente, porque é o nosso dever e a nossa obrigação.

Presidente, Rodrigo, eu passo aqui — será rápido — aos senadores e às senadoras um balanço da Ouvidoria, como Ouvidor do Senado.

Neste ano, nós tivemos 37.483 manifestações de cidadãos de todo o país. Todas essas mensagens recebem encaminhamento, são tratadas com zelo e responsabilidade.

Portanto, senhor presidente, na Ouvidoria, nós estamos felizes com as manifestações, com as ideias. Hoje, tramita aqui, no Senado, a sugestão de uma pessoa que não tem internet, mas que ligou pelo telefone, sugerindo o projeto...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... que prevê o fim da cobrança de INSS aos aposentados.

Portanto, você brasileiro, você brasileira que está nos ouvindo agora tem, na Ouvidoria do Senado, um canal para se comunicar com os senadores, para se comunicar com o país, porque nós vamos fazer ecoar o seu grito e o seu gesto de protesto, de sugestão e até de elogio.

Você pode, a qualquer hora, em qualquer lugar em que você estiver, acessar o nosso telefone, o telefone da Ouvidoria: 0800 061 2211.

E, para encerrar, eu repito, senhores senadores, senhoras senadoras, este ano, até agora, nós tivemos 37.483 manifestações de cidadãos e cidadãs de todo o país. Isso é muito bom para o país, isso é muito bom para a Ouvidoria, isso é muito bom para o Senado, presidente.

Obrigado.

DEIXEM A AMAZÔNIA EM PAZ

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 14/12/2021

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, Rodrigo Pacheco, senhores senadores, senhoras senadoras, depois daquela cobrança, da lembrança que eu fiz, presidente, da instalação da CPI das ONGs, muitos canais de televisão, blogs e portais têm perguntado a respeito, e eu tenho informado a eles que está nas suas mãos e que, dependendo, para o ano, a gente trata disso.

E, como eu gosto sempre de falar da Amazônia, e chamo a atenção sempre do brasileiro e da brasileira, para que conheça a Amazônia, para gostar, para amar e para defender, eu faço uso hoje aqui de trecho de um livro do Roberto Santos, que é a *História Econômica da Amazônia*. Olha só, eu vou ler dois trechos, senhores e senhoras, para que percebam que o meu clamor, a minha reclamação, a minha indignação, tem sustentação histórica:

Em 1913, o deputado Federal Luciano Pereira, representante do estado do Amazonas, denunciava à Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro que, desde 1852, a Região Amazônica havia entregue ao governo federal mais de 1 milhão de contos de réis, enquanto as despesas da União, na Amazônia, não haviam excedido 250 mil contos. A proporção era de quatro para um [olhem só!].

E o deputado dizia, em 1914:

Se o governo federal imagina que a Amazônia deve fazer parte do Brasil apenas para lhe pagar impostos, não deverá espantar-se se os habitantes desta região vierem a achar um dia que a semelhante honra lhes está saindo muito cara e tentarem constituir-se em nação independente. [A Amazônia gerou recursos, olhem só] [...] para pagar os caprichos da duplicação da linha da Serra do Mar, da iluminação feérica do Rio de Janeiro, das vilas militares e operárias, etc. Se, na Federação brasileira, os benefícios são somente para alguns, e os encargos para outros, é mais justo, mais moral, decente, terminar com essa Federação [...].

Era o desabafo do deputado.

Por que eu digo isso? Volta-se a falar no governo federal, e o grito ecoa em alguns deputados paulistas na Câmara Federal, do combate à Zona Franca, para minar a nossa Zona Franca, que, apesar dos pesares, é o único modelo econômico, sustentável, que gera 100 mil empregos.

Desde certo momento do Segundo Reinado, o contribuinte da Amazônia passou a pagar, anualmente, ao governo nacional muito mais que a média dos contribuintes bra-

sileiros. Era a média, repito aqui, de quatro por um. A arrecadação de 15 mil réis e uma despesa de cinco e de seis. Portanto, se há um devedor, se há alguém que deve cobrar... O devedor é o Brasil e quem deve cobrar somos nós da Amazônia, que sustentamos este país por muitos e muitos anos. E hoje a gente vive brigando, sempre, para ter direito a uma BR.

O Amazonas não se liga por via terrestre a nenhum lugar do Brasil; liga-se à Venezuela. A gente sai para o Caribe facilmente, mas não sai para o Brasil — e a gente vive aqui.

... não pode estender pires na mão, não pode estar pedindo. Nós temos que estar exigindo justiça.

Outros passaram nesta tribuna, presidente. Eu estou aqui agora, e outros passarão, e a tecla é sempre a mesma. A tecla é sempre querendo, a tecla é sempre pedindo. E eu mudei esse discurso porque não vim para Brasília de pires na mão. Quem é amazonense, quem é amazônida não pode estender pires na mão, não pode estar pedindo. Nós temos que estar exigindo justiça.

Portanto, aqui vai um pedido que beira uma recomendação ao governo federal: deixe-nos em paz. Deixem a Zona Franca em paz.

(Soa a campanha.)

Portanto, aqui vai um pedido que beira uma recomendação ao governo federal: deixe-nos em paz. Deixem a Zona Franca em paz.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Nós sabemos como lidar com o meio ambiente. A Zona Franca é responsável por preservar 95% da nossa floresta. Então, deixem-nos em paz, deem-nos tempo para que nós possamos enveredar outras matrizes. Parem de estar cutucando o tempo todo. Volta e meia o ministro Paulo Guedes está sempre lá, querendo tirar subsídios da Amazônia. E nós arrecadamos muito mais do que gastamos.

Portanto, aqui é um pedido de trégua. Deixem-nos em paz para os próximos anos para que possamos encontrar um outro caminho e parar com essa coisa de querer fazer da Amazônia um santuário, um jardim zoológico ou um jardim botânico.

Fica aqui, mais uma vez, presidente, o registro, e hoje o registro calmo, sem ter que gritar, sem ter que ecoar. Mas lembrando sempre ao senhor... E é um pedido, presidente, na realidade, é um pedido, que, a partir de março, o senhor possa realmente oficialar aos líderes das bancadas para que eles possam nomear os seus membros, e agente, assim, instale a CPI das ONGs. E eu digo aqui às pessoas que me perguntam por que eu não recorro ao Supremo Tribunal Federal para que eles mandem instalar, como mandaram a CPI da Covid. O motivo é simples, eu não reconheço no Supremo autoridade, prerrogativa para mandar no Senado.

Obrigado, presidente.

O GRITO DE INDÍGENAS ECOADO NO SENADO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 02/02/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, tem que mudar o rumo da prosa — e peço permissão e perdão por isso.

Eu recebi, de jovens lideranças indígenas do Rio Içana, da Comunidade Castelo Branco, em São Gabriel da Cachoeira, que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela... Foi-me encaminhada uma carta que é um verdadeiro grito contra a situação dos índios no Brasil e o peso da tutela que lhes é imposta. Eles se insurgem não apenas contra a sujeição em que são mantidos pelo estado, mas também contra a visão de mundo das organizações não governamentais que agem, que pretendem agir em seu nome.

Eu vou abrir aspas, presidente, para citar algumas frases contidas na carta. Abro aspas: “Aqui na região do Alto Rio Negro existem instituições ONGs com visão e objetivo de que os indígenas se mantenham em estado de observadores da natureza, mantendo apenas a sua sobrevivência, ou seja, ter o direito de comer e dormir, nada mais”. Fecho aspas.

Fica muito claro na carta que esses jovens indígenas não se conformam, assim como eu, absolutamente, com essa situação. Eles rejeitam, assim como eu, o padrão de atividades que lhes é prescrito. E eu vou citar novamente um trecho da carta. Abro aspas: “O plantio apenas para a sobrevivência não é para gerar renda, o artesanato não dá para se desenvolver economicamente. Pergunta-se: qual a economia que se desenvolveu com o artesanato? A do Japão? Noruega? Dinamarca? Alemanha? França? Austrália?”. Fecho aspas.

Indagações de jovens indígenas que, assim como eu, sonham ainda em ficar livres dessas leis que são paridas em barrigas cheias e não saciadas; dessa hipocrisia que permeia a Amazônia; dessa hipocrisia que arrecada dinheiro em nome desses índios, e o dinheiro não chega na ponta, mas enriquece a diretoria dessas ONGs.

O texto, que é claro, senador Kajuru, é o diagnóstico e a comprovação daquilo que a gente fala aqui todas as vezes, meu senador amigo, Girão. Eu vou, mais uma vez, abrir aspas e deixar que os índios falem:

Indagações de jovens indígenas que, assim como eu, sonham ainda em ficar livres dessas leis que são paridas em barrigas cheias e não saciadas; dessa hipocrisia que permeia a Amazônia; dessa hipocrisia que arrecada dinheiro em nome desses índios, e o dinheiro não chega na ponta, mas enriquece a diretoria dessas ONGs.

As autoridades que nos representam, tanto na esfera municipal, estadual, e as ONGs não sabem como é ficar tão longe, nos dias de hoje, sem um gerador de renda, sem energia, sem comunicação. Não temos uma atividade financeira. O mundo mudou. Queremos experimentar novas atividades para ajudar nosso país a crescer, a trabalhar e a produzir. Nossos filhos querem cursar universidade.

Fecho aspas. É um libelo, é um grito, presidente Rodrigo, a carta desses jovens da Comunidade Castelo Branco, no Rio Içana, que é o principal braço do Rio Negro. Repi-to, São Gabriel da Cachoeira, um dos municípios mais ricos do planeta.

Vou abrir aspas, mais uma vez, Presidente, e peço só mais um minuto. Abro aspas:

Não queremos ser dependentes da Bolsa Família eternamente. Não queremos ser um peso para o Brasil. Nós queremos ser indígenas que pagam impostos, mas a lei nos engessa e algumas entidades, principalmente o Instituto Socioambiental, o ISA, ficam buzinando nas cabeças de algumas lideranças dizendo que isto é errado.

Eu transcrevo, eu cito, Kajuru, alguns depoimentos desses índios, para finalizar, abrindo aspas, de novo, de um trecho contido na carta. “Não aceitamos, em hipótese alguma, que ONGs decidam o que deve ser feito aqui. Nunca dependemos das ONGs financeiramente, não queremos mais ser enganados pelas ONGs.” Fecho aspas.

Portanto, eu faço questão de dizer que isto aqui, a carta que recebi da juventude de índios, de lideranças jovens dos indígenas do Rio Içana, reafirma tudo o que digo aqui, e, por reafirmar tudo o que digo, mais uma vez, em alto e bom tom...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... nós precisamos instalar a CPI das ONGs, para separar o joio do trigo, para provar essa hipocrisia que permeia, que reina, para mostrar a você, brasileiro, a você, brasileira, que a Amazônia é essa aí desses índios! A Amazônia não é daquele do lap-top, do jatinho, do bem-estar, do conforto, do roubo, do assalto, do aproveitamento! Esses hipócritas que se aproveitam da Amazônia para enriquecer só fazem é nos prestar desserviço. São os mesmos que levantam calúnia, são os mesmos que pregam o fim da Amazônia, com o desmatamento, com as queimadas.

Esses hipócritas que se aproveitam da Amazônia para enriquecer só fazem é nos prestar desserviço. São os mesmos que levantam calúnia, são os mesmos que pregam o fim da Amazônia, com o desmatamento, com as queimadas.

Finalizo e digo a todos, aos brasileiros e às brasileiras: Vocês têm que conhecer a Amazônia, porque, conhecendo, vocês vão amar e vão defender essa Amazônia verdadeira desses jovens indígenas que tudo o que querem é sobreviver e ter o direito de se sustentar e autos-

sustentar com o suor do trabalho, e não com promessas, e não com enganações, e não com esmolas.

Esse é o grito desses índios que eu ecoo, aqui no Senado. Ainda me restam cinco anos, cinco anos a ecoar esse grito dos indígenas contra esses hipócritas, principalmente os europeus.

Obrigado, presidente.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS ESCOLAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 08/03/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, eu esperei este momento porque, hoje, neste dia especial, a gente tem que, também, na parte de comemoração, falar daquilo que este Senado já produziu.

Dos muitos projetos apresentados aqui, todos, senadora Rose, de altíssimo alcance, de valia sem tamanho, eu creio que é o momento também de falar daquele projeto que nós aprovamos aqui no Senado, aprovado na Câmara Federal e que já está no ordenamento jurídico, no sistema jurídico brasileiro, que é exatamente aquela lei fruto de um projeto que eu apresentei.

Eu cheguei aqui carregado de sonhos, e um deles, senador Girão, era exatamente o de discutir o tema violência contra a mulher nas escolas, porque eu acho que essa revolução tem que ser cultural. E nós aprovamos aqui, senadora Rose, a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.

O que essa lei significa para nós? Eu só cito um dado aqui. Vejam só: há uma agressão física no Brasil a cada dois minutos. O feminicídio aumenta. A Lei Maria da Penha, que é excelente — é excelente, senador Berger —, mas o feminicídio tem aumentado, e por quê? Porque a gente não trabalha na base, na raiz da pirâmide, que é exatamente a educação.

Então, quando eu consegui aqui aprovar uma lei — o Senado aprovou, a lei passa a ser do Senado — para se discutir, como tema transversal no ensino brasileiro, o tema violência contra a mulher... E por quê? Porque é lá, na escola, na palestra, na exposição, que o menino vai entender, desde cedo, que mulher não é mercadoria. Que mulher não é mercadoria. Mulher, quando diz “não”, é não. Mulher, quando diz “não me toque”, tem que ser respeitada.

Por que esse alto índice de feminicídio? É o machismo, o excesso de machismo que nós, senadora Rose, que nós, infelizmente, aprendemos com os nossos antepassados. A gente se libertou disso, mas muitos amigos, conterrâneos e contemporâneos nossos, não se libertaram.

Carregado de sonhos, como disse, na canoa que me trouxe aqui, eu trouxe embutido nesses sonhos todos ver um dia o tema violência contra a mulher discutido nas escolas. E conseguimos, graças à compreensão dos senadores e das senadoras.

Carregado de sonhos, como disse, na canoa que me trouxe aqui, eu trouxe embutido nesses sonhos todos ver um dia o tema violência contra a mulher discutido nas escolas. E conseguimos, graças à compreensão dos senadores e das senadoras.

E para mim foi muito bom ver a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados — e, hoje, a deputada registrou — encampar isso como uma coisa nova. Eu ouvi de uma senadora de Rondônia — e peço desculpa por não me lembrar do nome — que a luta contra a violência contra a mulher teria dois momentos: antes e depois dessa lei.

Daqui a quantos anos os homens, os machos terão aprendido que não podem tratar a mulher com mercadoria? Dez anos? Vinte anos? Não sei, mas a lei está aí, senador Berger, para ser levada às escolas; ela está, como disse, no ordenamento jurídico deste país. É até de se cobrar para ver se já começou, porque era para começar neste ano já. A gente editou uma cartilha tratando do tema, falando do Brasil e falando do Amazonas.

Foi dito aqui, mas não custa repetir: é uma agressão física a cada dois minutos no Brasil; 648 vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2020; no Amazonas, durante a pandemia, 17 mulheres morreram, porque abandonaram os maridos, que as consideram mercadoria: “Se ela não é minha, não vai ser de mais ninguém”.

Nós temos que acabar com isso. E onde é que a gente vai acabar? Com lei punindo? Se punição resolvesse, a Lei Maria da Penha, que é excelente, repito, que é histórica, repito, teria resolvido, mas não resolveu. Aumentou-se o número de feminicídio, mesmo o cabra sabendo que vai ser punido, porque ele não aprendeu lá, não teve ninguém para dizer para ele lá.

E a mulher, a menina vai ter parâmetro, senadora. Ela vai poder observar, notar e perceber que aquele tratamento que ela tem, que vê, que assiste, com o pai dela fazendo com a mãe dela, não é normal, é condenável. Ela não tem comparação; ela vê na casa e não tem comparação; então, ela pensa que aquilo é normal. E, na escola, quando um juiz, quando um sociólogo, quando um jornalista, quando um advogado ou uma advogada estiverem falando sobre isso, ela vai entender que tem que se autorrespeitar.

E esse tratamento de união é que vai trazer a paz no futuro para a gente. O menino vai entender que não pode tratar a menina dessa forma; a menina vai saber que ele não pode e vai rechaçar na hora em que tiver que rechaçar.

Eu acho que hoje também é dia de festejar esta lei do Senado Federal, nascida, parida no Senado Federal: a Lei nº 14.164, de 2021, que trata da violência contra a mulher como tema transversal no ensino brasileiro. Essa lei é nossa, senadora, dos senadores e das senadoras deste Senado.

No Amazonas, durante a pandemia, o estado sofreu uma alta de 34% no registro de casos de violência doméstica contra a mulher. Em 2019, no meu estado, o Amazonas, as delegacias da Polícia Civil receberam 756 ocorrências de violência doméstica contra a mulher no âmbito da Lei Maria da Penha. Se a gente for para o Brasil, isto é estarrecedor: 1.326 casos de feminicídio em 2019...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Portanto, eu acho que a gente tem que se vangloriar de alguma coisa. Eu vi aqui muitos projetos — e, repito, todos, todos dignos de aplauso e de apoio, absolutamente todos —, mas nós temos aqui uma coisa concreta já, parida neste Senado, que a gente tem que registrar para poder, sim, comemorar.

Nós políticos somos acusados de não produzir coisas boas. Em muitos casos, não há o que se discutir, mas a gente também produz algo que tem que ser relevante, bom para o país e bom para todos nós.

Esperei este momento, senadora Rose, e não reclamei de nada. Eu só fiz registrar. Ouvi-la é sempre bom. Saiba: é sempre bom ouvi-la. A senhora tem muito a nos ensinar e a nos mostrar, como a senadora Eliziane.

Senador Rodrigo, a gente tem que comemorar o fato de nós senadores — nós do Senado — termos uma lei dessa que vai, em pouco tempo ou em médio tempo, ou em longo tempo, não me importa, mudar a forma, que vai ser uma revolução cultural...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... porque isso vai ser tratado na base, na escola. E o que o autor, que fui, desta lei quer? Eu quero que, de uma vez por todas, o homem entenda que mulher quando diz “não” é não. Mulher quando diz “não” não quer ser tratada como mercadoria. E as mulheres também têm que entender, na escola, que elas não devem aceitar esse tratamento machista. Portanto, é na base que vai se dar a revolução cultural.

Obrigado, presidente.

A SOLUÇÃO PARA A CRISE DE FERTILIZANTES ESTÁ NO AMAZONAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 09/03/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores...

Permita-me, presidente, porque hoje eu devo extrapolar uns dois, três minutos o tempo, porque quero falar, senadores, de uma coisa atual, senador Eduardo Braga, que é o nosso potássio, o potássio da Amazônia, dessa necessidade que o Brasil tem de explorar urgentemente essa riqueza natural que nos foi dada, deixada por Deus.

Como é do conhecimento geral, a guerra entre Rússia e Ucrânia, aliada a sanções internacionais, criou um grave problema para a agroindústria brasileira. A dificuldade do abastecimento de fertilizantes é o mais crucial desses problemas e, mais uma vez, a solução definitiva desse problema, como de tantos outros, deverá vir da Região Norte do país...

Como é do conhecimento geral, a guerra entre Rússia e Ucrânia, aliada a sanções internacionais, criou um grave problema para a agroindústria brasileira. A dificuldade do abastecimento de fertilizantes é o mais crucial desses problemas e, mais uma vez, a solução definitiva desse problema, como de

tantos outros, deverá vir da Região Norte do país, como já ocorreu no passado com a borracha, e hoje acontece em outros setores, como os fármacos, a pesca e tantos outros, entre eles a produção interna de fertilizantes.

Vale lembrar que, para a produção de fertilizantes, são necessários três elementos: fósforo, potássio e nitrogênio, essenciais para o desenvolvimento das plantas. O Brasil importa 97% do potássio que vem da Rússia e nós estamos sentindo o problema agora. Ele vem dos Montes Urais, em Belarus, ou do Canadá.

Márcio Remédio, que é Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), é quem nos dá os dados. Ele nos diz que foi o próprio SGB-CPRM que apresentou, em dezembro de 2020, um estudo comprovando que o potencial da Bacia Amazônica para a produção dos insumos é muito semelhante. Márcio Remédio acredita que, a partir daí, o Brasil não chegará a ser exportador desse insumo, mas, com certeza, ampliará a autonomia em relação aos produtores estrangeiros ou mesmo a substituirá integralmente. Segundo ele, o Brasil tem pouco conhecimento geológico — o que é uma realidade: se o Brasil não conhece o Brasil, imagine, muito menos conhecerá a Amazônia.

Para isso, a SGB-CPRM, que é uma empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia, atua em pesquisas, conhecimentos para o país, e eles são taxativos em dizer que a solução para o país, que a nossa solução do potássio e de outros setores vem da Amazônia.

E está em elaboração o Plano Nacional de Fertilizantes, comandado pela Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos e instituições, ou seja, existe pesquisa nesse sentido, embora não haja um apoio concreto. E o nosso potássio, senador Girão, é realidade. O que há no potássio da Amazônia, Kajuru, particularmente em Autazes, no Rio Madeira? O que é que está havendo lá?

Uma empresa canadense já gastou milhões, milhões de reais, já depositou 900 mil reais para que fossem distribuídos entre as aldeias indígenas, mas a Justiça Federal chamou para si esta responsabilidade — pasmem! — de tratar da licitação.

Senadora Zenaide, quando começou essa questão, eram 12 aldeias; hoje, são 32 aldeias! Ou seja, está havendo um movimento de distribuir os índios ao longo dessa terra e essa exploração, Girão, não está na terra indígena, está ao lado da terra indígena. Senadora Simone, hoje só é preciso consultar as aldeias, que vão dizer se querem ou não, mas, como elas foram preparadas, como foram distribuídas, certamente dirão “não”, e a Justiça Federal está atrapalhando essa exploração, uma exploração que é crucial para o país, que é crucial para nós da Amazônia.

O que temos feito então? O que temos feito então?

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — A gente tem contato com a Justiça Federal, que usurpou a prerrogativa do Executivo. Senadora Simone, a senhora quer um aparte? (Pausa.)

Não, pode! Eu pedi tempo hoje. Ontem eu fiquei até 9h da noite, 10h, de castigo; hoje eu tenho todo o direito de extrapolar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-MG) — Claro! A senadora Simone gostaria de fazer um aparte ao senador Plínio?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Isso.

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-MS) — Se eu for a próxima, eu vou tratar do mesmo assunto. Eu posso deixar...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Mas eu acharia bom ouvir a sua opinião, senadora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-MG) — Era o senador Oriovisto, mas nós vamos pedir ao senador Oriovisto para ceder o lugar a Vossa Excelência. (Risos.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Eu queria ouvir a sua opinião. (Risos.)

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-MS. Para apartear.) — Eu não vi o Oriovisto aí...

Desculpe, senador Plínio! Eu vou aproveitar, então, a gentileza e a generosidade de Vossa Excelência. Apenas para complementar um pouquinho e trazer de uma forma um pouco mais ampliada uma questão que está preocupando a todos nós ou pelo menos grande parte dos senadores deste Parlamento.

Dizem que o inimigo do bom é o ótimo. Eu diria que o inimigo da esperteza é a própria esperteza.

(Soa a campanha.)

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-MS) — Com esperteza, com jeitinho, com enganação ninguém vai conseguir nada no Congresso Nacional.

Eu aprendi com o meu líder, Eduardo Braga, se ele me permitir, que aqui o mais esperto, que é o nosso porteiro, o nosso ascensorista, é ainda muito mais esperto que muita gente da população, que muitos da população brasileira. Com isso querendo dizer o seguinte: todos nós chegamos aqui pelo voto popular, com experiência de vida, ou na iniciativa pública, ou na iniciativa privada, e não adianta tentar passar a boiada em cima de projetos, querendo colocar, em projetos saudáveis, bons, positivos, alguma coisa que venha contra os interesses nacionais.

Eu falo isso citando três exemplos que me preocupam muito, e um deles é o que Vossa Excelência mencionou.

Hoje, no intuito de aprovar um projeto — que eu acho, que reputo importante — que dê segurança jurídica para o CACs, que é importante, tentaram ampliar o projeto a ponto de, violando o Estatuto do Desarmamento...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-MS) — ... Senador Eduardo Braga, colocar porte de armas para cinco, seis, sete categorias, sem debate.

Em relação ao ponto específico que Vossa Excelência está mencionando, apenas para deixar claro, ontem no Estadão saiu uma matéria que vai ao encontro do que Vossa Excelência está dizendo — eu concordo com Vossa Excelência. A matéria mostra — e o Jornal Nacional também — que, quando se faz a sobreposição por satélite, o potássio da Amazônia não está em aldeias, está fora, e já está sob, vamos dizer assim, a égide da Petrobras, de empresas.

Então, essa coisa de querer aprovar um projeto na Câmara que permite exploração de minério em aldeias indígenas só prejudica exatamente a possibilidade de o Brasil se tornar autossuficiente em potássio.

Eu acho que eu estou indo ao encontro da fala de Vossa Excelência para dizer que não é preciso criar um problema com a opinião pública, criar um problema legítimo com as aldeias indígenas...

(Soa a campanha.)

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-MS) — ... algo que vai parar no Judiciário, se nós temos condições de resolver o problema de autossuficiência de fertilizantes, uma vez que, repito, a grande quantidade, 80% do potássio da Amazônia, não está dentro das aldeias indígenas.

Eu parablenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigado, senadora Simone.

Por isso que eu queria o seu aparte, porque eu sabia que ele iria enriquecer.

Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-AM. Para apartear.) — Senador Plínio, primeiro, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento no dia de hoje, pela oportunidade de uma matéria que já tarda a ser resolvida em torno da silvinita existente no estado do Amazonas e presente em nove municípios — silvinita essa cujas reservas se equiparam às dos Urais da Rússia e ao Canadá.

Portanto, nós temos reservas hoje de silvinita que estão, como disse a senadora Simone...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-AM) — ... a mais de 10 quilômetros de distância de qualquer terra indígena.

No entanto, lamentavelmente, o Ministério Público Federal e algumas autoridades federais vêm embarreirando a audiência pública para que inclusive os índios mura possam se manifestar favoravelmente à exploração da silvinita, que gerará, entre outros produtos, potássio em abundância.

Já passa da hora de termos uma definição e um marco legal definitivo com relação a isso para que nós não estejamos sujeitos a essas situações, como estamos vivendo na BR-319 há mais de 20 anos.

Portanto, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que a senadora Simone...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-AM) — ... reforça uma posição que todos nós já sabemos: essas reservas não estão em terras indígenas e precisam, portanto, ser liberadas do ponto de vista do licenciamento ambiental para que nós possamos explorar, para o bem do Brasil, um produto do qual, hoje, nós importamos 98%, lamentavelmente, penalizando o agronegócio, principal atividade econômica do Brasil hoje.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Obrigado, senador Eduardo Braga.

Encerro em um minuto, presidente.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS-RS) — Senador Plínio, permita-me um aparte ainda?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Pois não.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS-RS) — Aqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Opa! Lasier.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS-RS. Para apartear.) — E com a licença do presidente Pacheco.

Em primeiro lugar, quero me congratular com o pronunciamento de Vossa Excelência sobre uma das matérias mais relevantes do presente momento porque diz respeito aos fertilizantes, e, com a guerra que agora veio, vai encarecer extremamente a produção agrícola. Falo de um estado altamente agrícola.

Então, eu estava no gabinete, mas...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS-RS) — ... eu não poderia deixar de vir correndo aqui para cumprimentá-lo, para levantar esse assunto, que peço que Vossa Excelência repita mais seguidamente, inclusive com mais dados, precisando exatamente esses locais fora das áreas indígenas onde há o insumo, principalmente o potássio, para a produção dos fertilizantes, considerando que nós, brasileiros, estamos numa carência muito grande em razão da guerra, sendo que nós importávamos da Rússia e de Belarus.

Nós temos solução no Brasil e precisamos saber quanto tempo levaria para explorar essas minas e nós termos produção própria aqui, no Brasil.

Eu lhe agradeço a oportunidade.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Senador Lasier, eu agradeço e vou lhe passar o discurso completo porque esses números que o senhor me pede estão aqui. O tempo sempre é exíguo. Eu agradeço o seu aparte.

Encerro, presidente, dizendo que afirmar que a extração do potássio vai incentivar o garimpo ilegal, que a gente está vendo por aí, é uma completa ignorância, maldade...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — ... para com todos nós da Amazônia.

Dessa forma, espalhar notícias falsas sobre a exploração de potássio no Amazonas não é um ataque ao atual governo, mas um ataque ao futuro da economia de nós amazonenses.

Mais do que isso: o levantamento endossado pela própria Potássio do Brasil mostra que, no Amazonas, a quase totalidade, Eduardo, das principais minas de potássio está localizada fora de terras indígenas, desde a foz do Rio Madeira, que deságua no Rio Amazonas, passando por municípios como Autazes, Nova Olinda do Norte e Borba, a dezenas de áreas, Itacoatiara, Silves... E a gente pode explorar isso em diferentes etapas de pesquisa mineral em nome da Petrobras, do potássio que hoje é controlado por banco estrangeiro.

Então, encerro, presidente, dizendo o seguinte: quando acontecer essa consulta... E sabe por que dificultam, Girão? Sabe por que dificultam, Kajuru, essa audiência pública?

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB-AM) — Porque eles querem espalhar os índios em novas aldeias. Repito números: eram 12 aldeias quando começou a discussão; hoje são 32. Amanhã, 40, e depois, 50, para dificultar. E a Justiça Federal tem sido nossa inimiga nesse caso.

Cumpro, assim, o meu dever de senador do Amazonas, senador da República do Brasil, de protestar, de mostrar e dizer ao Brasil inteiro que nós temos soluções internas, que nós temos que cuidar, como disse a senadora Simone, imediatamente, sem entraves burocráticos, sem passar por nova lei.

Está no PPI do Governo Federal, senador Rodrigo, o Projeto Potássio do Amazonas. Temos que ir adiante sem medo, sem amarras, sem medo algum, fugindo dessa hipocrisia que permeia o assunto sobre a Amazônia.

Obrigado, presidente.

É PRECISO REDUZIR OS ENTRAVES PARA EXPLORARMOS NOSSO POTÁSSIO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 22/03/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, retomo hoje, presidente, aproveitando esse clima que a gente vive aqui, para tocar num assunto que deixei pendente, da vez passada, que é o assunto do potássio: potássio no Brasil, potássio na Amazônia, potássio no Amazonas.

O município de Autazes, no interior do Amazonas, foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura por ter potencial para ajudar na necessidade do Brasil na produção de fertilizantes. A cidade fará parte de um plano nacional que tem a intenção de tornar o país menos dependente dos fertilizantes produzidos em outros países. Quem fez essa observação foi a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, antes de viajar ao Canadá, justamente para negociar um aumento no fornecimento desse consumo.

Frente a esse clima deixado por essa coisa abominável, a guerra, um clima incerto diante da invasão da Ucrânia e das sanções internacionais impostas à Rússia, no passado, argumenta a Ministra Tereza Cristina, a decisão tomada era de se importar, que era mais barato — e deve ser mesmo até hoje —, mas o Brasil precisa tratar esse assunto como segurança nacional e segurança alimentar.

... o Brasil precisa tratar esse assunto como segurança nacional e segurança alimentar.

O momento é, pois — meu colega, meu amigo de infortúnio, de Roraima, senador Mecias —, favorável para a gente discutir melhorias na infraestrutura dos municípios, provendo o crescimento da economia local devido ao plano. Já é conhecida a jazida do Amazonas pelo Serviço Geológico do Brasil do Ministério de Minas e Energia — potássio em Autazes, em Itacoatiara, em Nova Olinda, em Silves, um potencial muito grande, muito grande mesmo. E sabem por que até agora esse negócio não vai em frente? Simplesmente porque — olha só o número dito aqui — são 70 as exigências que travam a exploração do potássio no Amazonas, 70, 70!

Dou um exemplo, senador Alvaro Dias, tocante à construção do porto que atenderá a essa demanda. Embora aprovado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, foi interrompido por decisão do Ministério Público Federal por terem encontrado no local vestígios de cerâmica indígena. Foi o motivo suficiente para o Ministério Público revogar a autorização já concedida. Olhem só, nós não temos o potássio porque

não podemos construir um porto porque ali foram encontrados resíduos, vestígios indígenas.

Presidente, senadores, senadoras, tudo isso mostra a absoluta necessidade de se enfrentar e de se administrar os entraves que hoje se impõem à exploração do potássio brasileiro. Ressalto que as vantagens do nosso potássio — do potássio que hoje fartamente nos municípios do Amazonas existe — não se restringem às suas vantagens econômicas ou à importação. E aqui eu vou enumerar as quatro vantagens que a gente tem.

O cloreto de potássio é um sal altamente solúvel em água, mas o potássio brasileiro, graças à propriedade da sua matéria-prima, é capaz de resistir às chuvas e ficar em profundidade do solo na qual a planta possa continuar absorvendo. Essa é uma vantagem.

Como se vê, o Brasil tem condições de não apenas produzir o seu próprio potássio como pode superar problemas técnicos da exploração que têm que ser enfrentados agora.

A outra vantagem do nosso potássio: como regra geral, o cloreto de potássio mata esse micro-organismo do solo. Devido às propriedades de sua matéria-prima, o potássio brasileiro, que é o nosso potássio, favorece o desenvolvimento desses pequenos seres vivos do solo. E por ser livre do cloro, não mata os micro-organismos.

Quarta vantagem: libera os nutrientes de forma gradual.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Eu peço um minuto, presidente

Como regra, a aplicação do cloreto de potássio tem que ser parcelada. Já o potássio brasileiro libera os nutrientes de forma gradual e tem um efeito residual prolongado.

Como se vê, o Brasil tem condições de não apenas produzir o seu próprio potássio como pode superar problemas técnicos da exploração que têm que ser enfrentados agora. Setenta exigências! Se encontram vestígios de artesanato indígena, param a construção do porto e ficam um ano, dois anos.

Já estive com o pessoal da Justiça Federal, e vamos encontrar em breve uma solução para enfrentar essas exigências absurdas criadas, programadas, senador Mecias, senador Petecão, para nos impedir de explorar o que temos de riqueza e que pode libertar o Brasil da importação do potássio. Nós, amazonenses, nós, amazônidas, estamos na obrigação de destravar essas exigências. É o nosso trabalho e a nossa tarefa aqui no Senado, presidente.

Obrigado.

IMAGENS DE IMPACTO MIDIÁTICO PARA IMPRESSIONAR

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 29/03/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, hoje, eu vou me dar o direito, presidente, de ler um discurso, porque é um tanto quanto delicado para não parecer irônico.

Em imagens de curioso impacto midiático, surgiu, no programa de Luciano Huck, performance com paraquedista jogando sementes dos céus para reflorestar o quê? A Amazônia! As imagens têm de tudo para impressionar, a começar pelo panorama. Para todos os lados só aparece o verde, só aparece a floresta fechada, sem um único centímetro desmatado.

Em imagens de curioso impacto midiático, surgiu, no programa de Luciano Huck, performance com paraquedista jogando sementes dos céus para reflorestar o quê? A Amazônia! As imagens têm de tudo para impressionar, a começar pelo panorama. Para todos os lados só aparece o verde, só aparece a floresta fechada, sem um único centí-

metro desmatado. A equipe do programa deve ter dinheiro para gastar, isso é bom. Afinal, procuraram reflorestar o estado mais preservado do Brasil, que é o nosso, a região com a cobertura vegetal mais originária do planeta.

O Amazonas hoje preserva, Nelsinho, 97% de sua floresta. As sementes caíram por entre as copas das árvores do Amazonas, estado que, repito, tem 97% da sua floresta em pé, mantida em suas condições originais, senhor presidente.

A ideia pode até ser boa. Afinal, embora feita de forma artesanal, o lançamento de sementes conseguiu recuperar áreas degradadas, inclusive no Brasil, no caso da Mata Atlântica. Não se aplica, é claro, na Amazônia, ao menos nas regiões mostradas nos vídeos, em que só se vê o verde intocado. O nosso verde é pujante. O nosso verde é maravilhoso. Já que a ideia é boa, poderíamos aperfeiçoá-la.

A equipe de Luciano Huck, um profissional consciente e competente, poderia fazer sua mensagem ajudando regiões que realmente precisam dessa recuperação. Seria até o caso de começar ajudando quem se mostra preocupado com a situação da Amazônia e está necessitado de reflorestamento. Dessa forma, a próxima etapa do programa de semear aeronáutico poderia cobrir a Noruega, por exemplo, que tanto nos cobra e que só

preserva 1,3% de sua floresta natural. Não precisa ir muito mais longe lá da Noruega. Na Alemanha, praticamente toda a floresta natural foi alterada pelo ser humano, não fossem alguns bolsões que permanecem, a conservação da cobertura vegetal seria de 0%. E os dados não são meus, senhor presidente, os dados são do Relatório de Estado da Floresta Europeia de 2015.

Tudo isso mostra que os europeus, que se portam sempre como se tivessem lições a nos dar, em termos de preservação ambiental, são condenados por seu passado, senão por seu presente também. Na França, por exemplo, do Macron, que tanto nos cobra, tão severo com o Brasil, em especial quando se trata de bloquear a competição de nossa produção agrícola, as florestas francesas haviam praticamente desaparecido há 150 anos. Só um esforço recente, do qual poderia participar o paraquedista do Luciano Huck, permitiu que se recuperasse cerca de 20% das florestas francesas. Claro, não se trata da cobertura vegetal original, pois esta se foi. Mesmo no Brasil — e aqui é uma sugestão ao Luciano Huck, eu falo bem-intencionado, não discuto de sua intenção —, pouco há a se comparar com 97% da floresta do Amazonas. Temos aí uma operação heroica que recuperou a Mata Atlântica, devastada em São Paulo, que tem hoje 17,5% do seu território coberto por florestas. No Rio de Janeiro, onde o Huck trabalha, são 30% e, no Paraná, 29,1% de mata natural, mais 6,5% de plantio florestais.

Eu respeito, como disse aqui, presidente, por isso que eu preferi fazer um discurso escrito, a competência profissional do Luciano Huck, assim como reconheço que ele tem boas ideias.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — No que se refere à cobertura florestal da Amazônia, porém, seria aconselhável que essas ideias fossem levadas a regiões, ou a países inteiros, que têm mais necessidade do que nós de utilizá-las.

Trocando em miúdos, presidente, e finalizando: cuidem do que precisa ser cuidado. Do Amazonas, cuidamos nós.

Obrigado, presidente.

COMISSÃO DE JURISTAS QUER ATUALIZAR A LEI DE IMPEACHMENT

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 30/03/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar. Com revisão do orador.) — Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, Lasier, deixa eu lhe responder, amigo, porque faz parte do meu discurso desta tribuna o perigo que nós atravessamos por medo de enfrentar esse pessoal do Supremo, que, a cada dia que passa, nos surpreende com mais desmandos.

Olha só, Lasier, faz parte do discurso. Depois, eu completo.

São passíveis de impeachment — é prerrogativa do Senado impichar Ministros, segundo a Constituição — os crimes de responsabilidade de ministro do Supremo Tribunal Federal, art. 39 da Lei 1.079, de 1950:

- 1 – alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal [é o que a gente mais vê, Senador Girão];*
- 2 – proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa [também];*
- 3 – exercer atividade político-partidária [está aí, de novo];*
- 4 – ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;*
- 5 – proceder de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro de suas funções.*

Cinco motivos para que o Senado possa, senador Girão, impichar ministros.

Senador Lasier, você está coberto de razão. Chegou a hora de tomarmos providência aqui e fazer votar, neste Plenário, o impeachment de pelo menos dois de três ministros!

Presidente, senadoras, senadores, eu falo, hoje, de uma coisa também altamente perigosa.

Senador Girão, senador Lasier, senador Oriovisto, foi criada uma Comissão para revisar a Lei do Impeachment de ministros, essa lei cujas possibilidades acabei de mostrar. Essa Comissão é presidida pelo ministro Lewandowski.

Imaginem como será a revisão dessa Lei do Impeachment! E ela vem, exatamente, no momento em que a gente fala da necessidade de votar impeachment de ministro.

Revisar a Lei de Impeachment, num momento como este, é mandar...

Essa Comissão, que foi criada para revisar a Lei do Impeachment, traz, evidentemente, mais problemas do que soluções. É que, de forma clara, ela embute motivação política: visa intimidar os parlamentares que querem investigar ministros do Supremo Tribunal Federal.

Essa Comissão, que foi criada para revisar a Lei do Impeachment, traz, evidentemente, mais problemas do que soluções. É que, de forma clara, ela embute motivação política: visa intimidar os parlamentares que querem investigar ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição é claríssima: nos incisos I e II do art. 52, ela confere ao Senado a competência privativa para processar e julgar autoridades como o presidente da República e o vice, os ministros de Estado e os ministros do Supremo Tribunal Federal, entre outras, nos crimes de responsabilidade. Não tendo como alterar a Constituição, tenta-se agora mexer na legislação infraconstitucional para minar essa autoridade.

A legislação em vigor define o que são crimes de responsabilidade e regula o processo de afastamento de autoridades como o presidente da República ou os ministros da Corte. Um ministro do próprio Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski, será o presidente dessa Comissão, que, é evidente, não tem função constitucional.

E eu faço uso das palavras do senador Girão, abro aspas: “Por omissão nossa, não conseguimos até hoje iniciar um processo de investigação e análise de um simples pedido de impeachment” — fecho aspas. São palavras do meu amigo senador Girão, que aqui está.

O senador Lasier, também combativo nesse aspecto, disse: “ministros do Supremo são intocáveis, constituem uma casta olímpica, seguros em seus pedestais, sem controle de quem quer que seja” — fecho aspas.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — E eu, senador Plínio Valério, digo mil vezes aqui: o Supremo Tribunal Federal não é o Olimpo, os ministros do Supremo não são semideuses; podem muito, mas não podem tudo. E a prova disso é que nós senadores podemos cassá-los, podemos impichá-los.

Chegou a hora, presidente. Esta é a nossa hora de mostrar ao Brasil que o Senado corresponde à sua expectativa.

Obrigado, presidente.

MANDATOS NO STF E IMPEACHMENT DE MINISTROS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 06/04/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhoras senadoras, senhores senadores, enquanto se ocupava a tribuna aqui, eu abria a minha gaveta, senador Lasier e senador Girão, e encontrava um papel com anotações, de fevereiro de 2019, do que me norteava aqui nesta Casa: PEC estabelecendo o mandato de ministros do Supremo Tribunal Federal, contra decisões monocráticas, autonomia do Banco Central e violência contra a mulher.

Hoje, eu tenho a felicidade, com o apoio de todo o Senado, de ter tornado lei a autonomia do Banco Central, com esse sucesso inteiro do Banco Central aí. O tema da violência contra a mulher a gente colocou na grade transversal do ensino brasileiro. Está faltando emplacar determinar o mandato de ministros do Supremo.

Presidente, a gente já não pode mais negar esse assunto. Aonde eu vou, onde eu passo há cobrança. E não é cobrança de bolsonarista, não, não é cobrança de Bolsonaro, não, porque eu não sou nem um, nem outro. A cobrança é de uma população que já não suporta mais, que não tolera mais tantos desmandos, de uma população que sabe que este Senado é a única instituição que pode punir um mau ministro. Portanto, eu acho que chegou a hora.

Há o substitutivo do ex-senador Anastasia, a PEC do Lasier e a minha PEC, estabelecendo em dez anos o mandato de ministro. Acho que a gente tem que começar por aí, mas é também o momento de se falar de impeachment de ministro, sim, porque a gente anda na rua, e a cobrança é total.

Senhor presidente, não é uma cobrança insensata, não é coisa de bolsonarista, não é coisa de direitista, não é coisa de radical! É coisa de um senador do Amazonas que representa esse estado aqui e que tem a coragem, sim, de assumir a posição de falar de maus ministros!

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Eu não estou falando de bons ministros. Eu estou falando do ministro que denuncia, que julga e que pune. Eu estou falando do ministro Alexandre de Moraes. É hora, é hora, chegou a hora de o Senado mostrar que esta Casa é uma Casa superior, é uma Casa que não teme nada. E impichar o ministro torna-se para nós uma tarefa árdua, difícil, delicada, mas necessária. Por isso, eu estou aqui mais uma vez defendendo, sim, o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Obrigado, senhor presidente.

OS POVOS INDÍGENAS NÃO QUEREM TUTELA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 07/04/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, eu vou ler aqui, mais uma vez, e essa é outra carta — eu estou no mesmo assunto, mas é outra carta — que eu recebi da Comunidade Castelo Branco, do Rio Içana, dos índios da etnia baniwa. O que vou dizer aqui, até o final do discurso, são palavras deles, contidas na carta.

Nós lideranças indígenas [eu estou lendo como recebi] baniwa das comunidades do Médio Rio Içana, pertencente do município de São Gabriel da Cachoeira, do estado do Amazonas, localizado geograficamente na Cabeça do Cachorro, vem a público externar nossa preocupação e não aceitação que outros atores envolvidos com questão indígena que queiram falar em nome de todos os povos indígenas brasileiros. Nós lideranças do Médio Içana não temos a pretensão de representar todas as comunidades indígenas baniwa nem tampouco tomar decisões por eles. Nossa proposta aqui é tão somente buscar autonomia e oportunidade para avançarmos, por nós representados, alcance à cidadania, o empoderamento e o protagonismo em suas vidas, buscar mais autonomia e independência financeira e política do governo.

Não aceitaremos mais que oportunistas indígenas e não indígenas que sempre queiram colocar palavra em nossas bocas como se nós não fôssemos capazes de falar por nós mesmos. Não iremos mais tolerar falsidade em relação à questão indígena, ditas por nós, quem quer que seja, dando a entender que os povos indígenas sejam todos iguais, que pensem as mesmas coisas e que não têm entendimento diferente sobre várias questões e assuntos.

Repudiamos totalmente tal ousadia e declaramos a toda opinião pública, quer nacional ou internacional, que isso está muito longe de ser verdade. Nós nos representamos e não admitimos que ninguém ouse falar por nós, a não ser os porta-vozes por nós eleitos e autorizados para tanto.

De nossa parte, queremos que mudanças na lei de modo a permitir o desenvolvimento de atividade dentro das terras de usufruto dos indígenas baniwa do Médio Içana, por nós representado, e que essas possibilitem, efetivamente, a autonomia que pretendemos atingir. Sem autonomia, continuaremos sendo tratados como incapazes nas mãos daqueles que sempre se aproveitaram de nossas dificuldades.

Fecho aspas.

Isso aqui são palavras dos índios baniwa, assinado pelo líder da comunidade Silvo Benjamim.

Portanto, presidente, eu peço 30 segundos para encerrar.

Os índios não precisam de tutela, os índios não querem tutor, eles querem viver com suas próprias forças e suas riquezas.

Isso aqui só reforça os discursos que temos tido aqui de que é necessário, de que é preciso instalar, sim, presidente, a CPI das ONGs, para que possamos verificar, investigar as más ONGs. A ideia não é demonizar as boas ONGs, a ideia é querer...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... é fiscalizar essa gente que se aproveita.

Isso aqui são palavras indígenas, não são palavras dos representantes do Amazonas, embora eu as endosse 100%. É necessária a instalação da CPI das ONGs para a gente mostrar a cara de pau que permeia tudo que se relaciona ao Amazonas e aos povos indígenas. Balela! Os índios não precisam de tutela, os índios não querem tutor, eles querem viver com suas próprias forças e suas riquezas.

Obrigado, presidente.

GARANTIA DE BENEFÍCIOS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 27/04/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, atendendo a sucessivos apelos dos responsáveis pelas empresas brasileiras, o Plenário do Congresso Nacional derrubou, no dia 10 de março deste ano, o veto total da Presidência da República ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que cria um novo programa de parcelamento de dívidas de micro e pequenas empresas participantes do Simples Nacional, inclusive para os microempreendedores individuais (MEI) e as empresas inativas.

Com essa medida, os contribuintes têm reconhecido o seu direito ao desconto de juros de multa de até 90% e de encargos até 100%, proporcionalmente à queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020, em comparação com o período de março a dezembro de 2019. O saldo restante poderá ser parcelado em até 15 anos.

Isso tudo foi feito para facilitar a vida dessa gente, a vida dos que produzem, principalmente dos que optam pelo Simples — quase a totalidade das empresas recorre a esse sistema. São as pequenas e micro empresas as que mais sofrem em conjunturas como a que vivemos. Além desse cenário desfavorável, as empresas ainda enfrentam uma economia desaquecida e enfrentam mil problemas, que a gente tentou amenizar aqui com a derrubada do veto do presidente.

Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, aparentemente estava assim equacionado algum alívio para essas empresas, mas o problema está no detalhe. O problema está em as empresas não conseguirem acessar o sistema e viabilizar a sua adesão por meio dos aplicativos. Já houve um reconhecimento tácito dessa dificuldade em reunião ocorrida no último dia 20. O Comitê Gestor do Simples Nacional decidiu prorrogar o prazo de adesão ao Relp para o último dia útil do mês de maio de 2022. O prazo para regularização das dívidas impeditivas da opção pelo Simples Nacional também foi adiado. Agora, nada disso adianta, nada disso é possível se os interessados não têm acesso ao sistema. O sistema não funciona, não há quem consiga acessar, não há quem consiga ter acesso a essa benesse, senhor líder do Governo no Congresso Nacional. Não há como acessar!

O que eu estou achando — e não só eu, nós estamos achando — é que isso é proposital. O que parece, presidente, senhores senadores, é que há uma confusão no governo que ainda não acertou, não sabe como conceder essa benesse, esse perdão da dívida e perdão das multas.

Eu apelo aqui para que esses problemas sejam contornados com rapidez e, em especial, para que os prazos sejam novamente prorrogados para que a lei complementar não se torne mais um caso dessa dolorosa praga nacional que é a diferença entre leis que pegam e leis que não pegam. Nós temos que fazer com que todas as leis peguem, porque o que nós fazemos aqui tem que ser respeitado. Há uma derrubada de um veto presidencial, e o Congresso não pode ser desrespeitado pela falta de não se saber o que fazer.

Um aparte para o meu amigo, Eduardo Gomes, com prazer.

O Sr. Eduardo Gomes (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL–TO. Para apartear.) — Senhor presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, ouvindo atentamente o senador Plínio, já solicitei à assessoria da Liderança do Governo no Congresso que tome providências com relação ao colhimento dessas informações.

E Vossa Excelência, como sempre, é afirmativo na crítica construtiva de abertura de diálogo e de solução de problemas e, então, tem o meu respeito e a dedicação para que a gente possa, já que teremos amanhã uma sessão do Congresso, prevista para decidir alguns assuntos relativos aos municípios brasileiros, nesta semana da Marcha dos Prefeitos, mas já com sessão prevista para outros assuntos, inclusive esse... Então, Vossa Excelência terá providência imediata sobre o que solicitei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Obrigado, senador Eduardo Gomes. É esperado do senhor sempre soluções positivas. Para isso, a gente faz a crítica construtiva, para não prejudicar esse pessoal.

E, aqui, para encerrar, senhor presidente, um novo protesto, e não é novidade nenhuma um senador do Amazonas falando sobre a Zona Franca de Manaus. O ministro Paulo Guedes reduziu em 25% o IPI no país inteiro, o que é muito prejudicial para Manaus, que é um regime de exceção. A gente reclamou...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — ... e resolveu judicializar. Vai ser judicializado para que decidam lá. Agora, o ministro diz que vai aumentar para 35%, mas, como é bonzinho, vai deixar a Zona Franca só em 25%, ou seja, colocou o bode na sala, o bode começou a berrar e a feder, e agora ele tira e quer que a gente agradeça por ele estar retirando o bode.

Ministro, nós não vamos agradecer coisa nenhuma! A Zona Franca é superavitária, é um programa que deu certo, que emprega quase 100 mil pessoas, e nós não podemos viver sem ela, pelo menos nos próximos anos. Portanto, nós não temos nada a agradecer, ministro. Há uma luta a ser travada com o senhor, e essa luta já começou a ser travada, o jogo está sendo jogado.

Obrigado, senhor presidente.

PELA DERRUBADA DO DECRETO QUE ZEROU O IPI NA ZONA FRANCA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 03/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente Rodrigo Pacheco, senhoras senadoras, senhores senadores, meus amigos Álvaro — já sabe do que vou falar hoje de novo, Álvaro? —, Reguffe e Nelsinho, o que me traz à tribuna, vez em quando, é a questão nossa, a questão particular regional, a questão da Amazônia, a questão da Zona Franca de Manaus.

É preciso, antes, fazer um relato breve, um histórico.

O governo central foi historicamente superavitário em sua relação econômica com a Amazônia. Desde os exercícios financeiros de 1865 e 1875, o governo nacional recebia dos cidadãos da Amazônia muito mais do que ocorria na média nacional. Dou um exemplo. Em 1880, por exemplo, a receita per capita do governo central na Amazônia atingia 15.651 réis, enquanto a média brasileira ficava em 10.400 réis. Essa tendência se acentuou.

Em 1900, outro exemplo, a receita per capita era de 41.490 réis na Amazônia, enquanto a média nacional ficava em 17.800 réis. Paralelamente, a despesa per capita do governo central era muito menor na Amazônia. No mesmo ano de 1900, gastavam-se 8.895 réis por morador da Amazônia, enquanto na média nacional se gastavam 25.034 réis. O sistema funcionava, portanto, como um dreno da riqueza da Amazônia, o que se repete hoje em dia.

Seria possível imaginar que esse quadro ocorria por conta do ciclo da borracha, que representou um significativo influxo de recursos para a Amazônia. Os dados oficiais provam, porém, o contrário. Não há números relativos ao estado do Amazonas, mas o Pará serve de amostra, amigo Paulo Rocha. Nos anos que se passaram desde a Proclamação da República até 1916, as receitas da União no Pará foram a 582.148 contos de réis, mas as despesas da União no estado não passaram de 130 mil contos de réis. Em outras palavras, o governo federal teve um saldo de 451.612 contos de réis nas suas relações econômicas com o Pará nesse período.

Números semelhantes ocorreram com o Acre. Nota-se, assim, que, ao longo de todos esses anos no Império e na República, o poder central se comportou como espoliador, retirando da Amazônia muito mais do que investia na região. Isso se nota ao verificar estudo feito em 2017 — e aqui diz respeito a algo sobre o que eu quero falar, o

mérito do que eu quero falar hoje aqui. O levantamento, Nelsinho, é de 2017, em que se comparam, estado por estado, a arrecadação de tributos federais e a transferência de recursos da União. O Amazonas é um dos estados com maiores perdas nessa relação. Basta registrar que, nesse ano, 2017, o Amazonas arrecadou R\$13,958 bilhões em impostos federais e, como recursos enviados para o governo central do nosso estado, R\$7 bilhões, ou seja, só nos foram devolvidos 56% do que arrecadamos. Significa que, a cada R\$2 recolhidos da população amazonense, só R\$1 foi aplicado em seu favor.

E é aqui que eu quero chamar a atenção, senhor presidente. O presidente Bolsonaro acaba de publicar o segundo decreto que prejudica, de morte, a Zona Franca de Manaus, com a redução do IPI. O senhor, como presidente do Senado e como aliado nosso, participou das conversas, dos acordos, dos acertos em que nada foi cumprido. Restou-nos, então, procurar judicializar, procurar o Supremo Tribunal Federal através de uma ADI. Entregamos ao Judiciário para que decida, para que garanta aquilo que está na Constituição, que garanta, que traga de volta, tire do decreto a competitividade e nos devolva a competitividade dos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus.

Nós somos superavitários. A gente manda mais dinheiro do que recebe. A Zona Franca emprega quase 100 mil pessoas diretamente. O Amazonas não pode, por enquanto, viver sem a Zona Franca. O governo federal dá, assim, demonstração de que desconhece, de que não é amigo da nossa região. Querer acabar com a Zona Franca é não gostar do Amazonas, é não gostar da Amazônia, porque, assim como eu mostrei, fomos sempre espoliados, fomos sempre aqueles a pagarem mais do que recebem, a quem eles devolvem muito menos do que recebem.

Querer acabar com a Zona Franca é não gostar do Amazonas, é não gostar da Amazônia, porque, assim como eu mostrei, fomos sempre espoliados, fomos sempre aqueles a pagarem mais do que recebem, a quem eles devolvem muito menos do que recebem.

Portanto, senhor presidente...

Quer um aparte, Humberto? *(Pausa.)*

Não.

Portanto, senhor presidente, fica aqui o protesto, mais uma vez, contra esse governo, que não tem a menor sensibilidade...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... a preservação da Amazônia, que se preocupam com um macaco, com uma árvore, mas negam, fingem não enxergar uma floresta preservada em 96%, graças ao advento da Zona Franca.

Portanto, o meu discurso é ao presidente, o meu discurso é dirigido aos hipócritas. É nessa hora que nós precisamos de ajuda; é nessa hora que quem defende o meio

ambiente tem que dizer: “Deixem a Zona Franca, porque ela preserva 96% da floresta no Amazonas”. Mas, cadê os hipócritas? Onde estão? Eles se escondem nessas horas.

E nós estamos sozinhos, presidente. E, aqui, eu aproveito para agradecer a participação no primeiro momento. Estamos sós, por isso vamos judicializar. Chega! Não há mais diálogo com o Governo, porque não acreditamos mais no governo que aí está, naquilo que promete, naquilo que faz e com que se compromete. Portanto, está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, de quem a gente espera que use a sensatez e nos devolva aquilo que a Constituição nos garante, que é o tratamento diferenciado.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD–MG. Para apartear.) — Senador Plínio Valério, se me permite, ao ensejo do pronunciamento de Vossa Excelência — e também me dirijo ao senador Eduardo Braga e ao senador Omar Aziz, que compõem com Vossa Excelência a bancada do estado do Amazonas —, quero dar a Vossas Excelências e ao Senado Federal um testemunho.

Como presidente do Senado, como presidente do Congresso, por ocasião das discussões com o governo federal, sobretudo com o Ministério da Economia, acerca do PLP nº 11/2020 e do PL nº 1.472/2021, ambos que diziam respeito aos combustíveis — e havia um desejo do governo federal de aprovação, sobretudo, do PLP nº 11/2020, com a fixação de uma alíquota única, com a monofasia, com a alíquota ad rem nos combustíveis, para tentarmos reduzir o valor dos combustíveis —, eu sou testemunha do acordo e do diálogo estabelecido pela bancada do estado do Amazonas no Senado Federal com o governo federal relativamente a essa questão da redução do IPI.

Não que sejamos contra a redução, absolutamente. Eu não seria irresponsável, como presidente do Senado, em defender algo contrário à redução de impostos, o que favorece a sociedade brasileira. Mas havia um compromisso de excepcionalizar os produtos produzidos a partir do Processo Produtivo Básico, o PPB, na Zona Franca de Manaus, justamente para que não se gerasse um prejuízo flagrante a um estado inteiro, a uma cidade como Manaus e ao povo amazonense, sem prejuízo do restante do país, porque, no final das contas, defender os processos industriais da Zona Franca de Manaus, previstos na Constituição Federal, é defender a indústria brasileira — sempre afirmei isso.

E eu sou testemunha do acordo estabelecido naquela ocasião e posso afirmar que, em relação a esse ponto da não excepcionalização, no decreto de redução de IPI, a esse sistema do PPB da Zona Franca de Manaus, houve um flagrante descumprimento de acordo. Eu sou testemunha disso e, evidentemente, buscarei, sem aqui fazer apontamentos de dolo ou de intenção deliberada, apontar que houve um acordo estabelecido e que precisa o governo federal remediar essa questão em relação à Zona Franca de Manaus.

Então, eu vou cuidar, já disse isso a Vossa Excelência, ao senador Omar Aziz, ao senador Eduardo Braga, ao meu vice-Presidente no Congresso Nacional, deputado Marcelo Ramos, desse meu compromisso, na Presidência do Senado, de nos ombrearmos dentro desse propósito legítimo, justo de estabelecer essa excepcionalização em relação à Zona Franca de Manaus.

No Amazonas, onde tem a Zona Franca, com 100 mil empregos, 47% da população vive abaixo da linha de pobreza, segundo o IBGE, com a Zona Franca. Imaginem isso sem a Zona Franca! Como viverá o nosso povo?

Portanto, eu vou cuidar de fazer esses apontamentos junto ao Ministério da Economia, junto ao Governo Federal, para que tenhamos, eventualmente, a correção dessa distorção, sem prejuízo também do ajuizamento de ação no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que busca também corrigi-la da mesma maneira.

Mas era apenas para manifestar a Vossa Excelência algo que foi sempre repetido por mim, que é a minha solidariedade à bancada do estado do Amazonas. Saibam todos os amazonenses que têm, na Presidência do Senado, alguém solidário. Estamos juntos para poder fazer esse enfrentamento, que, repito, é justo para a indústria brasileira.

Então, eu agradeço a Vossa Excelência a possibilidade desse aparte da Presidência.

Senador Plínio Valério com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — E o povo do Amazonas sabe disso, porque, por onde passei e nas entrevistas que dei, eu falei da sua participação, da sua solidariedade, do seu companheirismo para com todos nós. O Amazonas lhe é muito grato.

Eu só dou um dado aqui para completar, permita-me, presidente. O Unicef, no seu último relatório, diz que 9 milhões de pessoas que vivem em residências na Amazônia não têm dinheiro para comprar uma cesta básica. No Amazonas, onde tem a Zona Franca, com 100 mil empregos, 47% da população vive abaixo da linha de pobreza, segundo o IBGE, com a Zona Franca. Imaginem isso sem a Zona Franca! Como viverá o nosso povo? Daí o protesto, a indignação e o motivo de ter recorrido e entregue à Justiça, porque, quando não se cumpre acordo político, não há mais o que conversar.

PROGRAMA PRÓ-AMAZÔNIA LEGAL É PURA ENGANAÇÃO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 04/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras senadoras, senhoras senadores, justamente no momento em que se discutem as gravíssimas perdas impostas à competitividade da Zona Franca de Manaus, o Palácio do Planalto editou, nesta terça-feira, 3 de maio, decreto que regulamenta um certo Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e para Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins — só

Da tribuna do Senado, mais uma vez e sempre — mais uma vez e sempre —, não é possível acabar com o modelo que deu certo: o modelo que arrecada, que desenvolve, que nos tira do isolamento.

pelo nome já se viu —, dando-lhe o apelido mais sonoro de Pró-Amazônia Legal.

É inevitável que um desavisado imagine que se trata de uma forma de compensar as perdas impostas à Zona Franca e, por tabela, a toda a Amazônia brasileira. Na verdade, o Pró-Amazônia Legal cumpre uma disposição

legislativa para o processo de desestatização da Eletrobras.

Pelo decreto, o programa receberá, a partir de janeiro de 2023, recursos anuais de R\$295 milhões, valor que será atualizado pelo IPCA, pelo prazo de dez anos, e compreenderá a implementação de medidas que aprimorem a navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins. O programa também prevê...

Eu vou até me poupar de dizer o que o programa prevê, porque foi criado um comitê para cuidar desse programa, que pode até nutrir obras durante a sua duração, mas que jamais dará parte dos empregos que a Zona Franca proporciona. Uma coisa é completamente diferente da outra. Uma é conduzir obras e garantir algum investimento regional, que é o caso do Pró-Amazônia Legal; outra é proporcionar desenvolvimento sustentável, com a criação de empregos, oferta de alternativas, preservação da floresta — acima de tudo, sempre empregos.

Eu quero aqui, senhor presidente, abandonar o que está escrito, porque, pelo tamanho do nome do programa, Kajuru, senador Fernando Collor, já se vê que é uma coisa para não sair do papel — um comitê com esse tamanho todo.

Estão tirando a competitividade da Zona Franca de Manaus, ignorando que é um modelo que deu certo e que hoje emprega 87 mil pessoas diretamente — e aí podemos

falar de 500 mil pessoas indiretamente —, que arrecada mais de US\$100 bilhões e que tem sido para todos nós um motivo de redenção.

O Amazonas hoje, segundo o IBGE, tem 47% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. A Amazônia, segundo o Unicef, tem 9 milhões de lares que não têm renda para uma cesta básica. E isso com a Zona Franca, isso com todas as regalias, como o ministro Paulo Guedes chama, da Zona Franca! Imaginem o Amazonas, neste momento, sem 87 mil empregos! Imaginem a Amazônia sem emprego mais do que está no momento! É por isso que ontem eu chamei de hipócritas aqueles que defendem a floresta e não olham para nós! Presidente Collor, hoje, o Amazonas preserva 97% de sua floresta, o que foi uma consequência do advento da Zona Franca — não foi o objetivo, mas foi a consequência. E a gente chama para aliados essas pessoas que querem a floresta de pé, mas só querem ajudar onde desmatam, não querem ajudar onde não se desmata.

O ministro Paulo Guedes, do alto do seu conhecimento da Escola de Chicago, chegou a dizer que é melhor jogar dinheiro de helicóptero no Amazonas do que continuar dando subsídio, o que mostra, além da ignorância, uma pedância enorme.

Da tribuna do Senado, mais uma vez e sempre — mais uma vez e sempre —, não é possível acabar com o modelo que deu certo: o modelo que arrecada, que desenvolve, que nos tira do isolamento.

Já nos negam a BR-319...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — O amazonense não tem o direito de ir e vir, via terrestre, pelo Brasil. Não tem. Vamos para a Venezuela, mas para o Brasil não podemos ir por causa da BR-319. Temos as amarras, os cadeados que nos prendem à questão ambiental. Temos o inimigo chamado Justiça Federal ou a Procuradoria de Justiça Federal, pois há sempre liminar nos impedindo de fazer tudo. Exemplo disso é o potássio de Autazes: mais de US\$200 milhões investidos pela Potássio do Brasil, e a gente não consegue desenvolver, porque encontraram resquíços — resquíços — de vasos de indígenas, de artesanato indígena.

Fica aqui o registro.

Esse comitê, esse programa cujo nome eu disse aqui não passa de enganação para passar para a comunidade amazonense que é a compensação pelas perdas que a Zona Franca está sofrendo. Não nos enganam, não nos iludem! Estão atingindo de morte o Amazonas e estão atingindo de morte a Amazônia. O nome disso chama-se governo federal.

PAULO GUEDES MENTE SOBRE AÇÃO CONTRA REDUÇÃO DE IPI

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 10/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, no momento em que o governo federal mais uma vez ataca a Zona Franca de Manaus e mais uma vez este senador da República, representando o Amazonas, vem à tribuna para falar as mesmas coisas que fala há três anos, porque os ataques são os mesmos. Mas, antes, é preciso informar, senhor presidente, que o Polo Industrial de Manaus faturou R\$24,79 bilhões no 1º bimestre de 2022, o que representa um aumento de 14,49% em comparação ao valor alcançado nos dois primeiros meses do ano passado. E em dólar o faturamento acumulado até fevereiro foi de 4,72 bilhões, um incremento nominal de quase 20% em relação a 2021.

As exportações do nosso PIM atingiram, nos dois primeiros meses deste ano, o volume de US\$76 milhões.

Quanto à mão de obra — e aqui que é a importância, senhor presidente —, as indústrias da Zona Franca de Manaus fecharam o segundo mês do ano com 102.864 trabalhadores empregados, entre efetivos, temporários e terceirizados.

Ao longo de todos esses séculos, de todos esses anos, presidente — eu já falei isso aqui —, tanto no Império como na República, o poder central se comportou como espoliador, retirando da Amazônia muito mais do que investia.

Vou dar os números aqui de 2017, que são números oficiais, senhores senadores, senhoras senadoras: no Amazonas, a Receita Federal arrecadou R\$13,958 bilhões em impostos federais e mandou, em contrapartida, apenas R\$7 bilhões, ou seja, nos foram devolvidos 56% do que arrecadamos. Isso significa que, de cada R\$2 recolhidos da população amazonense, só R\$1 foi aplicado em seu favor. O Amazonas é um dos estados com pior relação desse fluxo de rendas, mostrando que o governo central se apropria de metade do esforço fiscal desse povo.

E é exatamente esta Zona Franca, senhores senadores, senhoras senadoras, é exatamente este modelo exitoso que nos proporciona, hoje, 102 mil empregos, que protege a floresta, que manda quase R\$15 bilhões para a Receita Federal. É exatamente este modelo que está sendo atacado mais uma vez pelo governo federal, mais uma vez pelo ministro Paulo Guedes.

Senhor presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, é constrangedor ter que, mais uma vez, desmentir o ministro Paulo Guedes, que prega a narrativa — e aí se aproveita de blogue, se aproveita da rede social para pregar — de que o ministro Alexandre de Moraes derrubou o decreto do presidente Bolsonaro. É mentira, pura mentira!

O que nós pedimos e que o ministro concedeu foi excluir a Zona Franca do malfadado decreto, garantido o direito constitucional que a Zona Franca tem — está lá na Constituição: tratamento diferenciado, excepcional.

Então, brasileiro, brasileira, eu quero dizer para vocês que por nenhum momento o Amazonas tentou acabar...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... com a redução de IPI. Nós tentamos, sim — e estamos conseguindo —, é excluir a Zona Franca desse decreto. Não vá nessa de jogar o Amazonas contra o resto do país. A Zona Franca é superavitária, a Zona Franca dá mais de 100 mil empregos, arrecada mais de 15 bilhões para o governo e protege a floresta.

Quanto vale uma floresta em pé do tamanho da Floresta Amazônica para o mundo? Quanto o mundo teria que pagar para preservar uma floresta desse tamanho? Sem preço!

Quanto vale uma floresta em pé do tamanho da Floresta Amazônica para o mundo? Quanto o mundo teria que pagar para preservar uma floresta desse tamanho? Sem preço!

Portanto, mais uma vez aqui, e finalizando, presidente, o ministro Paulo Guedes, como ministro, deveria pelo menos evitar mentir, tentar jogar uma população contra a outra. A Zona Franca é superavitária.

O governo federal tem sido, até o momento, nosso inimigo. O ministro Paulo Guedes, além de contra a Zona Franca, passa para a qualidade de mentiroso.

Obrigado, presidente.

HÁ POUCO CRÉDITO RURAL PARA A REGIÃO NORTE

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 11/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, talvez o que eu vá dizer agora ajude um pouco, um pouquinho só, aos brasileiros e brasileiras compreenderem por que nós do Amazonas tanto falamos em Zona Franca.

Uma das mais frequentes queixas que nos são encaminhadas pelos produtores e empreendedores do Amazonas refere-se à baixa participação do estado no volume de crédito rural do país, e têm razão: pelos dados do Banco Central do Brasil, o valor repassado ao nosso estado corresponde a 0,08% do total — os números são oficiais.

O valor total de contratos relativos ao crédito rural, englobando todas as fontes oficiais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre outros, corresponde, em 2021, a R\$229,484 bilhões. Portanto, são bilhões espalhados pelo Brasil, menos no Amazonas. Olha só — o Omar Aziz está conosco, foi governador do nosso estado —, **... são bilhões espalhados pelo Brasil, menos no Amazonas.** desse montante, o Amazonas recebeu apenas, Kajuru, R\$195,518 milhões. Estou falando do total de R\$229,5 bilhões, dos quais o Amazonas recebeu de crédito rural R\$195,528 milhões. É o segundo menor montante em toda a Federação, perdendo apenas para o Amapá. Para se ter uma ideia, o Distrito Federal recebeu valor superior ao do Amazonas: R\$236,498 milhões. No entanto, o nosso querido Distrito Federal cobre apenas 5,8 mil quilômetros quadrados, contra 1,571 milhão de quilômetros quadrados do Amazonas.

O número de contratos é também pequeno, apenas 1.162 no Amazonas. Outros estados têm muitíssimo mais, por exemplo: Goiás, que firmou 63.873 contratos; Rio Grande do Sul, 290.103 contratos. Isso confirma, e aqui que eu quero chamar atenção, a suspeita levantada pelos empresários amazonenses: pelo sistema atual, apenas os grandes produtores do nosso estado conseguem acessar o sistema; os pequenos e médios raramente conseguem algum empréstimo. Lembro ainda, e é bom lembrar, que esses cálculos abordam todos os tipos de contrato do crédito rural. Valem, portanto, inclusive para os serviços ambientais, aqueles que ajudam a manter a floresta em pé.

Em outras palavras, meu amigo senador Kajuru, esses contratos tão utilizados nos belos discursos mundo afora atingem quantidades e valores muito inferiores aos que seriam desejáveis.

... há problema de capilaridade na rede de crédito, o que dificulta o acesso a regiões menos urbanizadas do país

Observe-se ainda que o valor dos contratos para toda a Região Norte soma apenas R\$20,6 bilhões — toda a Região Norte, apenas R\$20 bilhões! Isso corresponde a 8,98% do total do país, ainda assim quase inteiramente concentrado no Pará e em Rondônia. Isso nos permite supor que há problema

de capilaridade na rede de crédito, o que dificulta o acesso a regiões menos urbanizadas do país..

Antes de encerrar o discurso, eu cedo aparte ao meu amigo, meu irmão, senador Omar Aziz.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-AM. Para apartear.) — Senador Plínio, Vossa Excelência traz o tema de que a Região Norte, parte da região é prejudicada no acesso ao crédito, principalmente porque nós não avançamos na regularização fundiária. Nos últimos governos, pouco ou quase nada se regularizou.

(Soa a campanha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-AM) — E uma das condições para ter acesso a esse crédito é a regularização fundiária. Você vê que existia uma perspectiva muito grande de que o atual governo pudesse avançar bastante, e hoje nós temos tecnologia que pode fazer o mapeamento, fazer a regularização fundiária para que aquela pessoa, aquele pequeno e médio produtor que está há muito tempo naquele assentamento, possa ter essas terras em seu nome e com isso ter acesso ao crédito. Mas, principalmente, o que falta muito na nossa região, infelizmente é uma realidade, é assistência técnica. Apesar do esforço da Embrapa em pesquisar, isso não chega ao pequeno produtor.

E quando o senhor coloca essa situação, conhece bem a Amazônia, sabe muito bem da nossa realidade, mas se Vossa Excelência pegar o BNDES, os investimentos dele, há anos, é muito mais fácil conseguir dinheiro...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-AM) — ... para a nossa região para ajudar um produtor.

A mesma coisa o Basa. O Basa também trabalha no mesmo campo, como se trata de um banco ele precisa de garantias, e a garantia real que alguém pode dar para ter acesso a esse crédito é a regularização fundiária.

Por isso, Vossa Excelência traz um tema muito importante para que a gente possa debater para a nossa região principalmente. O Amapá sofre muito com isso, o Amazonas; o Pará avançou muito, mas o Amazonas, o Amapá e o Acre são os três estados da

região que têm menos acesso a crédito por causa desse grande problema: a regularização fundiária.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Obrigado, senador Omar Aziz. O que nos permite supor, daquilo que o senhor disse e do que eu estou falando aqui também, é que existem dificuldades institucionais no exame dos processos originados no Amazonas.

Como se sabe, o crédito rural é liberado após o exame caso a caso...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... dos projetos apresentados às instituições financeiras credenciadas para abertura dos empréstimos. Não se pode excluir que existam aí uma série de restrições feitas a partir de preconceitos ligados a conceitos ambientais, razoáveis ou não.

Eu pretendo clarear essa situação, Omar, pedindo informação ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, ao BNDES, quem sabe assim eles possam me convencer de que não há má vontade para com o Amazonas, apenas burocracia. Exigem muito de nós.

Eu falei isso aqui, Senador Styvenson, senador Girão, para que os senhores possam compreender um pouco porque a gente fala tanto em zona franca, porque a zona franca é tão importante para nós, senador Otto. Desse financiamento rural, de R\$230 bilhões, o Amazonas teve apenas alguns milhões para a área rural, então, não é possível viver, não é possível excluir, tirar do Amazonas a Zona Franca de Manaus.

Isso talvez explique por que...

DUAS LEIS E PROJETOS QUE AVANÇAM NO SENADO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 12/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, Rodrigo Pacheco, senadoras, senadores...

Quero aproveitar também para saudar a turma que está aqui visitando o Senado. Eu não acompanhei, mas é aquela turma legislativa que acompanha o processo todo.

Eu já estive fazendo isso também, viu? Há alguns anos atrás. Vim visitar a Câmara e o Senado e acabei me tornando senador, o que quer dizer que um de vocês, uma das senhoras ou dos senhores, logo estarão por aqui também, que é possível.

Nessa época eu sonhava em estar aqui. E, hoje, olha onde eu estou?! Portanto, se alguém está sonhando em um dia estar aqui, que continue sonhando.

Presidente, na realidade, senadoras, senadores, para agradecer e falar da importância que é a gente estar no Senado. Os sábios dizem que as soluções estão nas coisas simples.

Quando eu cheguei ao Senado Federal, talvez o meu primeiro ou segundo discurso, o primeiro falava da autonomia do Banco Central e do tema violência contra a mulher nas escolas, que já foram tornados leis. E o outro foi o Exame Básico de Saúde, no início do ano letivo, para crianças a partir de quatro anos de idade. Esse projeto tramitou, estive na Comissão de Direitos Humanos, depois estive na Comissão de Educação e de Assuntos Sociais, e foi aprovado em caráter terminativo. Ou seja, o Senado vai proporcionar, se isso se tornar lei, uma lei que levará a todos os lares brasileiros a ajuda necessária, a ajuda que é preciso, porque a criança, por ela não ter parâmetros de comparação, tem problema de visão e não sabe. É comum a diretora da escola chamar o pai ou a mãe e falar que seu filho não presta atenção, que ele deve ter desvio de atenção; ou falar que o seu filho dorme na aula, deve ter vermes; que não escuta direito, que não presta atenção. Então, esses problemas todos detectados lá, ainda cedo, poderão ser corrigidos e certamente a evasão escolar será menor. Porque a evasão escolar acontece muito também pelo bullying, pela perseguição, pelos apelidos e pelas gozações da criança que não enxerga, que não ouve, que não vê, que não sente cheiro, que dorme.

Eu só tenho a agradecer, e agradecer sempre a Deus pela oportunidade de poder estar senador da República. É possível a gente fazer essas coisas simples. Repito, os sábios costumam dizer que a solução reside exatamente nas coisas simples e que nem tudo aqui também é espinho. A gente fala muito nos problemas que encontra, a gente fala muito

nos traumas, a gente fala muito dos golpes que recebe, notadamente nós, da Amazônia, que temos um problema de não nos desenvolver. A Amazônia tem nove milhões de lares sem condições de ter uma cesta básica, sem renda para uma cesta básica. O Amazonas tem, segundo o IBGE, uma população de 47% que vive abaixo da linha da pobreza, e a gente vive querendo, vive brigando para mitigar, para favorecer essas coisas. A última luta nossa, que não será a última, é a penúltima, é lutar sempre pela Zona Franca, por posições iguais. Mas tem esses momentos bons, de a gente poder apresentar bons projetos que, se tornados leis, ajudam a população brasileira. Eu sou grato a Deus e a todos.

Obrigado, presidente.

CONTRA O PROGRAMA DE DEMISSÕES DO BASA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 25/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Rodrigo Pacheco, sem nenhuma crítica, mas hoje eu testei a minha paciência de pescador amador, de pescador esportivo. A gente se inscreve e acaba tendo que esperar quatro, cinco horas, vendo outros pedirem questão de ordem e pela ordem e fazendo discursos. Eu estou acostumado a cumprir regras e a cumprir regimentos e confesso: se eu não fosse pescador, hoje eu teria desistido de novo deste meu discurso. Mas eu não podia desistir, porque ele vem ao encontro do que se falou tanto aqui, que é a sensibilidade que se tem de apoiar pessoas que estão sendo injustiçadas. É o caso, senhores senadores e senhoras senadoras, de 161 funcionários do Banco da Amazônia (Basa).

O Banco da Amazônia vem acelerando o processo de demissões maciças de funcionários que tantos e tão relevantes serviços prestam à nossa região — estou falando de Amazônia. Alega-se, para justificar essa redução de quadros, uma revisão na sua política de pessoal. Demissões são sempre traumáticas e se tornam ainda mais chocantes quando atingem servidores públicos concursados, todos eles com longo tempo de dedicação e esforço. Isso ocorre no momento em que o Basa apresenta resultado recorde. Olhem só a discrepância! Olhem só quanta injustiça aqui!

O Basa, que é um banco de fomento e não é um banco de governo, que está para dar lucro, mas não só lucro, triplicou — triplicou! — o seu lucro em três anos. Em 2019, seu lucro estava em R\$275,3 milhões, saltou para R\$737,8 milhões agora, no ano passado, e, neste ano, vai aumentar ainda mais. Nesse mesmo período, a sua carteira de crédito passou de R\$28,7 milhões para R\$39,7 milhões. Enquanto isso, tanto suas despesas com o pessoal quanto as despesas administrativas mantiveram-se praticamente estáveis. Feitas as contas, constata-se que o lucro do Basa praticamente triplicou nesses dois anos, enquanto seu gasto com pessoal evoluiu apenas 4%. Mesmo assim, querem demitir 161 funcionários.

Demissões são sempre traumáticas e se tornam ainda mais chocantes quando atingem servidores públicos concursados, todos eles com longo tempo de dedicação e esforço. Isso ocorre no momento em que o Basa apresenta resultado recorde.

Enquanto isso — por isso eu tive paciência para poder falar aqui, porque é um protesto muito mais de solidariedade, mas é um protesto mesmo —, os funcionários do Basa são atingidos por uma sequência de demissões. É o caso da demissão de todos os

161 servidores integrantes do quadro de apoio do Basa. Todos eles podem ser conceituados como bancários, pois passaram — olhem só! — por concurso público para ingressarem no banco. A maior parte deles, ao longo dos anos, passou a exercer funções comissionadas de supervisores, analistas e gestores. A eles aplicou-se o sistema de avaliação de desempenho, mostrando que exerciam funções semelhantes às dos empregados que constam como técnicos bancários. Agora, estão sendo segregados e colocados em lista de demissões. Todos eles sofrerão demissões imotivadas, e as rescisões de seu contrato de trabalho deverão ocorrer até julho deste ano.

Essas medidas restritivas tiveram sequência em janeiro com o anúncio de um programa de desligamento voluntário, que atingiria 302 engenheiros. Sabemos todos que esses PDVs, frequentemente, de voluntários não têm absolutamente nada, sendo antes programas de demissões compulsórias, isso sim! As entidades sindicais ligadas à categoria não foram sequer comunicadas da decisão. Aqui é mais uma aberração.

Dessa forma, estariam sendo retirados do trabalho produtivo e da instituição para a qual se credenciaram mediante concurso, repito, profissionais com grande capacidade técnica e mais experimentados por longas carreiras no mercado financeiro. A medida proposta também enfraquece a própria instituição, pois implicaria terceirizar o acompanhamento da aplicação do crédito.

Repito: o Banco da Amazônia é um banco de fomento e desenvolvimento regional que tem seu papel institucional, mas, mais ainda, ele é executor das aplicações decorrentes do fundo constitucional, o FNO, conforme lei estabelecida. Dessa forma, o Basa não é uma instituição de governo, mas uma instituição de Estado, que não pode ser subordinada a meros caprichos de administrações, que, por definição, são temporárias.

Tudo isso só agrava o atual cenário, com o país atravessando crise econômica, com mais de 13 milhões de desempregados...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... e, para completar, em meio a uma pandemia devastadora. O mínimo que podemos dizer é que não é hora apropriada para medidas como essa. E ficou patente que a gente aprovou aqui uma PEC alegando que precisavam ser abertas no mercado vagas de trabalho.

Presidente, senadoras, senadores, eu sou testemunha do grande trabalho que o Basa desempenha há 56 anos em favor da Região Amazônica e do Brasil. Nesse período, desenvolveu-se institucionalmente e formou quadros que o constituíram, no fundo, os grandes responsáveis pelo inegável êxito.

... eu sou testemunha do grande trabalho que o Basa desempenha há 56 anos em favor da Região Amazônica e do Brasil. Nesse período, desenvolveu-se institucionalmente e formou quadros que o constituíram, no fundo, os grandes responsáveis pelo inegável êxito.

O sindicato representativo da categoria — seus representantes estiveram hoje comigo —, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Amazonas se dispõe a um acordo que, em princípio, pode servir de base para uma conciliação, e eu vou propor isso ao superintendente do Basa. O acordo promove, pede e dispõe a suspensão das demissões...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Eu encerro já, presidente.

Seria a suspensão das demissões e a incorporação dos funcionários ao quadro geral do Basa, abrindo-se mão de eventuais retroativos e diferenças salariais a que, pelas normas vigentes, eles teriam direito.

Vejam como os funcionários estão dispostos a abrir mão de alguns direitos para continuarem com seus empregos. Isso é legal. A reforma trabalhista permitiu isso.

Parece uma composição justa tanto para os servidores quanto para a administração do Basa.

Além do mais, garantiria a manutenção dos serviços e a qualidade de gestão que o Banco da Amazônia tem demonstrado.

Faço, portanto, um apelo para que os dramáticos cortes de pessoal sejam revistos e para que se retome o diálogo funcional, de modo a garantir muito tempo mais para que o Banco da Amazônia continue a desempenhar sua missão com a competência que o tem marcado até aqui.

Finalizo, repetindo: em dois anos, o banco triplicou seu lucro, de R\$275,3 milhões...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... para R\$737,8 milhões, enquanto gastou com pessoal R\$562 milhões e, agora, R\$585 milhões.

Se não for uma injustiça, eu não sei o que é. Por isso eu clamo. Daí esta minha paciência que eu tive para poder registrar esse apelo dramático.

São 161 funcionários, quase todos de Belém, quase todos do Pará, alguns do Amazonas, alguns do Maranhão, de Rondônia, do Acre e Roraima.

Fica aqui, portanto, senhor presidente, o protesto. Eu acho que esperar tanto valeu a pena.

A HIPOCRISIA DOS PAÍSES QUE NOS ACUSAM DE NÃO SABER CUIDAR DA AMAZÔNIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 31/05/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, desde que eu cheguei ao Senado, em 2019, tenho feito aqui discursos com mensagens amazônicas e muitas delas, como desabafo e com indignação. Às vezes, a gente não é entendido porque há muito de hipocrisia em relação ao que existe, ao que permeia o assunto Amazônia, hipocrisia vinda, comandada pelos grandes fundos que se utilizam das ONGs para desmerecer sempre a Amazônia e desqualificar o Brasil no sentido de que não tem condições de tomar conta da Amazônia. Pois bem, eu faço hoje, e trouxe até por escrito, um discurso para mostrar, para clarear essa hipocrisia, começando pelo fato de que, enquanto tem aqui no Amazonas a queimada, lá fora, tem o incêndio.

Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, há pouco mais de um mês, no dia 23 de abril, mais de 4 mil manifestantes organizaram um protesto em uma pequena vila do estado de Renânia, do Norte-Vestfália, coração industrial da Alemanha. Eles se opõem à expansão da mina de Garzweiler, que, vista de cima, parece uma imensa cicatriz parda no terreno. Essa mina produz linhita, conhecida como carvão marrom, um dos combustíveis fósseis mais poluentes do mundo. Aqui no Brasil, no Amazonas, a gente não pode nem explorar o potássio que tem no Amazonas porque está perto de uma área indígena; não é dentro, é perto — olhem só o disparate!

O problema da linhita não se limita à poluição. Com alto teor de água, ela tem baixo poder calórico e, portanto, é um dos combustíveis menos eficientes do mercado. Por isso, sua exploração é altamente destrutiva, exigindo escavação muito extensa e profunda para a extração de grandes quantidades do minério.

As minas de linhita assumem a feição de gigantescas crateras porque a sua expansão destrói tudo nas proximidades. Eu estou falando da Alemanha, de um país que fiscaliza, de um país que vive em cima da nossa Região Amazônica, dizendo que nós não podemos fazer nada. Essa mina alemã já engoliu mais de uma dúzia de vilarejos, igrejas centenárias, casas e rodovias que foram demolidas e se removeu o solo sobre o qual estavam construídas, terras agrícolas desapareceram e até cemitérios foram esvaziados — uma verdadeira devastação.

Não se trata, porém, de caso isolado. A linhita representa 45% da matriz energética do Estado alemão, com excedente exportado para a França e para a Holanda, dois

outros países que vivem a dizer o que nós não podemos fazer. Essa fonte extremamente poluente assim está presente em vários dos países que se dizem os mais preocupados com o meio ambiente e com o aquecimento global. A Alemanha continua sendo o maior consumidor de carvão da Europa e suas usinas a carvão estão entre as maiores emissoras de dióxido de carbono da região.

A expansão da mina foi contestada no Judiciário alemão. Não apenas foi mantida pela Alta Corte do Estado como se determinou a venda obrigatória — olhem só, a venda obrigatória! — das terras para a empresa que a explora. Embora reconheça, abro aspas, “os danos climáticos e ambientais inegáveis”, fecho aspas, causados pela mineração de carvão e pela geração de energia de carvão, o tribunal decidiu que as medidas de proteção climática não exigem a retirada imediata do carvão da matriz energética. Para que a mineradora tome posse da terra, basta que o fornecimento de lenhita ao mercado de energia esteja em risco.

Eles dizem que a gente não pode fazer nada e que eles não fazem...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Quando é colocada em risco a energia deles ou a alimentação, eles podem tudo e nós, no Brasil, na Amazônia continuamos não podendo fazer nada.

Quando é colocada em risco a energia deles ou a alimentação, eles podem tudo e nós, no Brasil, na Amazônia continuamos não podendo fazer nada.

Presidente, peço um minuto para encerrar, porque eu quero falar também dos Estados Unidos. Apertou a alimentação lá, olha o que os Estados Unidos fizeram, meu amigo Lucas, meu amigo Kajuru. A verdade é que as nações desenvolvidas — mesmo as que posam de defensoras da ecologia — esquecem essa postura sempre que se veem em dificuldades alimentares ou energéticas.

O governo dos Estados Unidos acaba de anunciar que, para ajudar no combate à crise alimentar, permitirá que produtores lá façam o plantio em terras ambientalmente sensíveis que foram reservadas para a conservação. É informação oficial. Isso é hipocrisia! O Brasil — e aqui eu vou me dirigir aos brasileiros e às brasileiras —, vocês não podem entrar nessa onda. Vocês não podem acreditar no que o Macron, no que a Greta, no que os artistas populares brasileiros vivem a dizer: que a Amazônia está sendo destruída.

Há pouco, aqui, o Eduardo Velloso, do Acre, que assume como senador, falou da preservação no Acre em 85%; no Amapá, do Lucas, passa de 90%; no Amazonas, meu Amazonas, passa de 90% a preservação ambiental e nós não podemos fazer nada! Sequer podemos explorar o potássio, que fica perto de Manaus, que vai dar 25 mil novos empregos, porque não deixam. Encontraram um resto de cerâmica indígena e a Justiça Federal deu liminar para proibir que se vá adiante com o potássio da Amazônia.

Portanto, mais uma vez e sempre, eu subo a esta tribuna para falar da hipocrisia que permeia o assunto amazônico. O Macron, a Greta, o Leonardo DiCaprio, a Gisele Bündchen, o Caetano Veloso e, por aí fora, falam do que não conhecem, falam do que não sabem. Eu estou aqui porque falo do que conheço...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... do que entendo, do que sinto e do que sofro. Vocês não podem ver daí. Se pudessem, veriam assustados o que eu tenho aqui, que é a mancha exatamente da exploração na Alemanha. Eles tiram simplesmente quem está na frente, vilarejos, igrejas, monumentos... Aqui, a gente não pode sequer encontrar um caco de artesanato indígena que não pode fazer nada. Muita hipocrisia.

Fica aqui o registro, presidente, deste senador do Amazonas que vai continuar, até o final de seu mandato, a chamar de hipócritas aqueles que podem tudo e não querem nos dar o direito de sobrevivência. A Amazônia, de que tanto se fala, que tanto se exalta, tem nove milhões de habitantes que não têm sequer condições de comprar uma cesta básica. No meu estado, segundo a Unicef, em 2017, último relatório, morreram 1.262 crianças ao nascer. Lá não se tem mais nem o direito de viver. Se depender dessa gente, nós não temos direito sequer à alimentação...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... Presidente, o meu registro é para que conste que este senador do Amazonas vai continuar chamando essa gente de hipócrita.

Obrigado, presidente.

REVISÃO DA LEI DO IMPEACHMENT SERVE PARA INTIMIDAR PARLAMENTARES

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 01/06/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhoras senadoras, senhores senadores, meu amigo Jorge Kajuru, há alguns meses, acho que não mais que dois meses atrás, eu fiz um pronunciamento desta tribuna, demonstrando a minha preocupação com a criação de uma Comissão para revisar a Lei do Impeachment. Eu externei minha preocupação e volto a fazê-lo.

Isso evidentemente trará mais problemas do que soluções. É que, de forma clara, ela embute motivação política. Visa, no meu entendimento, intimidar os parlamentares que querem investigar ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição é clara nos incisos I e II do art. 52. Confere ao Senado a competência privativa para processar e julgar autoridades como o presidente da República e o vice, os ministros de Estado e os ministros do Supremo Tribunal Federal, entre outras, no crime de responsabilidade.

Não tendo como alterar a Constituição, tenta-se agora mexer na legislação infraconstitucional para minar essa autoridade. A legislação em vigor define o que são crimes de responsabilidade e regula o processo de afastamento de autoridades como o presidente da República ou ministro da Corte.

Não tendo como alterar a Constituição, tenta-se agora mexer na legislação infraconstitucional para minar essa autoridade. A legislação em vigor define o que são crimes de responsabilidade e regula o processo de afastamento de autoridades como o presidente da República ou ministro da Corte.

O ministro do próprio Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski será o presidente dessa Comissão, que, é evidente, não tem função constitucional. Isso ocorre justamente num momento em que pedidos de impeachment estão formulados e podem ser analisados.

A verdade é que o Supremo Tribunal Federal é uma caixa blindada. Mas é verdade também que a população espera resposta de investigações relacionadas àquela Corte.

Como diz o senador Lasier Martins e como eu mesmo tenho reiterado a esta tribuna, ministros do Supremo são intocáveis, constituem uma casta olímpica, seguros em seus pedestais, sem controle de quem quer que seja. A verdade é que o Supremo Tribunal Federal é uma caixa blindada.

da. Mas é verdade também que a população espera resposta de investigações relacionadas àquela Corte.

Por omissão nossa, não conseguimos, até hoje, iniciar um processo de investigação e análise de um simples pedido de impeachment, diz o nosso querido senador Eduardo Girão. Na verdade, o exame dos pedidos de impeachment envolvendo ministros do Supremo por essa via, a abertura da caixa-preta, será saudável para a harmonia entre os três Poderes, o que hoje não existe.

Há uma observação importante, que pode até passar despercebida: no seu art. 377 e seguintes, como não poderia deixar de ser, o Regimento Interno do Senado Federal reproduz o disposto na Constituição e pormenoriza normas para exercer a competência nela definida. Detalhe fundamental consta do art. 379, ao dispor que em todos os trâmites do processo e julgamento, serão observadas as normas prescritas na lei reguladora da espécie. Fica claro que não tendo condições de rever a Constituição, ocorre agora um esforço para alterar essa lei reguladora, emasculando o legítimo processo legal.

A atual legislação pode datar de meados do século passado, mas é precisa e, com isso, pode representar ameaça para quem comete os crimes de responsabilidade nela definidos.

Com efeito, a Lei nº 1.079, de 1950, define à perfeição os crimes de responsabilidade de ministro da Corte. O seu texto prescreve o seguinte:

Art. 39 – São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

1 – alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal [é o que a gente vê constantemente];

2 – proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa [também];

3 – exercer atividade político-partidária;

4 – ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;

5 – proceder de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro de suas funções [o que ocorre muito no Supremo Tribunal Federal atual].

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) —
Eu já encerro, senhor presidente.

O que se pretende, portanto, é uma revisão dessa lei, o que pode cortar pela raiz qualquer tentativa de se abrir essa caixa-preta da cúpula do Judiciário.

O próprio ministro Lewandowski já declarou que muitos crimes previstos na Lei do Impeachment foram tipificados de forma vaga. Isso significa, segundo o ministro e ex-presidente do Supremo, que há facilidade para se protocolar o pedido e ausência de consequências em caso de arquivamento, além de falta de contraditório e ampla defesa.

O resultado desse trabalho, e eu concluo, de atualização, abro aspas, “deve ser um anteprojeto de lei. Ao ser protocolado por um senador, passará a tramitar no Congresso. O objetivo está escancarado”, fecho. Para mim está escancarado e essa Comissão não deveria prosperar.

Obrigado, senhor presidente.

O PAPEL DO LEGISLATIVO BRASILEIRO NA BUSCA DO BEM COMUM

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 02/06/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhoras senadoras, senhores senadores, a gente fala tanto da ineficiência do Parlamento, e há críticas absurdas ao Parlamento, mas há coisas boas que a gente tem que registrar, como, por exemplo, as de hoje, o piso salarial de enfermagem, a questão do professor de Educação Física, que são coisas importantes no Parlamento. E eu quero aqui citar duas coisas que nós, no ano passado, fizemos aqui no Parlamento e que se tornaram leis: a lei da autonomia do Banco Central; e aquela lei, Eliziane, que coloca na grade transversal do ensino brasileiro o tema da violência contra a mulher.

... eu acredito que a evolução educacional é muito mais valiosa do que qualquer outro tipo de evolução.

A tarefa de legislar não é fácil. Os legisladores devem levar a sério esse exercício que significa colaborar ao máximo com a sociedade. Isto é o que diz o Jurista Carlos Maximiliano, que o legislador deve limitar-se ao que a sociedade necessita, pois, como representante do povo, cumpre o papel de espelho da realidade social ao ajudar na busca do bem comum.

E eu sinto-me gratificado neste papel e sou daqueles políticos que sentem orgulho de ser político, e não vergonha. Especialmente, um político gratificado por ter merecido o apoio dos senadores e deputados para dois projetos que, acredito, alcançam grande importância para o Brasil.

Refiro-me aqui à Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que inclui a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e também à Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, que define os objetivos do Banco Central do Brasil, dispondo sobre sua autonomia e sobre a nomeação e exoneração de seu presidente e seus diretores.

Ao apresentar esses projetos, estava, e estou, convencido de sua correspondência com os anseios dos brasileiros. É evidente que precisamos combater a violência contra a mulher, e não apenas punindo, mas também prevenindo, educando. Daí eu ter trazido, de Manaus, como vereador de Manaus, esse objetivo, porque eu acredito que a evolução educacional é muito mais valiosa do que qualquer outro tipo de evolução.

Da mesma forma, a estabilidade econômica, missão do Banco Central, é indispensável para o crescimento econômico com geração de emprego e renda. É reconfortante quando podemos observar resultados concretos das normas que propomos..

Da mesma forma, a estabilidade econômica, missão do Banco Central, é indispensável para o crescimento econômico com geração de emprego e renda. É reconfortante quando podemos observar resultados concretos das normas que propomos

Registro aqui o desempenho do Banco Central do Brasil no primeiro ano de vigência das normas que lhe garantem autonomia e, portanto, independência.

Em 2021, presidente Veneziano, o Banco Central registrou o lucro de R\$85,9 bilhões, um recorde de todos os tempos. De acordo com o próprio Banco Central, o resultado positivo, com reservas internacionais e derivativos cambiais, totalizou R\$14,2 bilhões no ano. Isso constitui uma demonstração da confiança no mercado financeiro, sabidamente sensível e arisco. E, ainda segundo a instituição, o valor é destinado à constituição de reserva de resultado do patrimônio líquido do Banco Central.

O Banco Central informou também que R\$71,7 bilhões restantes foram transferidos ao Tesouro Nacional, conforme previsão em lei. Esse repasse representa um importantíssimo reforço para o orçamento público no momento em que ainda arca com o elevadíssimo custo social da pandemia da covid-19 e com seu impacto sobre a arrecadação.

Em 2020, devido à pandemia da covid, o Conselho Monetário Nacional havia autorizado o BC a fazer um repasse excepcional ao Tesouro Nacional, a fim de ajudar no pagamento da dívida pública. O aporte foi necessário porque o Governo elevou os gastos públicos para combater os efeitos da pandemia naquele ano...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... o que aumentou a necessidade de emissão de títulos em um momento de volatilidade no mercado financeiro.

Esse movimento salutar, porém, não se confunde com o resultado da estabilidade proporcionado pelo Congresso ao Banco Central. De acordo com o Departamento de Contabilidade, Orçamento e Execução Financeira do Banco Central, a transferência — e aqui é onde está o resultado positivo, presidente, da autonomia do Banco Central — de R\$71,7 bilhões feita ao Tesouro, em março, não é excepcional nem relacionada à pandemia. O repasse faz, agora, parte da operação normal do Banco Central em decorrência de seu novo quadro institucional, pautado pela autonomia e pela estabilidade.

Fica aqui, portanto, o registro da importância do papel do Legislativo brasileiro na busca do bem comum para o qual fomos eleitos.

Faço esse registro, Presidente, para falar ao brasileiro, para falar à brasileira que não se deixem levar por aquela pecha...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... de que o Congresso, a Câmara Municipal ou a Assembleia são desnecessários. Não o são! Aqui nós fazemos leis, e boas leis; discutimos assuntos pertinentes, como hoje, por exemplo, volto a repetir, a questão do piso salarial da enfermagem e a questão dos professores de Educação Física. E, ainda, estou mostrando aqui que este Senado aprovou a autonomia do Banco Central, cuja estabilidade e segurança jurídica trouxeram lucros absurdos, e quem lucra com isso é o povo brasileiro, bem como colocar na grade transversal do ensino brasileiro o tema da violência contra a mulher. Isso foi feito pelo Senado.

Obrigado, presidente.

INTENSIFICAÇÃO DE PIRATAS NOS RIOS DO AMAZONAS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 06/07/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senador Rodrigo Pacheco, senhoras senadoras e senhores senadores, temos abordado, desta tribuna, gravíssimos problemas da Amazônia, como, por exemplo, a pobreza endêmica, que a torna um dos piores lugares para ser criança — dito isso, no relatório do Unicef, de 2017. Também, a cobiça internacional, o desmatamento, o garimpo irregular, invasões, desmatamentos e queimadas. Agora, porém, surge um novo problema: a intensificação da pirataria nos nossos rios.

Apenas nos quatro primeiros meses deste ano, esses piratas já realizaram quatro abordagens e assaltos a embarcações que transportam cargas e combustíveis nos rios do Amazonas, em particular.

Essas quadrilhas organizadas levaram, apenas em gasolina e óleo diesel, mais de 1,5 milhão de litros. Esses números constam no levantamento feito pelo Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma), e escancaram a alarmante situação em que se encontra a falta de segurança do transporte entre os municípios do interior do meu estado.

É bom lembrar que esses combustíveis por lá não são utilizados para carros de passeios, mas principalmente para abastecimento de postos e para as usinas geradoras de energia a diesel.

É um problema a mais para a nossa população, que depende do diesel para ter acesso à eletricidade e, assim, utilizar geladeiras, televisão e até lâmpadas.

Os ataques dos piratas nos rios não são uma novidade. Novidade é a sua intensificação, presidente. Ainda de acordo com o Sindarma, a situação é mais alarmante se comparada aos números do ano passado, quando, nos 12 meses, foram registradas oito ocorrências.

Cito aqui palavras do presidente do Sindarma, o Galdino Alencar, abro aspas: “Em apenas quatro meses, já chegamos na metade das ocorrências do último ano e ainda nem estamos na época mais crítica, quando os rios estão mais secos, e a navegabilidade fica prejudicada em vários trechos, que é a facilitação dos piratas”.

A gente faz esse registro aqui, presidente, para trazer para a população brasileira mais um dado sobre a Amazônia. A Amazônia é um tema tão atual, um tema que permeia muita hipocrisia e a atenção sempre é voltada para uma única coisa só: o desmatamento. Aqui se ignora a população da Amazônia, ignoram-se os reais perigos que corremos e

A Amazônia é um tema tão atual, um tema que permeia muita hipocrisia e a atenção sempre é voltada para uma única coisa só: o desmatamento. Aqui se ignora a população da Amazônia, ignoram-se os reais perigos que corremos e que vivemos, e não temos ajuda e atenção para isso.

que vivemos, e não temos ajuda e atenção para isso. E quando aqui a gente fala — e aqui se fala muito — em emprego, em desemprego e em fome, alguns já devem até estar achando que é exagero quando eu venho a essa tribuna sempre falar quando se quer mutilar a Zona Franca de Manaus. É comum para a gente, é tecla do piano, a mesma tecla a gente defende 110 mil empregos quando se trata de Zona Franca. E a Amazônia, essa imensidão desconhecida para o brasileiro... E você, brasileiro, tem que tentar entender... Primeiro, reconhecer que não entende de Amazônia para depois fazer julgamento. Quem sabe se assim um dia você vai deixar de dar razão para o Leonardo de DiCaprio, para o Macron, e dar razão a quem verdadeiramente conhece e vive os problemas da Amazônia.

Eu vou dar exemplos aqui, presidente, e encerro o discurso.

O que mais alarma é a dimensão...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... das quadrilhas de piratas. No maior dos roubos registrados este ano, um grupo de 28 assaltantes invadiu uma embarcação no município de Manicoré, no dia 28 de janeiro, e transferiu para suas embarcações ilegais 1 milhão de litros de óleo diesel. Agiu com violência, mantendo a tripulação refém por dois dias, sob ameaças físicas. A violência tem sido a marca desses piratas. Em outro assalto, nos primeiros dias deste ano, na região de Itacoatiara, além de levarem quase 500 mil litros de combustível, os criminosos navegaram com a tripulação presa na cozinha da embarcação até as proximidades do município de Borba, a mais de 200 quilômetros, onde as vítimas conseguiram registrar boletim de ocorrência.

Mas ainda há registro de mortes, e é o caso da morte em combate. Em novembro passado...

Eu peço um minuto, presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — O Comando do Distrito Naval notificou um tiroteio que acabou com a morte de um oficial. Além disso, foram baleadas outras quatro pessoas, um outro militar e três tripulantes da embarcação que estava sendo abordada pelo navio-patrolha.

A pergunta que fica... E eu devo adiantar que aqui não tem um senador coitadinho. Nós não somos pobres coitadinhos. Nós precisamos, sim, da atenção do mundo proporcional à atenção que nos chamam, que nos chamam e que se valem sempre da Amazônia para arrecadar dinheiro, para falar em desmatamento, para denegrir sempre a imagem, como se nós, amazônidas, não tivéssemos condições de tomar conta da Amazônia.

Amazônia, 56% do território nacional; apenas 10% da população. No meu estado, senadora, o Amazonas, um estado riquíssimo, 47% da população vive abaixo da linha de pobreza.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Falando do relatório do Unicef, 9 milhões de residências, na Amazônia, não têm condições de comprar uma só cesta básica. E o discurso é feito para isto, para chamar a atenção de que nós precisamos de ajuda, de cooperação, de parceria, sim, que nos ajudem a fazer, e não dizer o que nós devemos fazer. O que nós devemos saber nós sabemos. Precisamos, sim, de companheirismo e de ajuda.

Obrigado, presidente.

AS COMPRAS CAMUFLADAS DE TERRAS NA AMAZÔNIA POR ESTRANGEIROS

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 07/07/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Rodrigo Pacheco, senhoras senadoras e senhores senadores, enfim, ontem, o senhor leu — e o Senado Federal se prepara para instalar — a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar o desmatamento e também a ação das ONGs na Amazônia. E agora temos a missão de examinar casos que nos chocam, como o que acaba de chegar ao meu conhecimento de uma empresa do setor madeireiro — não é uma ONG, mas é uma empresa do setor madeireiro — que resulta de ação de empresa estrangeira instalada em imensa área nos municípios de Pauini e Boca do Acre, divisa do estado do Amazonas com o Acre. Essa área está registrada como Fazenda Macapá. Senadora Margareth, essa área é tão grande, são 190.210 quilômetros quadrados, ou seja, duas vezes e meia o município de São Paulo, quase duas vezes e meia o município do Rio de Janeiro. Essa é a área comprada por uma empresa espanhola com laranjas brasileiros. Seria e é três vezes o tamanho do município de Salvador e seis vezes e meia o tamanho de Fortaleza.

Tenho documentos, que já são do conhecimento do Inbra, que mostram ser uma empresa do setor madeireiro que é a Agrocortex, do grupo espanhol Masaveu, e que apresenta informações truncadas quando indagada se é dona da Fazenda Macapá, ou seja, tentam esconder. Não resta dúvida de que essa empresa participa da exploração dessa área, mas, em um processo de fiscalização do Inbra do Amazonas, a empresa espanhola alega ser apenas sócia minoritária da empresa brasileira que seria a proprietária da fazenda. Há razões para termos convicção do contrário.

Em declaração a uma plataforma internacional de certificação de crédito de carbono, a Agrocortex afirma ser dona da Fazenda Macapá, ou seja, aqui no Brasil, negam e, lá fora, quando dão entrevistas, se gabam de ser dona dessa fazenda. Com isso, a empresa se credencia a vender créditos de carbono no mercado internacional. Já corre no Inbra processo para apurar a exploração da terra por um grupo de capital estrangeiro sem autorização, ultrapassando os limites legais e constitucionais de compra e exploração.

E essas contradições é que reforçam a suspeita de que estejam ocorrendo compras camufladas de terras brasileiras por empresas estrangeiras com interesse no bioma amazônico. Isso a gente mostrou aqui da tribuna em relação a uma empresa chamada Opção Verde, que comprou imensa área de terra em Coari, mas a empresa — a ONG, na

realidade — é comandada por holandeses.

O que a gente quer aqui, presidente, ao agradecer a leitura e a incorporação dos dois requerimentos da CPI, é dizer ao povo brasileiro, principalmente, porque, quando a gente fala de Amazônia, precisa, principalmente, dirigir-se ao povo brasileiro para que, depois, a gente possa ir ao estrangeiro, que é uma missão mais difícil, mas a daqui também não é fácil: conscientizar o brasileiro do que é a Amazônia.

Essa CPI, chamada ontem pelo presidente Rodrigo Pacheco de CPI do Desmatamento, na realidade, é a CPI das ONGs, porque, no meu requerimento, fala-se muito mais do assunto ONGs do que do próprio desmatamento, que também será investigado. E nós vamos partir dessas denúncias, que têm também, senadora Maria — permita-me chamá-la só de Maria, que é um nome belíssimo —, a senadora Maria, que acaba de chegar aqui conosco... Apurar denúncias...

Eu tenho, em minha mão, senadora Zenaide, parte de uma ata do Tribunal de Contas da União. O ministro Vital do Rêgo auditou 23 contratos de ONGs com o governo federal. Dezoito têm problemas, todos eles têm os mesmos problemas e o problema que chama mais atenção é a distribuição do dinheiro arrecadado: 85% é distribuído entre a direção dessas ONGs, entre o diretor e o secretário, 85% de tudo que arrecadam. Tem gente lá que ganhou R\$7 milhões, R\$2 milhões, R\$5 milhões. Não prestam conta e recebem uma nova parcela. Estamos falando do Fundo Amazônia. Então, há muito o que desvendar.

A senhora, que é do Acre, eu vi ontem dizer que é lá do Vale do Juruá, eu sou do Vale do Juruá, sou de Eirunepé, já vizinho, lá quase perto de Cruzeiro... A gente vai investigar e eu tenho absoluta convicção e certeza de que essa caixa-preta vai mostrar muitos desmandos, muitas compras, porque há um plano internacional — isso não é xenofobia, não é fantasia —, há um plano colocado em prática já há muito tempo por grandes fundos internacionais que financiam as ONGs para comprar áreas de terra na Amazônia, para fazer um cinturão verde e isolar o que eles querem isolar. Então, a gente precisa, antes que isso se consuma — porque está sendo consumado —, impedir. E a CPI das ONGs veio em boa hora.

Obrigado.

AS MENTIRAS SOBRE A DESERTIFICAÇÃO NA AMAZÔNIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 10/08/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhora senadora, senhores senadores, a cada momento encontramos previsões catastrofistas a respeito da nossa Amazônia, e como amazônida, eu estou aqui sempre a falar da nossa realidade para aqueles hipócritas que não conhecem

... a cada momento encontramos previsões catastrofistas a respeito da nossa Amazônia, e como amazônida, eu estou aqui sempre a falar da nossa realidade para aqueles hipócritas que não conhecem e fingem conhecer...

e fingem conhecer — divulgações como as que acabam de ser publicadas em um periódico norte-americano, o *Nature Climate Change*. Nesse texto, garante-se que a Amazônia se aproxima de uma virada irreversível, em que 50% de seu volume florestal está perto de virar uma grande savana, tudo devido a ações humanas que acabam por agravar potencialmente o problema do

aquecimento global. Chega-se aí previsivelmente à afirmativa de que essa transição traria grande prejuízo à biodiversidade ao mudar completamente padrões meteorológicos regionais e acelerar de forma dramática as mudanças climáticas já nas próximas décadas.

Não é exatamente uma novidade. A ideia de que a Amazônia estaria se transformando em um areal circula desde os anos 40 do século passado, numa tese conhecida como a “desertificação da floresta”. Publicaram em um encontro de cientistas que a Amazônia, em 2010, seria um grande areal. Estamos em 2022, e os cretinos não reconhecem que estavam errados. Embora se fale nisso há aproximadamente 80 anos, até hoje não houve nenhum fato concreto nesse sentido, e nem um só palmo de terreno em toda a Amazônia se tornou areal.

Há menos de um mês, surgiu outra tese, um concorrente nessa área aí: o Relatório Anual do Desmatamento, lançado pelo projeto MapBiomas, assegura que na Amazônia — olha só — o ritmo de derrubada de floresta chegou a 1,9 hectare por minuto, que equivale a cerca de 18 árvores por segundo.

Eles divulgam lá fora que nós derrubamos 18 árvores por segundo. Isso no balanço de 2021. Qual a fonte desse estudo? Um mapeamento de mudanças na vegetação do território brasileiro, a partir da colaboração de universidades,

Embora se fale nisso há aproximadamente 80 anos, até hoje não houve nenhum fato concreto nesse sentido, e nem um só palmo de terreno em toda a Amazônia se tornou areal.

ONGs e empresas de tecnologia. O ator Leonardo DiCaprio é que fez a divulgação disso.

Fazendo as contas rapidamente, a gente percebe que esses números são duvidosos. Segundo ele, a cada hora o Brasil perdeu 189 hectares de vegetação nativa ao longo de 2021. A marcha acelerada somou 16.557 quilômetros quadrados de desmate no último

ano, equivalente a quase três vezes a área do Distrito Federal. O valor seria 20% superior ao de 2020. Então, olha só: 18 árvores por segundo vão dar quase 600 milhões de árvores por ano, o que é um absurdo, o que é uma mentira. Mas a mentira continua sendo apregoada. Os atores, os cretinos, os hipócritas continuam divulgando que nós, brasileiros, que nós, amazônidas, não sabemos tomar conta da Amazônia. Sabemos e tomamos conta muito bem. Nós sabemos como conviver com a natureza, mais do que ninguém. Repito: a partir desse cálculo, constataríamos que representaria uma derrubada de 567,648 milhões de árvores em um ano, já que a densidade comprovada da vegetação da Amazônia é de 556 árvores por hectare.

O que eu quero, mais uma vez, com este discurso, é dizer a você, brasileiro, a você, brasileira: não acreditem nessas mentiras, não aceitem a pecha de vilão, não aceitem a pecha de bandido. Nesse filme que eles apregoam, querem que nós assumamos a condição de bandidos, e nós não somos bandidos. Eu não sou bandido! Você não é bandido!

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Bandido é quem saqueia, é quem explora a Amazônia; bandido é quem explora o Brasil; bandido é quem usa de artimanhas falsas para tirar dinheiro de quem menos entende; bandido é quem saqueia o Brasil e a Amazônia desde o tempo colonial. Não somos nós; nós a preservamos.

Obrigado, presidente.

... os hipócritas continuam divulgando que nós, brasileiros, que nós, amazônidas, não sabemos tomar conta da Amazônia. Sabemos e tomamos conta muito bem. Nós sabemos como conviver com a natureza, mais do que ninguém.

ONGS QUE PREGAM O FIM DO MUNDO NA FLORESTA PARA GANHAR DINHEIRO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 18/10/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, no momento em que o país ferve, eu peço perdão, peço desculpas, mas eu tenho que falar da Amazônia. Tenho mais uma vez que falar da Amazônia, porque a cada momento encontramos previsões que dizem que a Amazônia vai acabar.

A última agora — de um periódico inglês — foi a de que a Amazônia vai perder 50%; que vai novamente se tornar um deserto. Isso não é novidade. Desde os anos 40, a gente ouve isto: que a Amazônia se tornaria, dentro de dez anos, um tremendo areal. Nenhuma dessas previsões foi concluída, foi constatada ou se realizou.

E agora, senador Arns, uma ONG, que eu combato tanto aqui, resolve colocar no seu site, bem grande, que a próxima ou as próximas epidemias podem começar na Amazônia. E lá no teor, no conteúdo, dizem que é porque estão desmatando, que é porque, se desmatarem, vai acabar, o mundo vai sofrer, vai ter epidemia. E essa ONG é do Amazonas. Essa ONG é lá do Amazonas: é a Fundação Amazônia Sustentável. É a mesma ONG que recebeu, em 2018, em 2017, R\$50 milhões do Fundo da Amazônia. Dois programas chamados Bolsa Floresta; o primeiro recebeu R\$19 milhões, e o segundo, R\$31,518 milhões. Para fazerem o quê? Para fazerem o quê? E é essa ONG... Vejam bem. Quando eu peço aqui a CPI das ONGs, quando eu falo muito de Amazônia, é exatamente alertando para esse perigo, para essa hipocrisia que permeia o meio quando se fala de Amazônia. O que esse imbecil quer dizer? O superintendente da Fundação Amazônia Sustentável quer dizer o quê? “Babacas, cidadãos europeus, americanos, mandem dinheiro para cá, porque, senão, a Amazônia vai acabar e vai ter epidemia para vocês, mandem dinheiro para nós que a gente cuida da Amazônia!”

E o pior, senador, é que tem gente que acredita nisso! O pior é que tem brasileiro, que tem brasileira que acredita nisso! Você brasileiro e você brasileira não podem acreditar nesses picaretas! Vocês não podem acreditar que a Amazônia vai ser responsável, Chico, pela próxima epidemia! Isso é irresponsabilidade! Isso é de gente que está acostumada a pegar dinheiro e a ficar com o dinheiro em nome da Amazônia.

E sobre essas previsões de que a Amazônia...

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP–TO) — Senador...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Concedo-lhe já um aparte, senador.

E sobre essas previsões de que a Amazônia vai se tornar areal ninguém cobra depois. Eu já mostrei aqui um encontro de cientistas dizendo que, ainda em 2010, a Amazônia seria um tremendo areal. Passou, e ninguém cobra, ninguém chama esses imbecis para cobrar. E você tem o mau brasileiro e a má brasileira acreditando nisto: que nós somos bandidos, quando, na realidade, nós deveríamos ser os mocinhos.

Eu concedo um aparte, senador.

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP–TO. Para apartear.) — Senador, é um grande prazer apartear-lo e compartilhar com Vossa Excelência a indignação por essas besteiras que falam da Amazônia. Pessoas que não sabem diferenciar uma jaca de uma melancia ou uma jaca de uma laranja é que ficam falando sobre a Amazônia.

A Amazônia, meus irmãos — primeiro, é preciso entender —, é uma bacia diferenciada, é uma bacia fechada. Nós temos, pelo lado sudeste, o escudo central brasileiro...

(Soa a campanha.)

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP–TO) — ... que dá na média de 800 metros a 700 metros de altitude. Pelo lado oeste ou sudoeste; aliás, nordeste... É noroeste, aliás, perdoem-me. Ali, nós temos a Cordilheira dos Andes. Pelo lado norte, nós temos a Cordilheira do Tumucumaque. Então, a Amazônia é uma bacia fechada.

Existe uma possibilidade, sim, de a Amazônia secar: se, um dia, derrubarem a Cordilheira dos Andes ou se o mundo começar a virar ao contrário, no sentido anti-horário. É a única possibilidade, porque a Amazônia é uma bacia fechada. Enquanto o mundo girar no mesmo sentido e o Equador for Equador, nunca vai deixar de existir chuva na Amazônia. Nós temos que entender que a Floresta Amazônica é um presente da chuva.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP–TO) — ... Da floresta. As pessoas falam sobre a Amazônia sem conhecer, sem saber; fazem média, querem tirar dinheiro, querem achar algum dinheiro fazendo de conta que estão defendendo a Amazônia. Na verdade, são pessoas contra o Brasil. A própria imprensa mente muito, a grande imprensa mente muito sobre isso.

Senador, nós vemos, por exemplo, as tradições amazônicas do roçado, essas coisas, de que eles não entendem nada e falam em milhares de focos de incêndio no tempo das queimadas. A maioria absoluta, 90%, dos focos de incêndio é queimar 10 metros para não queimar 10 mil metros, para que o fogo não se estenda. Então, se fala muito da Amazônia sem conhecer nem onde ela fica do mapa. Na verdade, é isso aí.

Eu sou um caipira paulista, mas que, desde a minha adolescência, resolvi ser um amazônida. Amo a nossa terra, esse norte brasileiro...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP–TO) — ... Vivendo naquela região. Então, existe muita denúncia falsa, muita mentira de quem não conhece a Amazônia.

Existem duas possibilidades, senador Omar, de acabar a chuva na Amazônia, sim: se o mundo começar a girar ao contrário, no sentido anti-horário, ou se derrubarem a Cordilheira dos Andes. Do contrário, nunca vai acontecer. Isso é impossível geologicamente!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Obrigado, senador Guaracy. O seu aparte faz parte agora do meu discurso, de quem conhece a Amazônia e de quem gosta da Amazônia.

Eu não tenho condições de avaliar o que foi feito com o dinheiro da Fundação Amazônia Sustentável, com o que se gastou essa dinheirama, porque, segundo o próprio BNDES, esses projetos não prestam contas. Eles recebem dinheiro, todo esse dinheiro, senador Chico Rodrigues, e não prestam contas; não dizem o que fizeram com o dinheiro; recebem a segunda parcela sem terem prestado contas da primeira. É por isso que nós precisamos, presidente Rodrigo, realmente instalar a CPI que vai investigar as más ONGs.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Nós precisamos abrir essa caixa-preta. Nós não podemos, quando nós temos 9 milhões de lares — eu não digo de pessoas, mas de lares — na Amazônia que não têm condições de comprar uma cesta básica. No Amazonas, morrem mais de mil crianças antes de completarem um ano. A Amazônia, segundo o Unicef — olhem só, quem diz é o Unicef —, é o pior lugar do planeta para as crianças viverem. É a Amazônia, porque esses crápulas, esses hipócritas não ligam para quem está embaixo dessa floresta, não ligam para o caboclo, não ligam para o caboclo que não tem renda. O caboclo não tem renda para comprar; precisa do sal, precisa do açúcar, precisa do óleo e não tem renda. E eles

pegam o dinheiro, como já está comprovado... Já está comprovado: um ministro do TCU já provou...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... Apresenta o mesmo problema: falta de prestação de contas. Precisamos abrir essa caixa-preta!

Presidente, o que a gente quer e o que a gente pede, senadores e senadoras, é que nós possamos realmente, conforme o compromisso do nosso presidente, instalar a CPI depois da eleição.

E o que nós podemos ver — e eu encerro, presidente Rodrigo — nesses pretensos estudos que apontam a Amazônia se acabando é a fragilidade dos dados, a aposta em investimentos feitos por intermédio de entidades que nós não conhecemos, que pregam o fim do mundo, que pregam o fim do planeta.

E você brasileiro e você brasileira não podem, não devem aceitar a pecha de vilão! Bandido é quem explora a Amazônia! Bandido é quem ganha dinheiro e não liga para quem mora embaixo da floresta! Bandidos são eles e não nós!

Senhor presidente, o seu compromisso está vindo em boa hora. Depois das eleições, a CPI das ONGs vem aí, e a gente vai poder separar o joio do trigo.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — É o que nós vamos fazer.

Obrigado, presidente.

ALGUNS INTEGRANTES DO STF SÃO RESPONSÁVEIS PELA INSTABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 08/11/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, hoje eu vou extrapolar um pouquinho o tempo, os três minutos, devo chegar aos cinco minutos, porque eu não posso, não devo — sob pena de a história não me perdoar —, após essas eleições, deixar de expor a posição clara, cristalina de um senador do Amazonas, para dizer o que pensa a respeito do que houve: o desrespeito aos Três Poderes.

A campanha eleitoral e a gravidade de muitos incidentes ocorridos durante o seu desenrolar nos trouxeram uma lição de grande importância: não se trata mais de saber quem ganhou ou quem perdeu. Uma constatação mais forte do que essa se impõe é a seguinte: precisamos reconstruir o sistema dos Três Poderes no país.

Se vivemos momentos de grande turbulência, isso se deve a distorções ocorridas no exercício das prerrogativas constitucionais e a uma série de atos que claramente fraturaram o equilíbrio entre os Três Poderes e colocaram em risco a democracia.

Se vivemos momentos de grande turbulência, isso se deve a distorções ocorridas no exercício das prerrogativas constitucionais e a uma série de atos que claramente fraturaram o equilíbrio entre os Três Poderes e colocaram em risco a democracia.

Podemos listar aqui essas distorções. Começam pelo desrespeito aos limites previstos para o exercício dessas prerrogativas e seguem pelo aparelhamento dos tribunais, as medidas tomadas para calar ou para comprar a mídia, as restrições às liberdades civis.

Esse risco da destruição da ordem jurídica foi exposto, em artigo, pelo professor Carlos Alberto Di Franco, que é um jurista liberal e um dos maiores estudiosos da liberdade de imprensa no Brasil. Ele constata que esse risco:

“[...] no Brasil de hoje é visível a olho nu e, reitero, está sendo causado pela conduta de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, que é — ou deveria ser — o principal responsável pela garantia do cumprimento e da estabilidade do ordenamento jurídico” [fecho aspas].

E eu completo: esses ministros, senhores e senhoras, foram responsáveis, isso sim, pela instabilidade do ordenamento jurídico, e não é de hoje que esse fato ocorre. Não é de hoje, também, que eu me dedico a combater esse risco de instabilidade. Lembro aqui,

permitam-me, que, no dia 19 de março de 2019, com mais 29 senadores, apresentei proposta de emenda à Constituição que estabelece um mandato fixo e temporário para ministro da Suprema Corte. Pela proposta, os mandatos de ministro do Supremo Tribunal serão de oito anos, vedada a recondução. A medida, evidentemente, não atinge a atual composição, portanto não pode ser interpretada como ato hostil a eles.

Essa proposta de emenda à Constituição segue legislação de países europeus, como Alemanha, Itália, Portugal e França, além de países da América Latina. Isso vai evitar, no meu entendimento, modificações súbitas de entendimentos relativos à jurisprudência já consolidada e consequente insegurança institucional.

O atual Supremo Tribunal Federal criou a nova figura legal que eu chamei daqui, e repito, o cavalo de pau jurídico, aquelas mudanças repentinas na jurisprudência estabelecida por conta do humor de um ou de dois ministros, o que é suficiente para mudar tudo o que se fez no país.

Não há, aí, ao contrário do que ocorreu no período eleitoral, um conflito entre Poderes; ao contrário, reconhecemos todos que o cumprimento estrito do art. 2º da Constituição, aquele que define os Poderes da União e os classifica como independentes e harmônicos entre si, representa a garantia da institucionalização do regime democrático e, em consequência, a prevenção de aventuras que tragam perigo a essa mesma democracia pela qual tanto lutamos.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Vamos reconhecer: nesses últimos tempos, os Poderes da nossa República não foram independentes e, principalmente, não foram harmônicos.

Vou repetir o que já disse aqui desta tribuna: o inciso II do art. 52 da Constituição dispõe que: “Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade”. Temos dezenas de pedidos de impeachment envolvendo ministros do Supremo. Nenhum foi examinado seriamente. Votá-los? Nem pensar. Portanto, estou aqui — e me desculpem — cobrando que o Senado faça a sua parte.

Vale a pena aqui ler o que diz o art. 39 da Lei nº 1.079, de 1950, que define à perfeição os crimes de responsabilidade de ministro da corte. E você, brasileiro, você, brasileira, podem tirar as suas conclusões...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... porque eu vou ler aqui o art. 39:

Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

I – alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal [isso a gente vê constantemente, a mais recente foi uma ministra];

II – proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa [hoje tem ministro denunciando, julgando e condenando];

III – exercer atividade político-partidária [o que se vê é ministro sendo partidário];

IV – ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo [está cheio deles fazendo isso];

V – proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções [e eu posso citar aqui, pelo menos, três ministros que podem ser enquadrados em todos esses artigos].

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Vou terminar, agradecendo a sua paciência.

A essa sequência de violações somam-se outras, que decorrem de práticas abusivas causadas por distorções nas normas internas dos tribunais superiores. Foi assim — olha só, senador — que o Supremo Tribunal Federal encontrou, no início do ano — portanto já está defasado —, nada menos do que 377 julgamentos suspensos por pedidos de vista dos ministros.

É uma distorção tremenda! E eu vou citar aqui pedidos de vista antigos de três ministros: Roberto Barroso tem um pedido de vista que já vai completar seis anos; Alexandre de Moraes vai completar um pedido de vista de dois anos; e o ministro Fachin, de quase dois anos.

Pasmem, e eu encerro, julgamentos parados por pedidos de vista...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... Alexandre de Moraes, 53 pedidos de vista em aberto; Roberto Barroso, 43 pedidos de vista em aberto; Edson Fachin, oito pedidos de vista em aberto.

Aqui, quando a gente faz pedido de vista, nós cumprimos a lei! O que dizer de um tribunal responsável para fazer cumprir a lei que não cumpre a sua própria lei?

Portanto, estou fazendo isso e repito, finalizo reafirmando que o Senado e os senadores, nós temos de agir, motivos não faltam. Motivos não faltam e eu citei aqui. Nós temos essa prerrogativa, a população brasileira nos cobra uma ação e uma atitude.

Portanto, o pedido que faço, a cobrança que faço, a relembração que faço aqui é a de que nós, senadores, estamos no dever moral de fazer cumprir a Constituição e colocar determinado ministro em seu lugar, botar um freio no Supremo Tribunal Federal, que pode muito, mas não pode tudo.

LUPA NO FUNDO DA AMAZÔNIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 09/11/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Obrigado, senador Veneziano, sempre compreensível.

Senhores e senhoras senadores, enfim, nos quatro anos, eu vou discordar uma vez do meu amigo Kajuru. Eu não chamo de golpista quem vai à rua protestar e, muito menos, de imbecil, como o ministro do Supremo chamou senhores idosos, senhoras, crianças. Chamou de imbecis, porque estão protestando. É da democracia quem perdeu reclamar. Isso é democrático. Então, eu estou discordando, meu Kajuru, depois de quatro anos de convivência.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, já na segunda-feira posterior ao segundo turno, um secretário do ministério alemão se apressou em dizer que iriam voltar a financiar o Fundo Amazônia:

Noruega e Alemanha; ele se apressou em dizer que voltariam. E, como se trata do investimento não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção da conservação do uso sustentável da Amazônia, eu, da Ama-

... sou um crítico ao Fundo Amazônia, mas a gente tem que entender que é dinheiro, verba que vai entrar na Região Norte, na Amazônia. Por isso mesmo, precisamos acompanhar e monitorar mais de perto e mais responsabilmente esses investimentos.

zônia, volto a falar: sou um crítico ao Fundo Amazônia, mas a gente tem que entender que é dinheiro, verba que vai entrar na Região Norte, na Amazônia. Por isso mesmo, precisamos acompanhar e monitorar mais de perto e mais responsabilmente esses investimentos. E eu digo o porquê da minha preocupação.

A medida, como falo, é positiva. Significa o ingresso de recursos, mas, olha só, de acordo com a nota técnica do BNDES encaminhada ao Senado, atendendo a pedido de informações meu — eu pedi para me dizer quanto foi, como foi e para onde foi —, desde a sua criação, em 2008, até 2019, a informação foi em 2019, o Fundo Amazônia tinha doado ao país US\$1,288 bilhão. Por isso, eu digo que devemos acompanhar para não acontecer o que vem acontecendo, e eu digo aqui o porquê da minha preocupação.

Olha só! Uma só ONG recebeu R\$16 milhões, abro aspas: “[...] para o fortalecimento da gestão territorial e ambiental de terras indígenas”, fecho aspas. Foram R\$16 milhões. Outra recebeu R\$31,6 milhões para apenas dois projetos em unidades de conservação. Eu estou dando só dois exemplos. O da Amazônia recebeu R\$54 milhões. Sa-

bem quantas pessoas foram atingidas? A Amazônia tem, mais ou menos, 25 milhões. O Fundo Amazônia atingiu 167 mil pessoas, de 25 milhões de pessoas. Não foi falta de dinheiro; é o dinheiro mal-empregado, presidente Veneziano. É isso que eu quero acompanhar de perto. Por isso que eu pedi e estou cobrando a instalação, ainda, da CPI das ONGs, para investigar essa gente.

A Noruega é boazinha, deu R\$2 bilhões, e exige... Brasileiro, brasileira, só no Pará, há anos, a Noruega, com a sua fábrica de alumínio, conseguiu uma isenção fiscal de R\$7,5 bilhões. Não é boazinha; é uma aproveitadora.

Mas, sim, está entrando dinheiro, vai entrar dinheiro pelo Fundo da Amazônia, e o que eu quero dizer aqui é que eu preciso e vou acompanhar de perto, porque o dinheiro que entrou no Amazonas está servindo, senador Arns, senador Guaracy, para dar uma bolsa, Chico, que é da nossa região, de Roraima, de R\$50. A Bolsa Floresta é de R\$50.

Vai começar aquela história, aquela velha história de COP. Acho que agora é a 27. Não sei que número é. Mas eu aposto aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... que serão as mesmas promessas, os mesmos compromissos, promessas esquecidas, compromissos não sanados. Aquela mesma coisa: “A Amazônia vai acabar, a Amazônia é o final, o mundo não pode mais”, vai ter um grau disso e daquilo. E eu pergunto e insisto...

Enquanto não ligar para o homem que está deitado, caído, quedado, humilhado, sem dignidade, não se pode manter uma floresta em pé. Não existe meio ambiente preservado sem você preservar o ser humano.

Presidente, peço a sua aquiescência para mais um minuto. *(Pausa.)*

Enquanto não ligar para o homem que está deitado, caído, quedado, humilhado, sem dignidade, não se pode manter uma floresta em pé. Não existe meio ambiente preservado sem você preservar o ser humano. Na Amazônia, o

homem da floresta não tem condição de comprar óleo, açúcar e sal, porque não tem renda. Esse dinheiro aqui — e quem disse isso acho que foi o seu irmão, ministro Vital do Rêgo, do TCU, que é auditor de dez convênios desses... Nos dez ficou provado que 85% do dinheiro é gasto entre eles, entre a diretoria — 85%, está auditado no relatório. Por isso é que a gente precisa urgentemente de uma CPI, porque essas mesmas ONGs serão aproveitadas em nome da Amazônia, um povo que pisa em ouro e dorme ao relento nas tempestades.

Eu não posso, como amazônida...

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP-TO) — Um aparte, senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... Eu não posso, como senador, permitir esse abuso, o aproveitamento desses espertos, desses cretinos, desses hipócritas que usam a Amazônia para enriquecer.

Eu encerro, presidente, permitindo o aparte dele. Já encerrei o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-PB) — Obrigado, senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Obrigado pelo aparte, senador Guaracy.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-PB) — Obrigado, senador Plínio.

Eu só pediria ao senador Guaracy uma rápida...

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP-TO) — Não vão ser mais do que duas horas, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/DB-PB) — Peço a sua compreensão, senador Guaracy, porque nós temos...

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP-TO. Para apartear.) — O.k., tenha certeza disso.

Senador, eu não podia deixar de apartear-lo para tratar de uma coisa tão importante que Vossa Excelência falou neste momento. Realmente, são muitas ONGs desonestas, porque querem condenar o nosso amazônida a nascer na riqueza, ser sepultado na riqueza, mas viver na pobreza. É gente demais dando palpite sobre a nossa Amazônia. Na verdade, querem internacionalizá-la, mas a Amazônia é nossa, é bem nossa, é do nosso povo, é do nosso caboclo, é da nossa gente brasileira. O nosso amazônida, se nasce na riqueza, que desfrute da riqueza da Amazônia e que vivamos da prosperidade da Amazônia.

Parabéns, senador!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Obrigado, senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB-PB) — Obrigado, senador Guaracy, por sua sensibilidade...

O Sr. Guaracy Silveira (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP-TO. *Fora do microfone.*) — Foram 30 segundos!

FESTIVAL DE HIPOCRISIA NA COP-27

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 22/11/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, todos que acompanham as COPs, as conferências climáticas das Nações Unidas, que já estão na sua 27ª edição, sabem da falta de resultados políticos desses eventos. São verdadeiros palcos com todo tipo de participantes, inclusive autoridades políticas, que desejam apenas uma plateia. Há diagnósticos, às vezes, interessantes, frequentemente esdrúxulos e quase sempre fantasiosos.

Eu faço este pronunciamento, senhor presidente, porque, como nativo da Amazônia, já não suporto tanta hipocrisia. Nas COPs 25, 26 e 27, fixaram-se metas, invariavelmente descumpridas por culpa de quem as propôs, e países ricos colocam outros nem tanto na berlinda por aceitarem práticas poluentes que eles próprios adotaram e ainda adotam. Eu cito a Alemanha, recentemente, com a produção de carvão, os Estados Unidos, abrindo suas reservas florestais para a produção de energia.

Sempre paira, senadores e senadoras, no ambiente um certo cheiro de hipocrisia, às vezes, ostensivo, às vezes, subliminar, mas sempre presente. Raras vezes, porém, essa hipocrisia ficou tão ostensiva quanto a que ocorreu nesta 27ª edição, no balneário egípcio para endinheirados. Agora, é só olhar. As provas estão pousadas nos aeroportos desse balneário e de cidades próximas, afinal, ambientalistas e autoridades usaram...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... aproximadamente, 400 jatos particulares para irem à conferência do Egito. Os próprios militantes pró-clima, não os passageiros, é claro, dessas aeronaves, apontaram a hipocrisia dos ativistas participantes da COP-27. E isso tinha que ocorrer. Esses jatos privados, olhem só, emitem gases estufa mais do que voos comerciais.

Uma só hora de um jato desses polui muito mais o planeta do que o consumo da energia gasta andando de carro, poluindo, fazendo todo tipo de estrago de um americano. Uma hora só de um jato desses!

Pela enésima vez, as consequências das mudanças climáticas, em grande parte produzidas pelo homem, foram discutidas de forma hipócrita. Em resumo, senadores, em resumo, senadoras, os figurões lá presentes vão cobrar do mundo inteiro que coma mais alface, que vá ao trabalho de bicicleta, enquanto eles continuam poluindo o planeta.

... os figurões lá presentes vão cobrar do mundo inteiro que coma mais alface, que vá ao trabalho de bicicleta, enquanto eles continuam poluindo o planeta.

O mais grave de tudo...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... e o que mais expõe as COPs como festivais de hipocrisia generalizada é que nada

... o que mais expõe as COPs como festivais de hipocrisia generalizada é que nada de realmente novo aparece nesses encontros.

de realmente novo aparece nesses encontros. Nada mais parecido do que a COP anterior: a 25 se parece com a 26, que se parece com a 27. O festival, o show de hipocrisia continua, daqueles que acabaram com o seu habitat, daqueles que destruíram os seus recursos naturais e querem que nós, brasileiros, deixemos de usar os nossos recursos.

E nós, da Amazônia — e este amazônida sempre defendendo o homem que habita a floresta... Relatório do Unicef — não é o senador Plínio Valério que está dizendo, é o Unicef: na Amazônia, 9 milhões de lares não têm condições de comprar a cesta básica. No meu estado, morrem mais de mil crianças antes de completarem um ano, e esses hipócritas estão preocupados com o clima para aparecer, para dizer o que nós devemos fazer, que vão dar dinheiro para países pobres. E alguns brasileiros fazem festivais, comitivas e vão para lá aplaudir os hipócritas.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Você brasileiro, você brasileira, não acreditem, não entrem nisso. Nós não somos os vilões; eles é que são os bandidos.

INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL E COMBATE À INFLAÇÃO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 29/11/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, há pouco, o senador Amin e eu falamos de espinhos. Permita-me, agora, meu amigo Kajuru, minha amiga Leila, falar um pouco de flores e jogar para nós alguma coisa relevante.

O ex-presidente do Banco Central, por oito anos, além de ser ex-ministro da Fazenda e detentor de cargos de relevo na área econômica, ao longo dos últimos 30 anos, Henrique Meirelles, mostrou, em artigo publicado nesta segunda-feira, que existe um fator importantíssimo de tranquilidade na presente transição de poder. Ele mostra que a política monetária... Ele afirma que a política monetária não será influenciada por qualquer turbulência. O mérito, expõe o ex-ministro, está na autonomia do Banco Central.

E ele sabe do que fala, porque o maior problema da transição econômica em curso é a incerteza quanto à política fiscal e ao Orçamento, por conta do risco de desequilíbrio tributário e, a partir daí, do descontrole inflacionário. Diz Meirelles no artigo: “Qualquer que seja o Orçamento, ou a direção da política fiscal, o Banco Central estará de olho na inflação e no crescimento sustentável”.

Isso significa que o Brasil pode ficar tranquilo, e quem está afirmando isso é este senador, a respeito da sua política monetária. Ela não se prestará a aventuras politiquieras que conduzam à desestabilização de sua economia e combaterá a inflação, que inviabiliza o crescimento e pune os atores econômicos, atingindo em especial os mais pobres.

É evidente que uma eventual falta de compromisso com a estabilidade fiscal constitui risco para tudo isso. No entanto, a presença de uma autoridade monetária em condições de impor política equilibrada garante que não se seguirá para o desastre.

Eu fiz questão de trazer esse assunto porque foi aqui no Senado que a lei da autonomia do Banco Central foi parida, foi gestada e depois aprovada na Câmara. E, se hoje a gente conta com essa garantia de equilíbrio, ela é, na verdade, do Congresso Nacional. Ao aprovar o meu projeto que se transformou na Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de

Ao aprovar o meu projeto que se transformou na Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021, o Legislativo passou a garantir o elemento essencial para a estabilidade e, assim, para o crescimento econômico e para a criação de empregos.

2021, o Legislativo passou a garantir o elemento essencial para a estabilidade e, assim, para o crescimento econômico e para a criação de empregos.

Os termos “independência” e “autonomia” de um banco central marcam um debate de natureza econômica e política de muita importância. Dizem respeito ao grau de liberdade que a autoridade monetária detém para tomar decisões, à capacidade para mantê-las e à liberdade para definir como atuar para atingir suas metas e objetivos estabelecidos. Isso está relacionado com o fato de a autoridade monetária ser e precisar ter as garantias de continuar sendo uma instituição de Estado, não uma instituição de governo ou de mercado.

Quem ganhou com esse expresso avanço conseguido pelo Congresso Nacional foi a população brasileira.

Quem ganhou com esse expresso avanço conseguido pelo Congresso Nacional foi a população brasileira. Se não tivesse sido garantido ao Banco Central sua autonomia, nessa hora o palavreado do presidente eleito estaria causando o maior alvoroço no mercado financeiro, e com isso, as garantias estariam indo para a cucuia. Isso seria fuga de capital com certeza, seria o maior alvoroço. Graças à lei de autonomia do Banco Central, gestada no Senado, aprovada pela Câmara, a gente pode ter essa estabilidade e a certeza de que a prevenção, a condução da inflação estará assegurada, porque o banco tem autonomia. O presidente que assumir, que estiver indisposto ou mal-humorado quando o seu time de futebol perder, não vai poder mais exonerar o presidente do Banco Central, porque há uma lei que diz que o mandato vai até o primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do novo presidente. Isso é uma garantia para todos nós.

Obrigado, presidente.

AUXÍLIO PARA OS QUE MAIS PRECISAM E RESPONSABILIDADE FISCAL

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 30/11/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, a discussão hoje, eu acho que os temas sempre, daqui para frente, são a Comissão que está revogando a Lei do Impeachment e a PEC fura-teto, ou PEC da transição.

Eu tenho procurado ler e ouvir, senador Kajuru, opiniões de quem entende de economia, e há quem diga que se a gente aprovar o fura-teto de 200 bilhões, em quatro anos, será um número, em dinheiro, em valores, equivalente à economia de dez anos da reforma da previdência. A gente lutou aqui para a reforma da previdência existir, passar, e o fura-teto, em quatro anos, estragaria dez anos de reforma da previdência. É a opinião de especialistas, que eu tenho que ouvir.

O PT está na dele e quer R\$200 bilhões. Tem que querer, é um direito dele querer R\$200 bilhões, como é um direito nosso estudar e não conceder.

Eu tenho dado a minha posição, senador Jaques Wagner, desde o começo, que por um ano estou votando a favor — se for um ano e for um número razoável. Qual é esse número razoável, segundo os especialistas? Para bancar o Auxílio Brasil, precisa em torno de R\$50 bilhões a R\$60 bilhões. Beleza, não tem como eu votar ao contrário. Para bancar mais os R\$150, já é alguma coisa a mais. Então, acho que se a gente conseguir chegar a um valor em torno de R\$80 bilhões, como quer o senador Tasso, e por um ano, eu não tenho como, caem por terra todos os argumentos contra essa PEC.

Do jeito que veio, do jeito que se mostra para a gente analisar, eu sou totalmente contra, porque a gente não pode, de jeito nenhum, isentar o governo que chega de sua responsabilidade fiscal, de forma alguma.

Do jeito que veio, do jeito que se mostra para a gente analisar, eu sou totalmente contra, porque a gente não pode, de jeito nenhum, isentar o governo que chega de sua responsabilidade fiscal, de forma alguma. Esse cheque em branco não deve ser dado. Além de alterar, de ter alterações legislativas, prejudica nossa credibilidade. Como é que a gente pode ter credibilidade ainda para o investidor nacional e estrangeiro se a gente está permitindo que se fure o teto em mais de R\$200 bilhões? O PT diz — e com razão — que o governo atual, que está saindo, furou o teto. O PT condena furar o teto, e agora quer fazer a mesma coisa.

Portanto, para que todos saibam e a gente tem aqui a nossa responsabilidade, que é analisar, estudar e votar... Nós somos, acima de tudo, republicanos. Não podemos prejudicar a República. O Auxílio Brasil merece, essa gente que tem no Auxílio Brasil o seu resgate de dignidade. Então, nós não podemos cercear isso, seja qual for o

Nós somos, acima de tudo, republicanos. Não podemos prejudicar a República. O Auxílio Brasil merece, essa gente que tem no Auxílio Brasil o seu resgate de dignidade.

governo, goste do governo ou não. Mas daí a fugir para R\$200 bilhões por quatro anos ou por tempo indeterminado é querer aceitar a condição que o famoso ministro Barroso nos quis colocar, de mané. O Barroso pode achar que nós somos manés, mas não podemos assinar embaixo, reconhecendo que o Barroso tem razão.

Então, eu acho que a gente tem que analisar a PEC do Tasso, do senador Serra, do senador Alessandro, da senadora Leila e a do Kajuru, e fazer, senador Jaques, chegar a um número que seja razoável. Ninguém quer atrapalhar o Auxílio Brasil, de forma alguma. Tem que ter. O PT tem que ter esse gesto nosso, mas não pode ser uma carta branca, não pode ser um cheque — repito — sob a pena de perder nossa credibilidade.

Antes de encerrar, presidente, eu ouço meu amigo, meu irmão fraterno, senador Kajuru.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–GO. Para apartear.) — Irmão com vontade e espontaneamente, desde o começo deste mandato, querido Plínio. Eu não vou entrar no mérito dos seus argumentos, pelo respeito enorme que tenho por ti. Eu quero aproveitar a presença aqui do senador Jaques Wagner, que está acompanhando a transição do governo.

Jaques, eu vou falar aqui e você me desmente, por favor, ou aceite: esse governo Bolsonaro não só furou o teto; ele quebrou a saúde, ele quebrou a educação. A transição da qual faz parte o Jaques Wagner tem essa consciência. O orçamento para a saúde, gente, é de R\$20 bilhões. Esse orçamento, a saúde gasta em 15 dias. Então, essa é uma realidade.

Quanto à sua colocação, eu apresentei ontem uma emenda e, felizmente, o senador Marcelo Castro falou: Kajuru, eu aceito a sua proposta. Qual é a minha? Nem um e nem quatro. A minha proposta é para dois anos.

Eu acho que um é radical e acho que quatro fica elástico demais. Então é assim que eu penso, não querendo discordar de ti, e é assim que o senador Marcelo Castro garantiu que vai aceitar a minha emenda.

Muito obrigado pelo aparte, Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Obrigado, senador Kajuru. Alguém quer aparte?

Sou eu que finalizo então, presidente.

Eu acho o seguinte. Quando você ganha o governo de quem já está no Governo — o PT ganhou do Bolsonaro porque apontou defeitos, erros, condenou esses defeitos, esses erros, e se dispôs a consertá-los, mas quer consertar com cheque em branco... Até eu, eu não preciso ser um especialista. Se me derem todo o dinheiro do mundo para eu consertar os erros e defeitos daquele governo que eu apontei, e ganhei eleição por isso... O PT ganhou porque o governo atual errou muito e o PT apontou os erros e foi em cima. Agora quer consertar os erros com o dinheiro de que a gente vai abrir mão, de que o brasileiro, que você, brasileiro comum, vai abrir mão. Vai dar um cheque em branco. É contra isso que eu me oponho, senador.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — O Auxílio Brasil tem que ser dado e a gente tem que votar a PEC fura-teto por um ano, e lá por 80, 90, 70 bilhões.

Obrigado, senhor presidente.

A PIRÂMIDE DAS ONGS NA AMAZÔNIA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 06/12/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente Rodrigo Pacheco, senhoras senadoras, senhores senadores, quanto ao que vou dizer aqui, depois eu vou fazer uma pergunta no final da exposição, aqui.

Eu tenho pesquisado, em função daquela CPI das ONGs que a gente pediu, eu tenho pesquisado. Essa história me interessa cada vez mais, e, cada vez mais, a gente vai se assustando. A gente conseguiu traçar, fazer uma pirâmide das ONGs que atuam no Amazonas, principalmente no Alto Rio Negro. Para quem não sabe, a região do Alto Rio Negro é a região mais rica do planeta. Só para se ter uma ideia, a reserva de nióbio lá passa de 90% da reserva mundial.

No topo da pirâmide dos que financiam as ONGs, aparecem a Embaixada da Noruega e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, que tem a função de assegurar o desenvolvimento econômico e social sustentável e igualitário, que é a USAID.

No topo da pirâmide dos que financiam as ONGs, aparecem a Embaixada da Noruega e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, que tem a função de assegurar o desenvolvimento econômico e social sustentável e igualitário, que é a USAID.

Na área do Alto Rio Negro, atuam 372 ONGs. É de lá que veio o apelo dos índios da etnia baniwa, de uma carta que eu li aqui, alguns meses atrás. De novo, vou retomar só um pouco do que dizem os índios que verdadeiramente precisam, não os índios caatequizados e treinados pelas ONGs, mas aqueles que habitam realmente a comunidade.

Abro aspas:

Aqui na região do Alto Rio Negro existem instituições, ONGs, com a visão e o objetivo de que os indígenas se mantenham em estados de observadores da natureza, mantendo apenas a sua sobrevivência, ou seja, tendo o direito de comer e dormir. Nada mais nos garantem [fecho aspas].

Dos índios baniwas, da Comunidade Castelo Branco, do Médio Rio Içana. Abro aspas de novo:

Senhor senador da República, pedimos ao Excelentíssimo levar essa nossa carta ao conhecimento do presidente para dizer ao Ministério Público e a outras instituições competentes, ambientalistas, com todo o respeito, falar que eles não têm ideia de uma comunidade que fica a tantos quilômetros distante sem uma atividade econômica para o seu sustento [fecho aspas].

E vai por aí afora. Os baniwas querem — e eu estou conseguindo atender através de emendas parlamentares — barcos para transportar os seus produtos. Agora mesmo, a etnia tenharim, em Humaitá, foi beneficiada, com a emenda que a gente fez, com 19 barcos de alumínio com aquele motor que a gente chama de rabeta. Sabem para quê? Para colher castanha, para colher melancia, para colher melão, porque eles faziam em canoas de madeira e no remo. Imaginem só: 12 horas para chegar do roçado. Agora, estão levando 2, 3 horas. São esses índios que precisam de ajuda.

Aquele problema que aconteceu com os marubos, lá em Atalaia do Norte, onde foi morto um jornalista e um indigenista, a gente acaba de entregar lá uma UBS flutuante para atender 47 comunidades, inclusive comunidades indígenas dos marubos. Daquela questão lá que todo o mundo, o mundo inteiro, tomou conhecimento.

Portanto, presidente, nessa pirâmide encabeçada pela Embaixada da Noruega aparece sempre o Instituto Socioambiental como manipulador disso, conseguindo dinheiro e manipulando as pequenas ONGs. O Greenpeace e a WWF..

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... também aparecem, mas eles conseguem o seu dinheiro sem financiamento.

O Fundo Amazônia é a peça central dessa trama. É através do Fundo Amazônia que se dá dinheiro para essa gente, para essas ONGs fazerem esse desserviço ao país. E você brasileiro, você brasileira é que tem que entender o mal que esse pessoal nos faz.

Estou falando sempre aqui. Querem sempre nos impor a condição de vilão, de bandido. E tenho dito a você brasileiro, porque o estrangeiro está na dele, o imperialismo está na dele, estão defendendo o seu estado manipulando, roubando, fazendo coisas erradas. Mas você brasileiro acreditar que nós somos vilões, que nós da Amazônia somos vilões, é demais. Dei o exemplo dos tenharins, dei o exemplo dos baniwas e poderia dar muitos mais exemplos aqui.

O Fundo Amazônia é a peça central dessa trama. É através do Fundo Amazônia que se dá dinheiro para essa gente, para essas ONGs fazerem esse desserviço ao país. E você brasileiro, você brasileira é que tem que entender o mal que esse pessoal nos faz.

Querem produzir — um deles está aqui na carta...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) —
Senhor presidente, um deles pergunta na carta:

Aponte-me, senador, qual foi o país que cresceu, que progrediu, produzindo artesanato. Só querem que nós vivamos das folhas que caem, do fruto que cai. Nós queremos poder contribuir para o desenvolvimento do país.

Os índios querem isso, mas as ONGs não deixam. Fica, portanto, senhor presidente, a minha pergunta sobre aquela consulta que a gente fez sobre a instalação da CPI das ONGs. O senhor ficou de consultar o seu setor jurídico para que nós possamos ter uma resposta sobre se a agente consegue instalar este ano, suspender, e começar a funcionar para o ano.

Fiz tudo isso para chegar a uma pergunta, senhor presidente: nós vamos, ainda, instalar a CPI das ONGs este ano? Porque é preciso, a gente precisa combater essa hipocrisia. A gente precisa chegar lá. O bem, o dinheiro que a Noruega — tão boazinha! —, que a Alemanha — tão boazinha! —, que o Canadá — tão bonzinho! — dão para o Fundo Amazônia... A França devia colaborar...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) —
... Senhor presidente, eu vou insistir, de forma educada, mas insistir, em nome daquele povo, em nome dos indígenas que eles dizem tanto defender, mas que os espoliam, mas que os exploram, e em nome da comunidade ribeirinha do povo da floresta do meu Amazonas, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD-MG) — Obrigado, senador Plínio Valério.

O requerimento de Vossa Excelência foi lido pela Presidência, pendente da indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, e me comprometo com Vossa Excelência em apoiá-lo na instalação dessa CPI. Se não nesta Legislatura, caso não haja mais tempo, no início da Legislatura terá todo o nosso apoio para a instalação da CPI das ONGs, que é um requerimento de Vossa Excelência *(Pausa.)*

PEC FURA TETO PEDIU ALÉM DO NECESSÁRIO

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 07/12/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discutir.) — Presidente Rodrigo, senhoras senadoras, senhores senadores, eu poderia falar de tecnicismo e dizer que o que é necessário é evitar a qualquer custo que esses gastos não sejam financiados pelo endividamento ou pela inflação. Eu poderia também falar do jabuti do artigo colocado, que autoriza o novo governo a usar o dinheiro esquecido do PIS-Pasep, sem que seja contabilizado no total de gastos. Mas não vou.

... não voto nessa PEC porque ela não está pedindo só o que é justo. O que é justo é o Auxílio Brasil e a Farmácia Popular. Eu votaria sem o menor problema e já teria aprovado, relator, ontem. Mas não! Querem mais: querem cada vez mais dinheiro.

Eu fui vereador de Manaus alguns anos e fui deputado Federal alguns meses, e não vi ninguém mudar de voto porque veio aqui defender e porque foi lá acusar. Não vi.

Portanto, consciente de que não vou mudar voto de ninguém e que ninguém vai mudar o meu, permitam-me fazer algumas observações.

Primeiro: não voto nessa PEC porque ela não está pedindo só o que é justo. O que é justo é o Auxílio Brasil e a Farmácia Popular. Eu votaria sem o menor problema e já teria aprovado, relator, ontem. Mas não! Querem mais: querem cada vez mais dinheiro.

E é muito cômodo para uma oposição — e eu não sou governo, não sou governista, não fui; não gosto de ser governo —, é muito cômodo ganhar uma eleição e querer corrigir as acusações e os erros do que perdeu a eleição com muito dinheiro.

O PT está pedindo muito além do que é necessário! E nós temos compromisso com a história. Eu comecei dizendo que não vou mudar voto e que ninguém vai mudar o meu, então tenho compromisso com o brasileiro e com a brasileira. Eu sei que vão dizer que quem votou contra, votou contra o Auxílio Brasil. Faz parte disso. Faz parte. O homem público que tem medo de calúnia e difamação não tem que ser homem público. Portanto, não há o que temer nesta tribuna aqui.

Que nos peçam, relator, que reduzam para o Auxílio Brasil e o Farmácia Popular. Falam tanto em recursos que não tem e falam em criar 13 ministérios. Vão criar 13 ministérios, e não tem recurso. Como é que vão alocar recursos para 13 novos ministérios se não tem recurso?

O homem público que tem medo de calúnia e difamação não tem que ser homem público. Portanto, não há o que temer nesta tribuna aqui.

Então, eu estou aqui apenas registrando o que eu penso, o que eu quero e o que eu vou fazer. E o que eu vou fazer certamente é votar contra essa PEC, a menos que seja reduzida abaixo de R\$100 bilhões e por um ano. Aí sim, não tem como ser contra. Eu seria um hipócrita e um irresponsável se votasse contra uma PEC que quer dar dinheiro para o Auxílio Brasil e para o Farmácia Popular. Eu estaria sendo hipócrita e irresponsável.

Mas não! Querem nadar em dinheiro. E com todo o respeito aos colegas senadores do PT, nós sabemos o que o PT fez com muito dinheiro no verão passado. Não vou avalizar essa PEC do jeito que está.

Se tiver um voto só... Que o Brasil saiba, que os brasileiros saibam, que o Amazonas saiba: se tiver um voto só contra, será o meu voto. E que me punam se eu errei. Meu compromisso também é com a história.

Obrigado, senhor presidente.

A POBREZA TEM QUE SER COMBATIDA DE FORMA SÉRIA E HONESTA

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 07/12/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, um ato que é fato consumado.

Fato consumado a gente tem que aceitar no Parlamento, a maioria decidindo sempre, e eu sempre me quedo à maioria. Acho que é um erro histórico, é a minha opinião, ainda bem que eu não estou sob a égide do Moraes, Alexandre de Moraes, senão ele não me permitiria reclamar, mas eu quero fazer, enquanto está todo mundo festejando, lembranças também de quem passa fome e não está sendo lembrado.

O Unicef, em seu relatório último, diz que na Amazônia tem 9 milhões de lares sem condições de comprar uma cesta básica e ninguém fala nisso. São pessoas que não têm acesso e estão abaixo do nível de pobreza.

No estado do Amazonas, o IBGE diz que 48% da população vive abaixo da linha da pobreza. No meu estado, 1.225 crianças morrem antes de completar um ano. Manaus tem, em sua periferia, vivendo em condições sub-humanas, 40 mil indígenas. E eu não vejo ninguém falar nisso!

Como eu sou da Amazônia e falo sempre em nome da Amazônia, eu quero, presidente, senadoras e senadores — parece-me que hoje é o último pronunciamento do ano, não sei se a gente vai ter votação —, encerrar como comecei. Hoje se falou tanto em hipocrisia, e quero mostrar a hipocrisia dos países em relação à Amazônia e em relação aos indígenas.

Nos Estados Unidos têm 3,5 milhões de indígenas, que ocupam 3% do território. O Brasil tem 1 milhão de indígenas que ocupam 13,8% do território. Eu espero que o governo que se avizinha possa entender essa hipocrisia e não repeti-la. Esse tema foi tão batido aqui, esse termo hipocrisia, tão batido aqui.

Na Guiana Francesa, senadores, que faz fronteira com o Amapá, que é a maior fronteira francesa, que é até maior do que a fronteira francesa com a Bélgica, os brasileiros, para entrar na Guiana Francesa, têm que ter passaporte, visto e pagar uma taxa, enquanto que os franceses entram no Brasil, via Panamá, da forma que querem.

Na fronteira, lá no alto do Rio Negro, o Maduro incentiva a extração de garimpo do lado brasileiro, que vai para a Venezuela. No Peru, tira a madeira e vai para o Peru. E a

gente não fala da fronteira, a gente só fala em flores-
ta que precisa ajudar o índio, e eu estou mostrando
aqui, com dados, a hipocrisia.

Recebo cartas de indígenas que querem ter a
dignidade de poder se sustentar. No meu estado, na
Amazônia, milhões de lares não têm dinheiro para
comprar o açúcar, o sal e o óleo — e precisam do
sal, do açúcar e do óleo. E a gente está aqui falando que o Brasil passa fome e que, se a
PEC não for aprovada, gente vai morrer de fome. Parece até que a pobreza foi inventada
há quatro anos. Parece até que a pobreza começou a existir agora, que os pobres do Brasil
não precisam de atenção sempre; não é só num dia, não é só numa votação, sempre.

Portanto, enquanto há comemoração aqui, eu peço a atenção para com a Ama-
zônia, porque esse governo que se avizinha, se tratar da forma que tratou... Só agora
na Amazônia estão pendentes 129 pedidos de novas reservas indígenas. Os índios não
querem reserva, não querem terra...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) —
... os índios querem dignidade de poder se autossustentar.

Portanto, eu estou mostrando aqui a pobreza que existe — não falo miséria — na
Amazônia. Vocês que acabaram de ganhar uma votação e estão alegres, lembrem-se de
que a pobreza não pode ser usada só no momento de votação; ela existe e tem que ser
combatida de forma séria e honesta, não digo de forma hipócrita.

Obrigado, presidente.

*... a pobreza não pode ser usada só
no momento de votação; ela existe
e tem que ser combatida de forma
séria e honesta, não digo de forma
hipócrita.*

MUDANÇAS NA LEI DE IMPEACHMENT PODEM BLINDAR MINISTROS DO STF

Pronunciamento do senador Plínio Valério em 20/12/2022

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM. Para discursar.) — Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, mais uma vez, e, talvez, neste ano, seja a última vez em que a gente ocupa a tribuna, e é bom...

A gente agora tem um jargão para começar a falar: eu pertencço a uma terra onde o Cabral é solto e o índio é preso. A gente está vivendo um momento de crise, realmente, no país e a gente tem que protestar. Eu faço o protesto, mas, depois, queria entrar num assunto ainda mais delicado.

Essa intromissão, essa usurpação que o Supremo já faz, há anos, e sobre que eu alerta, desde 2019, continua. A decisão do ministro Gilmar, depois do encontro com o futuro presidente Lula, fez com que ele, Gilmar, que detém o maior número de pedidos de vista antigos, que duram oito, cinco anos, foi ligeiro e rápido para, mais uma vez, se intrometer no Legislativo. E a gente está aceitando isso, presidente, de forma calada. A gente tem que contestar.

Um país em que o cidadão de bem é preso sob acusação de demonizar o Supremo... Isso não encontra amparo legal, não existe na lei isto: demonizar o Supremo. Prende índio, solta bandido, bota tornozeleira, manda prender deputado, manda bloquear salário, dinheiro, manda bloquear conta. Este é o país onde o Cabral é solto e o índio é preso.

Mas eu me deparo, presidente Rodrigo... Eu queria falar com o senhor exatamente sobre aquela comissão que mandou o anteprojeto agora, para rever, para estudar, para revisar a Lei do Impeachment.

A Lei do Impeachment, que data de 1950, é muito simples e direta. Eu vou ler os cinco itens para depois eu me reportar... E queria meu amigo Girão, meu amigo Rodrigo, que os senhores e o brasileiro e a brasileira anotassem essa palavra: “desidioso”.

Eu fui para o Aurélio e “desidioso” quer dizer, preguiçoso, indolente, negligente e incauto — “desidioso”, essa palavra. Anotem essa palavra porque ela aparece aqui duas vezes.

A Lei do Impeachment, que trata dos crimes de responsabilidade dos ministros, no item 2, diz que o ministro é passível...

2 – *proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa [isso é passível de impeachment, está no nº 2]*

3 – *exercer atividade político-partidária;*

4 – *ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;*

É passível de ser cassado. Está na lei antiga que o nosso presidente pediu à Comissão para estudar e investigar. Está aqui.

Então, olhem só o que essa comissão está sugerindo. Olhem só os absurdos, estão pensando que isso aqui é casa da Noca, onde eles podem mandar. Não estou ofendendo os juristas, mas quero dizer que eles não podem achar que nós vamos ter a tolice e a idiotice de atender isso.

Agora, pelo que eles querem: “Deixa de ser passível de processo de impeachment para ministro do Supremo Tribunal Federal ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo ou proceder de modo incompatível com a honra e dignidade decorrente das suas funções”, ou seja, o ministro pode ser preguiçoso, indolente, negligente, incauto, mas não merece ser impichado.

Olha o que diz a terceira ideia deles: “Magistrados deixam de ser punidos por crime de responsabilidade por interpretação da Constituição e suas decisões”. Eles vão interpretar da forma que querem e não são passíveis de nada.

Tem mais, tem mais, senhor presidente: “Assegura a sindicatos com um ano...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... de criação poder fazer pedido de impeachment”, e impede uma ABI, por exemplo, de fazer pedido de impeachment. E vai por aí afora.

Então, presidente Rodrigo, eu acho que o senhor teve boa ideia... Boa ideia, não; teve boa intenção em pedir que estudassem. É um projeto, o nome está dizendo, é um anteprojetos; não quer dizer que nós sejamos obrigados.

Agora, está nítido, patente. Senador Amin, o senhor que está nos ouvindo aí, as nossas mais primitivas desconfiças, os nossos mais primitivos instintos estavam infelizmente corretos. Corretos quando se mandou um interessado na causa tomar conta, que é o ministro Lewandowski, que presidiu, e a relatora foi uma assessora do ministro Lewandowski. Então, senador Rodrigo, a suspeita que a gente tinha, infelizmente, se tornou realidade.

Eu quero dizer, presidente Rodrigo, que ainda bem que o senhor não vai colocar isso em pauta agora para que nós possamos discutir...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — ... um anteprojeto, o senhor mesmo diz e salienta isso.

Então, nós vamos ter que nos debruçar sobre esse anteprojeto.

Mas aqui eu quero fazer um desabafo, presidente. Aqui é o Senado da República, não é a casa da Noca, com todo respeito a uma Câmara de Vereadores do meu interior, merece respeito, e esse pessoal está nos desrespeitando quando acha que nós vamos blindar o ministro do Supremo e permitir que um ministro mentiroso, preguiçoso e incauto não possa ser impichado. Isso aqui é blindagem pura, presidente, blindagem pura.

Então, com um país em que um ministro manda prender índio e que o outro manda soltar o Cabral, eu estou altamente decepcionado.

Presidente, eu vou ouvir o Girão e o Kajuru e encerro. Eu prometo.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS-GO) — O Girão me cedeu aqui, então, presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Para que você seja sempre o primeiro.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS-GO) — É... Eu tenho outras palavras para uma despedida, como é a última sessão.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS-GO) — Já apertou a campanha? Eu nem comecei a falar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — É para começar, para começar.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS-GO. Para apartear.) — Plínio, você sabe do respeito que tenho por você; o Girão a mesma coisa. Como eu tenho amizade com o Girão, no seio da família dele, a toda hora eu dou uma cutucada nele, igual eu dei no Flávio Bolsonaro aqui, cara a cara — ele aqui e eu aqui. Ele veio, carinhosamente me chamou de Kaju e me deu um beijo no rosto. E falou: “Você tem razão, Kajuru”. Eu só pergunto uma coisa: por que a gente não se lembra toda vez desses pronunciamentos, como este seu perfeito deste momento? No segundo mês de mandato, em 2019, eu entrei com um pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes e depois, no ano seguinte, do ministro Alexandre de Moraes, com quase 3 milhões de assinaturas, num abaixo-assinado histórico que Girão, Styvenson e eu fomos entregar ao presidente Rodrigo Pacheco. Em 2019...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–GO) — ... o presidente Davi Alcolumbre guardou, para não dizer arquivou, porque para mim arquivou. E, na época, os bolsonaristas... Não me refiro a você nem ao Girão, porque ambos são independentes.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Até porque assinei também.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–GO) — Você assinou e não retirou a assinatura.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — E não vou retirar nunca.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–GO) — Nunca. O que eu quero dizer é que muitos bolsonaristas que assinaram retiraram a mando do Bolsonaro. Inclusive a Soraya Thronicke chorou no telefone porque ela foi xingada literalmente, mas ela bateu o pé e não retirou a assinatura. Se tudo isso a gente tivesse feito em 2019, na minha opinião, hoje não haveria esse confronto, essa situação desagradável entre esses dois Poderes.

Obrigado, Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Perfeito, senador Kajuru.

E o senhor mesmo admite: eu assinei quantas vezes o senhor apresentou. Não recebi pressão de ninguém, como não recebo pressão de ninguém. Eu me coloco à disposição do povo amazonense para, daqui a quatro anos, renovar ou não o meu mandato. Assino quantas CPIs tiver de Lava Toga, quantos pedidos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB–AM) — Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–CE. Para apartear.) — Muito obrigado, senador Plínio.

Eu quero cumprimentá-lo: água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

O senhor tem sido sempre muito firme nesses pronunciamentos sobre a questão da harmonia, da independência entre os Poderes da República. Ninguém aguenta mais! Em 24 horas nós tivemos aí, de domingo para segunda, duas interferências diretas no Senado, no Congresso Nacional, vindas de ministro do Supremo.

Eu até falei numa Comissão, na segunda-feira, que estava sendo presidida pelo Izalci: “Está na hora de entregar a chave. Ou a gente age, ou vamos ir logo entregar a

chave para eles”. O que a gente está fazendo aqui? O que a gente está fazendo aqui? Não existe respeito. Que harmonia é essa que tem?

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–CE) — Então, eu até acompanhei o presidente Rodrigo Pacheco — eu tenho o maior respeito por ele — recebendo o ministro Lewandowski aqui na sexta-feira para falar desse projeto de impeachment. E eu estive, presidente, na última reunião dessa Comissão de Juristas aqui no Senado, numa segunda-feira, e até fiz algumas colocações para o ministro Lewandowski sobre a expectativa em torno disso.

O que o senador Plínio falou agora, o que eu conversei hoje de manhã com a Jannaína Paschoal, uma grande jurista do país, é algo aterrorizante, isso que o senhor está falando aqui. Vai ser impossível! Vai ser impossível! Se hoje já é difícil, o senhor imagina se esse projeto passar. O que me deixou tranquilo é que o senhor falou, e eu gravei, na frente do Lewandowski: “Isso não vai ter aqodamento...”

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–CE) — “Nós vamos discutir isso nas comissões do Senado, com calma, no tempo certo”. Então, isso me tranquilizou um pouco mais, sabe, Plínio, porque realmente, com todo o respeito a quem pensa diferente, mas o Lewandowski foi quem, dessa mesa aí — e eu acompanhando e nem imaginava um dia estar aqui servindo esta Casa respeitosa que é o Senado Federal... É uma honra que eu tenho estar aqui. Mas eu não imaginava nunca o que o Lewandowski fez na época do impeachment da Dilma, que foi rasgar ali... Ali a primeira página da Constituição foi rasgada, dando-lhe os direitos, porque ela não podia se candidatar por oito anos e já foi candidata por essa marmota — como a gente chama no Ceará: marmota — que foi feita aqui da Presidência do Senado, ele presidindo a sessão.

Depois, começaram a rasgar a Constituição.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS–CE) — Quase toda semana a gente está vendo aqui rasgarem a Constituição, não é?

Agora Parlamentar... Eu acabei de falar há pouco tempo aqui. O senador Kajuru estava a caminho. Eu acabei de falar, senador Kajuru, que eu dei entrada em uma PEC aqui para resguardar, pelo menos, quando tem mandado de prisão para Parlamentar, que tem que ser referendado pela Casa, que a mesma coisa aconteça com relação às redes sociais, que é falar, que é uma extensão da tribuna, do nosso mandato. Eu entrei com uma PEC para que pelo menos o Senado resguarde isso, que passe por uma definição

do Senado, se o ativismo político-judicial sucessivo do nosso Supremo Tribunal Federal não parar, não cessar.

Eu agradeço a oportunidade, senador Plínio. Parabéns! Estamos juntos nessa jornada. Água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Obrigado, senador Girão.

Presidente...

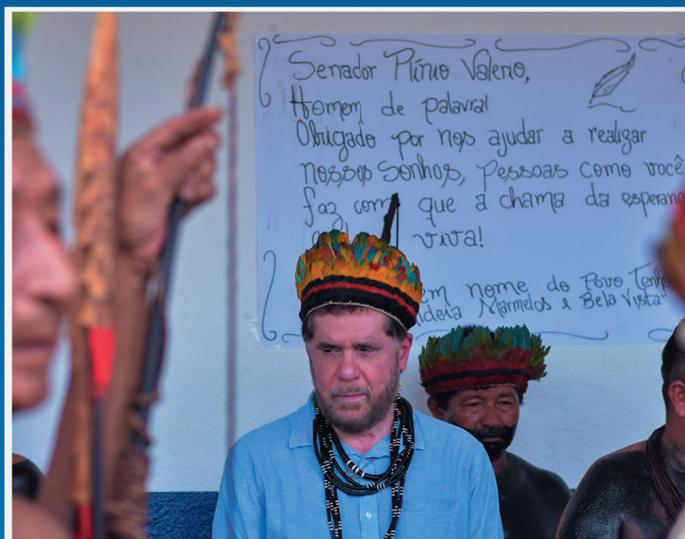
(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB-AM) — Das observações que eu fiz, a sétima observação diz o seguinte — olha o que o senhor está falando: estabelecem-se votações diferentes para a perda do mandato do presidente da República e outros denunciados, e a manutenção dos seus direitos políticos, o que deixa claro que é a legitimação daquela manobra que o ministro Lewandowski fez lá na cassação da Dilma. Eles querem oficializar aquele pecado mortal que ele cometeu lá.

Então, eu encerro o pronunciamento confiando no presidente Rodrigo que nós vamos discutir isso à exaustão. Um anteprojeto que quer dizer claramente que o ministro pode ser desidioso, o ministro pode ser preguiçoso, indolente, negligente, incauto, e não vai ser punido por isso... Portanto, repito: me desculpem, isso aqui não é casa da Noca, isto aqui é o Senado da República.

Obrigado, presidente.



Senador Plínio Valério

Nascido em Eirunepé, nas margens do Rio Juruá, Francisco Plínio Valério Tomaz formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Escritor e radialista, foi vereador em Manaus e deputado federal como suplente em exercício, antes de se eleger senador da República, em 2018, como o mais votado do Amazonas, com 834 mil votos.

Ouvidor-Geral do Senado, Plínio Valério é autor da Lei de Autonomia do Banco Central e da Lei que incluiu a disciplina de prevenção à violência contra a mulher nos currículos escolares. Também é autor da PEC que cria mandatos para o Supremo Tribunal Federal (STF), do projeto que proíbe o empréstimo do BNDES para o exterior e da CPI para investigar a atuação de ONGs na Amazônia.

Como senador, Plínio Valério sempre procurou somar o debate das grandes questões institucionais à defesa permanente dos interesses dos amazonenses: lutando por investimentos e melhorias nos municípios e defendendo que os homens e mulheres da floresta possam progredir e explorar os recursos naturais.

 PlinioValerioAM

 PlinioValerio45

 plinio.valerio

Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Anexo I – 25º Pavimento
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3303-2833 /2835

Escritório em Manaus
Av. Dr. Theomário Pinto da Costa, 811
Edifício Skye Platinum Offices
Sala 1805 – Chapada
CEP 69050-055 – Manaus – AM